

Nara Cristina Macedo de Figueiredo

**INTERFACES DO TRABALHO VOLUNTÁRIO NA
APOSENTADORIA**

Dissertação de Mestrado

Porto Alegre
2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL

**INTERFACES DO TRABALHO VOLUNTÁRIO NA
APOSENTADORIA**

Nara Cristina Macedo de Figueiredo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social e Institucional

Orientador Prof. Dr. Sergio Antonio Carlos

Porto Alegre
2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Reitor: Dr. José Carlos Ferraz Hennemann
Vice-Reitor: Pedro César Dutra Fonseca
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
Diretor: Prof. Dr. Paulo Kroeff
Vice-Diretor: Prof. Dr. Sergio Antonio Carlos
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL
Chefe: Professora Gislei Domingas R. Lazzarotto

Catálogo na Publicação

F475i Figueiredo, Nara Cristina Macedo de.

Interfaces do trabalho voluntário na aposentadoria. / Nara Figueiredo; orientação de Sergio Antonio Carlos. – Porto Alegre, 2005. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

170 f.

1. Psicologia Social. 2. Trabalho. 3. Aposentadoria. 4. Envelhecimento. I. Título II. Carlos, Sergio Antonio.

CDD 325.26

Departamento de Psicologia Social e Institucional
Rua Ramiro Barcelos, 2600 Bairro Santana
CEP 90035-003 Porto Alegre-RS

Nara Cristina Macedo de Figueiredo

INTERFACES DO TRABALHO VOLUNTÁRIO NA APOSENTADORIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E

INSTITUCIONAL

Dissertação apresentada para apreciação e parecer da banca examinadora

Membros da Comissão Examinadora

Dra. Sonia Mercedes L. Bredemeier
PPGCS/UNISINOS

Dr. Johannes Doll
PPGEDU/UFRGS

Dra. Maria da Graça Jacques
PPGPSI/UFRGS

Dr. Sergio Antonio Carlos
PPGPSI/UFRGS

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha mãe Neida, pelo incentivo constante, dedicação e amor incondicional. Exemplo de mestra transmitiu-me o gosto pela leitura e o desejo de ensinar. A ti também o meu agradecimento.

AGRADECIMENTOS

A minha família, pelo incentivo e carinho. Em especial ao meu irmão Henrique e ao meu primo Marcelo, pelo compartilhamento de experiências.

A José Luís da Silva Netto Júnior. Pelo carinho, paciência e apoio. Pelas intermináveis leituras, por estar ao lado neste momento.

Ao meu orientador Sergio Antonio Carlos. Pelo olhar cuidadoso, paciência e importantes contribuições a este estudo. E também por estimular que eu transitasse pelos diferentes caminhos desta Universidade.

À Prof.^a Maria da Graça Correa Jacques, pelas palavras de incentivo e pelo apoio recebido ao longo do Mestrado.

Aos Professores Johannes Doll e Sonia Mercedes Lenhard Bredemeier por aceitarem compor a banca e pelas valiosas contribuições a este estudo.

A todos os professores deste Programa, em especial a Henrique Nardi e Jaqueline Tittoni.

Aos integrantes do Núcleo de Estudos do Envelhecimento, que me ajudaram a refletir sobre estudo. Em especial a Sandra Vieira Larratéia.

Aos colegas de Mestrado, pelo convívio durante estes dois anos. Em especial a Letícia Giannchini, Silvana de Oliveira e Priscila Marques, que muito compartilharam os momentos de incertezas e alegrias.

À Prof.^a Ana Lúcia Saldanha Duarte, incentivadora desta conquista, que desde a graduação é uma presença constante em minha vida pessoal e profissional.

A Sílvia Ribeiro e família. Amiga querida, que sempre está ao meu lado, incentivando a todos os meus sonhos.

A João Luís Costa Ribeiro, pela escuta e apoio.

Aos idosos voluntários que participaram desta pesquisa. Pelos valiosos depoimentos e pela confiança de partilharem comigo suas experiências de vida.

Ao CNPQ pelo auxílio financeiro indispensável, através da bolsa de Mestrado.

RESUMO

Este estudo buscou identificar as intersecções entre o trabalho voluntário, envelhecimento e aposentadoria. Procurou-se dar visibilidade ao trabalho voluntário realizado pelo idoso, contextualizando o voluntariado no período anterior e posterior à aposentadoria. O referencial teórico deste estudo baseou-se nos conceitos de velhice, terceira idade, aposentadoria, trabalho voluntário e motivações para realizar esta ação. Foram pesquisados 12 homens aposentados com 70 anos e mais, aposentados que realizam trabalho voluntário há mais de um ano. As entrevistas, semi-estruturadas, abordaram os seguintes temas: velhice, aposentadoria, trabalho voluntário antes e após a aposentadoria e foram analisadas a partir da proposta de análise de conteúdo. Nos resultados destaca-se que o trabalho voluntário foi visto pelos depoentes como um trabalho sem remuneração. Não foi considerado como uma obrigação e nem tendo rigidez no horário, sendo uma opção, e realizado com prazer. A velhice foi caracterizada pela multiplicidade das representações: ora descrita como um momento de perda, por estereótipos negativos ora por um momento onde há experiência de vida e conhecimento. O voluntariado é uma continuação da vida laboral antes da aposentadoria, pois os depoentes continuam a realizar ação voluntária, sendo que alguns não se percebem aposentados devido a esta ação. As funções realizadas pelos idosos relacionaram-se à masculinidade e ao exercício de poder, existindo uma distinção entre o trabalho voluntário realizado por mulheres e por homens. A reciprocidade é fundamental para entender o trabalho voluntário: o idoso pelo voluntariado, auxilia os necessitados, exerce os princípios morais adquiridos, tais como o exercício da caridade e da solidariedade, ao mesmo tempo em que recebe em troca, o reconhecimento social, a possibilidade de continuar produtivo e de exercer o poder, a salvação e a imortalidade simbólica.

Palavras-chave: envelhecimento, aposentadoria, trabalho voluntário.

ABSTRACT

This study aims to identify the intersections among the voluntary work, elderly people and retirement. It also intends to give visibility as regards the voluntary work carried by the elderly people, in the previous and posterior period of the retirement. The theoretical referential in this study has ground in the concepts of aging, third age, retirement, voluntary work and the motivations to accomplish this action. It was researched. 12 retired men, with ages above seventy years old. These elderly men were volunteers for one year at least. In the interviews, were approached subjects related to: aging, retirement, and the voluntary work before and after the retirement. These interviews were analyzed taking into consideration the proposal of "Content Analysis". In the results, stand out that in the voluntary work there is not any remuneration. This kind of work is not considered as an obligation and it does not have a strict time, being an option and accomplished with pleasure. The elderly people are characterized by multiples representations: sometimes described as a moment with losses, for negatives stereotypes, sometimes as a moment where is experience of life and knowledge. The voluntary work is a continuation of the labour life before the retirement, because the interviewed carry on the voluntary work, and some of them don't realized that are retired due to this action. The duties of the elderly volunteers are related to masculinity and the exercise of power, and there is a difference between the voluntary work carried out for women and for men. The reciprocity is fundamental to understand the voluntary work: the elderly volunteers by this action assist the needy, practice the morality acquired, like the charity and solidarity, in the same time that they receive in return the social recognition, the possibility to continue productive and practice the power, the salvation and the symbolic immortality.

Keywords: ageing, retirement, voluntary work.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gravura 1 – Bloco Temático Aposentaria	90
Gravura 2 - Bloco Temático Trabalho Voluntário	90
Gravura 3 - Bloco Temático Trabalho Envelhecimento.....	91
Gravura 4 – Componentes da Definição do Envelhecimento.....	93
Gravura 5 – Componentes dos Aspectos Psicossociais do Envelhecimento.....	100
Gravura 6 – Componentes do Conceito do Trabalho Voluntário.....	125
Gravura 7 – Componentes do Conceito do Trabalho Voluntário Realizado Antes da Aposentadoria.....	135
Gravura 8 – Componentes do Conceito do Trabalho Voluntário Realizado Após a Aposentadoria.....	136

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 VELHICE E APOSENTADORIA	17
2.1 As Diferentes Representações da Velhice.....	18
2.2 O Idoso Frente à Aposentadoria	28
3 CONTEXTUALIZANDO O TRABALHO VOLUNTÁRIO	40
3.1. Entendendo o Conceito de Trabalho Voluntário.....	50
3.2 As Motivações que Envolvem o Trabalho Voluntário	57
3.3 O Trabalho Voluntário Realizado por Idosos.....	64
4 OS CAMINHOS DA PESQUISA.....	79
4.1 Os Atores Principais deste Estudo	80
4.2 Instrumentos da Coleta de Dados	82
4.2.1 Procedimentos para a Coleta de Dados	83
4.2.2 Sobre o Processo de Análise.....	85
4.2.3 Utilizando um Elemento de Organização dos Dados: o uso do software Nvivo.....	86
4.2.4 A Técnica Utilizada para a Análise dos Dados	87
5 DANDO VISIBILIDADE AOS IDOSOS VOLUNTÁRIOS	92
5.1 “Apesar da Minha Idade, eu Ainda me Considero Jovem”	92

5.2 “Eu Prefiro Estar Aqui Trabalhando, né? Do que Levar uma Vida mais Sedentária”	106
5.3 A Configuração da Ação Voluntária Realizada pelos Idosos Voluntários.....	120
5.3.1 “As Crianças Carentes, os Órfãos, o Povo, as Mães Solteiras, os Aposentados”	120
5.3.2 “O Trabalho Voluntário não tem Ganho”	125
5.3.3 A Trajetória e a Motivação do Trabalho Voluntário no Mundo Pré e Pós-Aposentadoria.....	135
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	152
REFERÊNCIAS	160
ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	170

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, há na sociedade várias imagens sobre envelhecimento e vários estigmas e preconceitos, sendo que estas representações, muitas vezes, são contraditórias entre si. A velhice por muitas vezes é considerada como sendo a etapa da melhor idade, a idade do tempo livre e do descanso, período destinado ao aproveitamento da vida, da busca de prazer e de projetos de vida não realizados. Por outro lado, existem as imagens de improdutividade, de perda de vigor e beleza física, de invalidez e a figura do velho como um dos principais dependentes da assistência social promovida pelo Estado. Nesta imagem o idoso aparece como um ônus à sociedade uma vez que esta tem a falsa idéia de que ele, por estar afastado do âmbito laboral, não é mais produtivo.

Um dos aspectos mais associados ao processo de envelhecimento é a aposentadoria. Acredita-se que esta condição ocasione uma modificação na rotina e no comportamento das pessoas aposentadas, uma vez que estes poderão estar à frente de uma necessidade de reestruturação e reorganização de seu tempo e atividades. A aposentadoria é associada ao afastamento da atividade laborativa. Esta associação é fortalecida pelo fato de nossa sociedade ser orientada principalmente pelo valor dado ao trabalho, como mecanismo fundamental no processo de acumulação capital, pois, enquanto o indivíduo for produtivo, contribui de modo ativo para o desenvolvimento econômico da sociedade.

Como resposta à associação entre a velhice e a improdutividade surgiram alguns programas específicos voltados para os idosos. Um dos objetivos desses programas, explícitos ou não, é estimular a participação do idoso em ações voluntárias. Dentro do trabalho voluntário, além do preenchimento do tempo livre, tais programas buscam promover a integração entre gerações, a contribuição do conhecimento e experiência de vida do idoso e a possibilidade que este exerça um papel mais ativo nas decisões sociais. Vale ressaltar que tais iniciativas não fazem parte de uma política governamental deliberada.

No Brasil, poucas pesquisas são realizadas em torno da intersecção entre o trabalho voluntário e a velhice, o que ratifica os estereótipos acerca dos idosos, principalmente aqueles relacionados à improdutividade, dependência e falta de representatividade social. Estas pesquisas enfatizam que uma das principais motivações dos idosos para desempenhar a ação voluntária é o desejo de sentirem-se úteis à sociedade e o preenchimento do tempo livre advindo da aposentadoria. Contudo, tais pesquisas não consideram que o trabalho voluntário possa estar associado à vida pregressa do idoso que exerce tal atividade. Diante deste contexto, a reflexão acerca do trabalho voluntário realizado por idosos, nos momentos pré e pós-aposentadoria, pode fornecer uma nova abordagem sobre questões relativas à discussão sobre aposentadoria e velhice. Nesta perspectiva, vale ressaltar que o trabalho voluntário pode não ser decorrente, necessariamente, da aposentadoria, mas uma continuação das atividades realizadas em outras etapas da vida.

Estes questionamentos associados ao progressivo envelhecimento da população brasileira foram os principais fatores motivadores para a realização da pesquisa que dá suporte ao presente estudo. Esta dissertação teve como objetivo principal identificar as

intersecções entre trabalho voluntário, envelhecimento e aposentadoria e, como objetivos específicos dar visibilidade ao trabalho voluntário realizado pelos homens aposentados durante suas trajetórias de vida, conhecer a vivência da aposentadoria desses idosos voluntários e contribuir no estudo do Terceiro Setor e envelhecimento.

No primeiro e no segundo capítulo, recorre-se ao referencial teórico que delinea a pesquisa, através dos conceitos de envelhecimento, aposentadoria e trabalho voluntário. São abordadas também as questões sobre a vivência no processo de envelhecer, o histórico do trabalho voluntário no Brasil e o trabalho voluntário realizado por idosos. Procura-se utilizar um referencial não somente da área da Psicologia, mas também de outras áreas de estudo, com a finalidade de obter apoio de uma estrutura teórica interdisciplinar.

No terceiro capítulo, encontra-se a metodologia utilizada para a coleta de dados, a descrição da análise dos dados e do software empregado que auxiliou na categorização do material. Também são apresentados os idosos voluntários que participaram deste estudo.

No quarto capítulo, apresenta-se a análise dos resultados e sua relação com o corpo teórico. No primeiro momento, é mostrada a vivência dos idosos frente à aposentadoria, o envelhecimento, sua articulação com o trabalho voluntário, as diferentes representações desta etapa de vida para os idosos e alguns elementos que perpassam o envelhecimento. No segundo momento, estão os questionamentos sobre o trabalho voluntário, a natureza, as motivações e o significado desta ação, assim como a diferença entre o trabalho formal e o voluntário.

No quinto e último capítulo, as considerações finais, momento em que se procura refletir sobre os principais resultados desta pesquisa, onde se ressalta que o trabalho voluntário pode ser uma estratégia adaptativa ao processo de envelhecimento e à aposentadoria, transpondo-se as questões de ocupação de tempo livre e necessidade de manter-se produtivo diante a sociedade.

O presente estudo é parte integrante do projeto Aposentadoria e Envelhecimento que está vinculado à linha de pesquisa Trabalho, Saúde e Subjetividade.

2 VELHICE E APOSENTADORIA

Coexistindo com o crescente envelhecimento populacional, criam-se na sociedade contemporânea expressões que atenuam o caráter pejorativo da palavra velho: terceira idade, melhor idade, idade do lazer, quarta idade, entre outras. Estas expressões de uma maneira latente reproduzem atitudes preconceituosas em relação à velhice, pois faz prevalecer a negação do processo de envelhecimento e suas inevitáveis conseqüências. Tais expressões também estimulam a ideologia do “só é velho quem deseja ser”, o que acarreta duas conseqüências importantes à forma de como se representa a velhice no momento atual: os efeitos da velhice poderão ser minimizados, tornando esse processo não mais inevitável, mas de escolha individual e o enfraquecimento das fronteiras entre as idades, determinando que a idade não seja mais um marcador de comportamentos esperados.

Entretanto, não se pode compreender o envelhecimento somente pela sua inevitabilidade e como uma etapa do desenvolvimento humano onde ocorrem mudanças biológicas. Para tentar entendê-lo, é importante analisar as condições sócio-históricas em que ele ocorre, quais os fatores que legitimam a entrada nessa etapa, tal como a idade cronológica.

Para alguns autores (DEBERT, 2001; PEIXOTO, 2004, *on line*) um dos principais momentos de preocupação ao avançar a idade é a aposentadoria, pois ela repercute o princípio da vida não-produtiva, de inatividade. Entretanto, com esta nova

representação da velhice direcionada pela terceira idade, a associação entre aposentadoria e velhice passa a perder força.

Sobre esta dissociação, Peixoto (2004, *on line*) afirma que, se em épocas passadas a aposentadoria simbolizava o início do processo de envelhecimento, atualmente, com o prolongamento da vida e os avanços da ciência e da medicina, a aposentadoria é um fator de apreensão pela insegurança de se manter um nível de vida próximo àquele que se tinha durante o período de atividade laboral. Desta maneira, a não-desvinculação do mercado de trabalho ou o retorno a ele pode ocorrer tanto para preservar as mesmas condições de vida como também para ocupar o espaço promovido pela aposentadoria, sendo que estas razões não se excluem de forma mútua (PEIXOTO, 2004, *on line*).

Em uma outra perspectiva de analisar esta dissociação entre velhice e aposentadoria, pensa-se que o momento posterior à aposentadoria pode ser vivenciado de uma forma ativa pelos idosos, pela realização de atividades prazerosas e por atividades relacionadas ao lazer. Neste contexto, expõe-se uma nova forma de representar a velhice e a aposentadoria, que agora revê-se os estereótipos negativos tanto da velhice como da aposentadoria, de ociosidade, solidão e limitação física, oferecendo imagens positivas dessas duas situações, assim como outras formas de vivenciá-las (DEBERT, 2001).

2.1 As Diferentes Representações da Velhice

A concepção do que é ser idoso ou jovem se transforma ao longo da trajetória de vida do ser humano, pois à medida em que vai experimentando as mudanças que

ocorrem durante o ciclo vital, a pessoa modifica e reorganiza sua expectativa de vida futura e interpretação de vida passada. Birman (1995) e Marín; Troyano e Vallejo (2001) salientam que as percepções sociais da juventude e da velhice não são estáticas, são interpretações sobre o percurso da existência e, sendo interpretações, elas se transformam historicamente, pois a definição sobre juventude e velhice se modifica segundo a etapa evolutiva em que o sujeito se encontra.

De acordo com Posada (1998), a reconstrução da definição de envelhecimento que o indivíduo realiza quando chega à velhice pode ser uma forma de adaptação às modificações advindas com essa etapa do desenvolvimento, no sentido de alcançar a continuidade pessoal e a manutenção do próprio auto-conceito e auto-estima. Complementando esta idéia, a definição de ser jovem ou velho se modifica durante a trajetória de vida do sujeito, pois as definições dadas à juventude ou à velhice não são conceitos absolutos, mas interpretações frente ao percurso da existência (BIRMAN, 1995).

Seguindo este raciocínio, a Comisión Económica para América Latina y el Caribe (2003a, *on line*) afirma que a definição da velhice varia em um mesmo momento histórico, de uma cultura para outra, de uma região a outra, sendo possível dentro de um mesmo país encontrar diferentes conceitos frente à velhice. Tal situação ocorre, segundo este autor, porque a saúde, as situações econômica, social e familiar e suas implicações para o bem-estar dos idosos são claramente diferentes conforme a classe social, o gênero, a etnia e o lugar de residência. Pensa-se que tanto o conceito de velhice como a experiência de vivenciá-la se modificam de acordo com as condições sócio-históricas do sujeito, uma vez que estas se transformam conforme a passagem do tempo, as condições e experiências de vida do indivíduo.

A velhice ela poderá ser considerada a partir da idade cronológica do indivíduo, ou a partir do início das alterações biológicas, concretizadas, principalmente, pelas limitações físicas causadas pelo processo de envelhecimento ou pelas próprias doenças típicas do envelhecimento.

De acordo com a classificação da velhice conforme a idade cronológica, na sociedade ocidental, o idoso é aquele que tem a idade correspondente à idade característica de um “velho”, estabelecendo-se uma idade limite que separa a velhice da não velhice, quem está apto para trabalhar de quem não está. De forma implícita, estabelece-se que a idade cronológica é o parâmetro para separar e controlar os indivíduos. No entanto, a definição de idoso a partir de sua idade cronológica nos traz alguns obstáculos, pois além de promover uma idade limite, acaba trazendo a homogeneidade entre os indivíduos, a hipótese de que as características biológicas são independentes das características culturais, criando também expectativas em relação ao papel social do idoso. A divisão cronológica pode ser um objeto de disputas em muitas sociedades, pois reflete a divisão de poderes, já que tal divisão impõe limites e mantém uma ordem na qual cada sujeito deverá permanecer em seu lugar (BOURDIEU, 1983). Exemplificando esta questão, este autor cita as relações entre os jovens e velhos no século XVI, onde os velhos reservavam para os jovens a ideologia da virilidade e violência e, para si, o poder intelectual, retratado sob a forma da sabedoria. Outro exemplo citado é da Idade Média, onde os que detinham o patrimônio visavam manter em estado de juventude, ou seja, em estado de irresponsabilidade, aqueles jovens que pertenciam à nobreza, os quais poderiam reivindicar, como um direito, a sucessão patrimonial.

A juventude e a velhice, de acordo com Debert (1994, 1997) e Bourdieu (1983), são construídas social e historicamente por meio de lutas entre jovens e velhos, sendo a relação entre idade social e cronológica muito complexa e manipulável, pois sempre seremos jovens ou velhos em relação a alguém (BOURDIEU, 1983). Tal manipulação poderá ser um meio de controle da vida dos sujeitos, definindo desta forma que, em uma determinada idade, se cumpram obrigações e papéis previamente estabelecidos, sendo a idade a fronteira entre tais obrigações impostas pelo sistema social dominante. Como mecanismo de controle, vale lembrar que a idade cronológica na sociedade ocidental é estabelecida através das datas, não estando associada aos aspectos biológicos dos indivíduos, e sim a instrumentos legais que determinam os direitos e os deveres dos indivíduos em cada etapa do desenvolvimento. Neste sentido, esses instrumentos e a idade cronológica determinam a entrada e a saída da vida escolar, da vida laboral, o direito ao voto, entre outros.

A idade, conforme Ariès (1981), já era utilizada desde a Idade Média, mas no contexto das ciências, não da experiência cotidiana. Este autor, citando o filósofo Isidoro, coloca que a velhice duraria até os 70 anos, sendo denominada assim porque as pessoas velhas já não possuíam mais o vigor físico e intelectual como os jovens. Mesmo nas artes, Ariès (1981) coloca que a figura do velho passa a ser retratada através das perdas físicas, a partir da figura de homem com queda de cabelos e uso de barba, o que o faria parecer, no contexto atual, jovem ainda. Ao explicar a velhice no século XX, este autor salienta que a velhice no sentido de ser representada pela decrepitude estava em vias de desaparecer, pois “[. . .] a idéia tecnológica de conservação substitui a idéia ao mesmo tempo biológica e moral da velhice [. . .]” (1981, p. 48).

Esta citação de Ariès (1981) pode ser percebida nos dias de hoje, tendo em vista o surgimento acelerado de técnicas de manutenção da beleza e da saúde, além das inúmeras atividades voltadas para os idosos, com objetivos de postergar todas as coisas que lembram o processo de envelhecimento. A manutenção da saúde e da beleza não é suficiente para que seja adiada a vivência do processo de envelhecimento, sendo fundamental que ocorram atividades que reafirmem que este processo está sendo protelado.

No entanto, para Vieira e Ramos (1996), o que caracteriza os primeiros conflitos psicológicos ao vivenciar a velhice é ainda a dificuldade na adaptação às mudanças físicas e sociais que surgem em decorrência desse processo e os embates ocasionados pela interação com uma sociedade pouco tolerante ao processo de envelhecimento. Ao vivenciá-la, o indivíduo poderá estar à frente de um paradoxo: por um lado, gostaria de viver por muito tempo, mas por outro, não quer ser velho no sentido de que velho não tem mais utilidade por estar gasto pelo tempo e também pela associação da velhice com o binômio saúde-doença. A questão não é ser jovem ou velho, mas ser saudável ou doente, autônomo ou não. Estes autores concluem que a velhice é uma etapa de vida que apresenta efeitos específicos sobre o organismo do homem em decorrência da passagem do tempo, concebida pejorativamente como uma fase de doenças e de deterioração.

Contradizendo a idéia de que o envelhecimento é consequência da passagem do tempo, Hayflick (1996) salienta que esta passagem não produz efeitos biológicos, pois os eventos ocorrem no tempo, mas não devido a ele. A passagem do tempo não determina o ritmo do envelhecimento, uma vez que os eventos biológicos que ocorrem desde o nascimento sucedem-se em momentos e ritmos diferentes em cada indivíduo. Para este autor, as mudanças que aparecem com a idade não são doenças e sim típicas

desta etapa, à medida que se envelhece. Há mudanças visíveis que são conseqüências do processo de envelhecimento, tais como a perda da capacidade física, os problemas de memória, a queda de cabelo, a perda de massa óssea e da audição e a menopausa, comuns a população idosa. Este autor ainda afirma que não se está doente porque estas mudanças acontecem.

Camps (2003), ao refletir sobre a noção biológica da velhice salienta que o desgaste físico é inevitável, podendo ser acompanhado pela perda da autonomia e da saúde. Para muitos idosos, ainda que possam caminhar, ler, orientar-se e vestir-se por si próprios, há sempre um sentimento de resistência em ver-se como um idoso, pois o que caracteriza a situação de velhice é a falta de autonomia para conduzir uma vida minimamente normal. Desta forma, enquanto esta autonomia estiver preservada, muitos idosos não se descrevem como velhos o que pressupõe que a velhice não é conseqüência da idade cronológica, mas da condição de dependente e da perda de autonomia.

Ao falar sobre a sua própria velhice, as pessoas idosas diferenciam dois tipos de envelhecimento: o biológico e o psicológico. Sobre esta diferenciação, Posada (1998) coloca que, ao mencionar o envelhecimento biológico, os idosos referenciam o declive físico, irreversível, inevitável, que se concretiza na morte. Na definição deste envelhecimento, comumente verbalizam que ele teve início em uma determinada situação ou em um ponto demarcado no ciclo vital. De forma contrária, o envelhecimento psicológico é definido em relação ao bem-estar e satisfação por meio de um estado qualitativo, não fundado em uma dimensão temporal e nem relacionado à idade. Desta forma, os idosos tendem a se perceberem como psicologicamente jovens, independente da idade cronológica e do envelhecimento biológico. Enfatizam que não há modificações psicológicas, apesar de que o corpo tenha se modificado pelas perdas

físicas, pois o que permite que o idoso se considere jovem é justamente a não modificação do seu estado psicológico e, por isso, o sentimento de ser o mesmo. Ainda que grande parte dos idosos vivenciem mudanças de caráter negativo, essas mudanças necessariamente não afetam o nível de bem-estar porque, com o objetivo de manter intacto esse bem-estar, eles poderão implicar-se de maneira ativa em estratégias para enfrentar estas mudanças. Isto possibilitaria, então, o reajustamento do impacto negativo das mudanças advindas com o envelhecimento, oferecendo novas oportunidades de vida para o idoso (POSADA, 1998).

Proporcionando uma outra perspectiva sobre os modos de vivenciar a velhice, Motta (1997) afirma que a lógica capitalista provocou uma imagem social do envelhecimento e da velhice tão negativa que os idosos que se mantêm saudáveis e lúcidos não se reconhecem nesta imagem. Por este não reconhecimento, é possível entender alguns idosos que não se consideram velhos ou identificam a velhice nas outras pessoas, mas não em si próprios, apesar de ter uma idade que os legitima como tal. Esta autora ainda afirma que os idosos estão acompanhados por uma ambivalência: velhice existe, mas não neles.

Por trás deste não-reconhecimento da velhice, funda-se o conceito de terceira idade. Este conceito surge na França, durante a década de 60, advindo da modificação do sistema de aposentadoria francês e da necessidade de criar um novo termo para representar os trabalhadores aposentados, pois estes passaram a reproduzir práticas sociais associadas às camadas médias assalariadas, uma vez que a imagem de degradação relacionava-os às camadas mais pobres (MOTTA, 1997; PEIXOTO, 1998).

No contexto francês, surge a necessidade de criar uma nova categoria para denominar e diferenciar esses trabalhadores aposentados da imagem de degradação e pobreza das pessoas que não podiam assegurar sua condição econômica e social, tais como os indigentes (PEIXOTO, 1998), fazendo surgir, então, a terceira idade. Lenoir (1979) salienta que a invenção da “terceira idade” é uma nova etapa do ciclo de vida que tende a se inserir entre a aposentadoria, e a velhice e que provém, entre outros fatores, da generalização dos sistemas de aposentadoria cuja instituição é associada à extensão do salário e do modo de gestão da força de trabalho que o acompanha. Esta separação entre velhice e terceira idade se manifesta no interior das categorias opostas que são contemporâneas à constituição dos agentes especializados que prescrevem os cuidados à velhice: “terceira idade X velhice”, “aposentadoria ativa X aposentadoria inativa”, “gerontologia X proteção social”, “casa de repouso X asilo”.

Na opinião de Lenoir (1979), na perspectiva da terceira idade, a velhice passa a ser uma nova juventude, a terceira idade como a idade do lazer e a aposentadoria como a aposentadoria ativa, determinando a idéia que a vida começa aos sessenta anos. A terceira idade manifesta-se como sinônimo de envelhecimento ativo e independente, fundando uma nova etapa de vida entre a aposentadoria e a velhice, onde não há espaço para ociosidade e limitação física. Para isto, o idoso deverá contar com o auxílio de instituições e de novos agentes especializados, os quais surgem para prescrever a este grupo etário maior vigilância alimentar, exercícios físicos além das necessidades culturais, psicológicas e sociais (PEIXOTO, 1998). No entanto, para Lenoir (1979), a terceira idade não é um substituto da etapa da velhice, mas torna nominável e público algo que foi proibido e não expresso através da palavra velhice.

A idéia de que a terceira idade é sinônimo de envelhecimento bem sucedido faz pensar que podem existir outras formas de vivenciar o envelhecimento e que não estariam associados ao sucesso. Diferentemente do que ocorreu na França, no Brasil a terceira idade não está relacionada à implementação de políticas públicas voltadas ao sistema de aposentadoria. Em nosso país, a questão da terceira idade é empregada nas propostas de criação de ações voltadas às atividades sociais, culturais e esportivas (MOTTA, 1997).

As universidades da terceira idade e os grupos de convivência, os quais estão relacionados a um sistema de discursos largamente divulgados pela mídia e de novos espaços de relações sociais, estão fortemente implicados nessas ações relacionadas às atividades sociais e culturais (DEBERT, 1997). Esses, de acordo com a autora, estão preocupados em modificar a imagem negativa dos idosos e, para isto, utilizam técnicas de manutenção corporal, exercícios físicos, bailes e outras modalidades de lazer que evidenciam como os que não se sentem velhos devem se comportar e agir, apesar da idade. A orientação destas novas práticas é alterar a representação da velhice como um momento de perdas por um momento de novas realizações e possibilidades, direcionadas pela busca de satisfação e realização pessoal. Para tanto, é fundamental que ocorra uma diferenciação entre os velhos-jovens dos velhos-velhos, mesmo que as marcas do corpo digam que o idoso está envelhecendo. A velhice, nesta diferenciação, apresenta-se através da terceira idade, associada ao velho-jovem, caracterizada pelo dinamismo, lucidez e capacidade produtiva, ou seja, “[. . .] uma velhice menos velha [. . .] ” (MOTTA, 1997, p. 133) e a quarta idade, relacionada ao velho-velho, associada aos estereótipos negativos da velhice.

Na tentativa de romper com o estereótipo negativo da velhice, a preocupação central do idoso é manter a capacidade cognitiva, a atividade e a saúde. Desta maneira, a imagem do velho-jovem passa a ser assimilada com satisfação pelos idosos, e se posiciona freqüentemente como o retrato de cada um (MOTTA, 1997), de modo que o idoso sinta alegria e orgulho por ainda não ter a imagem negativa da velhice. Enquanto que na França o termo idoso foi associado à população envelhecida em geral, oferecendo um caráter generalizante e homogeneizador a todas as pessoas de mais idade, além de um sentido mais respeitável ao sujeito velho, no Brasil esta designação assume um caráter diferente. Em nosso país, o termo idoso representa principalmente as pessoas mais velhas, enquanto que a categoria terceira idade simboliza os velhos jovens, os aposentados que se mantêm em atividade ou aqueles velhos que conseguem se manter autônomos e ativos (MOTTA, 1997).

Para Debert (1997), o antagonismo entre o velho-jovem e o velho-velho está fundamentado por um processo de valorização da juventude, o qual está agregado ao estilo de vida e valores e não a uma determinada faixa etária. Para esta autora, é nesse contexto que a velhice se torna uma responsabilidade individual, pois esta etapa evolutiva passa a ser vista como resultado do descuido pessoal e estilo de vida inadequado. Por mais que a terceira idade traga consigo a imagem do envelhecimento bem-sucedido, ela não apresenta recursos para enfrentar os obstáculos implicados nas perdas cognitivas, físicas e emocionais que condenam o idoso, os quais são fundamentais de serem enfrentados para que o sujeito seja reconhecido como um ser independente (DEBERT, 1997). Nesta perspectiva, Motta (1997) afirma que a lógica da terceira idade impulsiona a negação da velhice uma vez que por trás da representação de um idoso saudável, ativo e independente há uma tentativa de amenizar e até mesmo

negar as conseqüências da velhice. O processo de negar a velhice e o envelhecimento pode induzir a que estes não sejam considerados em sua amplitude e realidade, tanto em relação às carências e necessidades que podem conter, como também na colaboração social que as pessoas idosas podem oferecer à sociedade, através da experiência de vida e conhecimento adquirido e não somente pelo seu dinamismo.

Pensa-se que este processo de negar a velhice está associado à divisão entre terceira e quarta idade. Enquanto que a terceira idade se relaciona com a capacidade dinâmica e produtiva, a quarta associa-se à dependência, tanto econômica como social. Desta maneira, o processo de negar a velhice não abre espaço para aceitar que no processo de envelhecimento há perdas físicas e cognitivas, e nem que esta possa ser uma etapa onde o idoso possa contribuir através de sua experiência de vida. Este processo pode ocasionar uma outra problemática: o enfoque elitista que a terceira idade impõe, visto que somente aqueles idosos que dispõem de recursos econômicos, os quais possibilitam o acesso aos serviços de saúde, recreativos e turísticos, parecem vivenciar o denominado envelhecimento saudável e bem sucedido.

O modelo de envelhecimento bem sucedido mostra o idoso como um sujeito ativo, enfatizando o preceito de que a idade não é um marcador de comportamento, do modo de agir e pensar, nem quando o corpo padece de doenças e do peso da idade, já que esta e a doença estarão livres de perigos devido a medicações, hábitos de vida saudáveis e do avanço da tecnologia, criando também um novo mercado de consumo.

Este modelo, para Debert (1997), recusa a idéia de velhice, sendo esta uma questão de auto-convencimento. Nesta situação, a palavra velho está direcionada para o status do sujeito, e não às experiências individuais e, por isso, tal modelo indica

maneiras de comportamento e respostas para enfrentar o cotidiano a aqueles que não se sentem velhos. A velhice passa a ser apresentada através de imagens que a representam como uma etapa da vida onde a juventude, vitalidade, beleza física e estoicismo poderão ser preservados (FEATHERSTONE, 1994), inclusive a capacidade para o trabalho e de se manter economicamente ativo, mesmo que por trás de toda essa capacidade esteja a situação de manter o mesmo status econômico de antes da aposentadoria, e não um desejo genuíno de estar no mercado de trabalho. Debert (1997) faz uma crítica às especialidades que enaltecem a manutenção corporal como o envelhecimento bem-sucedido, pois na visão desses “[...] se um indivíduo não é ativo, não está envolvido em programas de rejuvenescimento, atinge a velhice no isolamento e na doença, a culpa é exclusivamente dele [...]” (p. 128).

Isto faz pensar na dupla culpa que alguns idosos poderão sofrer. De um lado, o envelhecimento biológico em que, por mais que as técnicas de manutenção corporal tentem controlar e dominar a fragilidade do corpo há o imperativo biológico e, por outro, a saída involuntária do mercado formal de trabalho, visto que existe uma idade limite para estar nele, já que a idade cronológica é uma das formas de instituir burocraticamente a aposentadoria.

2.2 O Idoso Frente à Aposentadoria

Assim como a velhice, o modo de vivenciar a aposentadoria não ocorre de uma maneira heterogênea, sendo singular a forma como o indivíduo a vivencia e se adapta a esse novo momento de vida. A forma como o indivíduo a interpreta poderá variar desde a concepção de usufruí-la como um castigo, de expulsão do âmbito laboral e retorno ao

âmbito doméstico, até a concepção de desfrutá-la de forma prazerosa, como direito adquirido pelos anos dedicados ao trabalho. Esta concepção positiva de vivenciar a aposentadoria também se constitui através da possibilidade de desempenhar novos papéis e dedicar-se às tarefas para as quais não se tinha tempo disponível, buscando na aposentadoria a satisfação pessoal muitas vezes negada pela vida de trabalho.

Sobre as diferentes formas de vivenciar a aposentadoria, Peixoto (1998) afirma que ela pode representar para algumas pessoas a deterioração, se for privilegiada a ideologia do trabalho e da produtividade, mas também pode ser representada pelo tempo liberado à materialização de velhos sonhos e novos projetos de vida. Paralelamente à dissociação entre terceira idade e velhice, há também a outra, entre aposentadoria e velhice. Nesta dissociação, a aposentadoria passa a ser um momento privilegiado, que possibilita renovação e realização pessoal, deixando de ser uma demarcação na entrada da velhice ou uma forma de garantir a sobrevivência daqueles que, por causa da idade, não estão mais aptos para desempenhar um trabalho produtivo (DEBERT, 1997).

Tanto na forma de vivenciar a aposentadoria como castigo como na forma de vivenciá-la como um direito adquirido, deverá ocorrer uma adaptação frente à mudança do papel social que a aposentadoria impõe. Esta adaptação inicia-se a partir do reconhecimento da própria pessoa que, em um determinado momento de sua vida, irá se aposentar (SALGADO, 1999; COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMERICA LATINA Y EL CARIBE, 2003a, *on line*).

Um ponto central de adaptação para o indivíduo frente à aposentadoria é a forma como ele irá ocupar o tempo livre. Historicamente as atividades recreativas para isso eram centralizadas no lar, principalmente em festas comemorativas, tais como

aniversário e Natal. Entretanto, atualmente, estas comemorações assumiram maior importância, visto que elas podem refazer as relações do sujeito com o trabalho, principalmente quando o aposentado participa de atividades recreativas no seu antigo local de trabalho. Esta participação pode ser significativamente importante na vida do aposentado, pois é um modo de não romper as relações de amizade firmadas no campo profissional e que se tornaram um grupo de referência para ele (VIEIRA; RAMOS, 1996). A participação dos aposentados nessas comemorações, por um lado, fomenta os contatos sociais e o compartilhamento de experiências, necessidades, objetivos e interesses, contribuindo no ajustamento e adaptação à situação vital. Por outro, pode-se criar uma subcultura, onde as pessoas que pertencem a determinados grupos de idade somente se relacionam com sua própria faixa etária e se distanciam dos outros componentes da sociedade, de modo que pode reforçar atitudes de oposição dentro da esfera social, o que ocasionaria um crescente isolamento entre os mesmos (LEHR, 1977).

De acordo com LEHR (1977) e SALGADO (1999), no processo de adaptação à aposentadoria, deve-se incluir a reestruturação da relação conjugal e familiar. A necessidade desta reestruturação é decorrente do fato de que antes ocupando a esfera do trabalho o idoso não ficava tanto tempo à esfera familiar, situação que pode ser alterada com a aposentadoria, modificando, principalmente, as relações familiares, o que pode promover novos conflitos ou entendimentos. Pensa-se que a aposentadoria acarreta uma modificação na rotina e no comportamento dos sujeitos, uma vez que estes poderão estar à frente de uma necessidade de reestruturação e organização de seu tempo e atividades. Tais necessidades também são fortalecidas pelo fato de que nossa sociedade é orientada principalmente pelo valor dado ao trabalho, enquanto forma de acumular capital, pois,

enquanto o sujeito estiver trabalhando, ele contribuí de forma participativa com o desenvolvimento econômico da sociedade. No domínio do trabalho, o curso de vida a que estamos submetidos é consequência da lógica fordista, fundada na produtividade econômica, na subordinação do sujeito à ordem social de consumo e de produção de riqueza (DEBERT, 1997; MOTTA, 1997). Tal lógica associada à criação da aposentadoria acaba por auxiliar na demarcação e burocratização dos ciclos de vida em três segmentos: a infância e a juventude, a idade adulta e a velhice. Por esta demarcação, a infância e a juventude estão relacionadas à vida escolar; a idade adulta ao trabalho e tempo de produzir; e a velhice, à aposentadoria e ao tempo de repouso (DEBERT, 1997; PEIXOTO, 1998). Estes três segmentos estão interseccionados pelo trabalho e a capacidade para produzir, assim como pela idade cronológica, uma vez que é pela idade que se determina a entrada e a saída da escola e do mercado de trabalho.

A aposentadoria poderá ser uma forma de demarcar os limites entre as gerações, além de ser um marco definidor da entrada na velhice tanto quanto a idade cronológica. Ela é um organizador da trajetória profissional da vida dos sujeitos, definindo quem está apto ou não para trabalhar. Esta definição, implicitamente, traduz uma conjuntura do estar aposentado: significa não estar sendo produtivo, pois o trabalho é um dos alicerces para o reconhecimento social. Entretanto, a criação da categoria aposentado passa a oferecer duas situações ao indivíduo: pode inserir melhores condições de vida ao idoso já que este por meio de instrumentos legais passa a usufruir de um estatuto social reconhecido, mas também delinea um novo recorte homogêneo às idades, pois classifica as pessoas não produtivas de acordo com a idade cronológica, conferindo também uma condição comum ao redor da velhice, de ociosidade e improdutividade (PEIXOTO, 1998).

Contribuindo para o entendimento da lógica industrial que distingue as idades da vida conforme a capacidade de produção dos sujeitos, pode-se refletir sobre a ética protestante. Weber (2001) ao analisar a ética protestante, salienta que o trabalho cotidiano, sob qualquer circunstância, é o único meio para satisfazer a Deus, sendo o trabalho uma vontade e mandamento de Deus a todos os indivíduos. A perda de tempo é o principal pecado que o homem pode cometer, já que o eterno descanso ocorrerá em um outro mundo, pois na Terra, a fim de garantir a salvação, deverá trabalhar o dia todo. Neste sentido, não se trata de “[...] tempo é dinheiro [...]” (WEBER, 2001, p. 86), e sim, da vida espiritual do indivíduo, pois toda hora perdida que não esteja voltada ao trabalho a Deus traz como consequência uma perda de tempo à sua glorificação. Este autor ainda coloca que a falta de vontade de trabalhar, conforme a ética protestante é um sintoma da ausência do reconhecimento a Deus, pois o trabalho constitui a própria finalidade da vida. É possível pensar que a aposentadoria, representada pelo caráter da improdutividade e ausência de trabalho que o espírito do capitalismo impõe neste momento, passa a ser considerada como uma etapa de desvalorização do indivíduo, pois uma vez ausente do mundo do trabalho, não há mais finalidade para a vida. Realizando uma crítica frente à ética do trabalho imposta pelo capitalismo, Sennet (1999) coloca que esta ética faz surgir um novo tipo de homem, “[...] o homem motivado [...]” (p. 126) o qual decide mostrar o seu valor através do ato de trabalhar, onde na sua história de vida, busca a todo momento, sua auto-estima e reconhecimento do outro através do trabalho.

Então, o idoso poderá realizar um outro tipo de trabalho, não mais relacionado ao trabalho profissional e sistemático, mas um outro que ainda lhe permita ter uma finalidade de vida e glorificar a Deus. Desempenhando um outro tipo de trabalho, não há

espaço para refletir sobre a aposentadoria como um momento de não-trabalho e improdutividade, pois, conforme Carlos et al. (1999), “ [. . .] o ato formal de aposentadoria não significa, necessariamente, um rompimento com o mundo formal do trabalho [. . .] ” (p. 81). Entretanto, é possível pensar a aposentadoria de uma outra perspectiva: a aposentadoria poderá ser um mecanismo de permissão para que outras atividades sejam realizadas, no sentido que não seja mais obrigatório o trabalho com a finalidade de louvar a Deus. Nesta perspectiva, a importância do trabalho é minimizada, pois sendo aposentado, o indivíduo deixa de ser trabalhador e assim é possível ainda se dedicar ao trabalho, mas não com a rigidez e controle empregados na época anterior à aposentadoria.

Ainda sobre o trabalho como finalidade da vida, pode-se pensar que a atividade laboral também possa ser uma expressão do desejo de imortalidade simbólica do indivíduo (LEFF, 2000), pois, através do trabalho, ele se perpetua nos grupos sociais aos quais pertence, além de ser uma forma de continuação após a morte. Sobre a imortalidade, Bauman (1998) afirma que as ações laborativas do homem estão fundamentadas no conhecimento da imortalidade. Este autor problematiza que, se um dia a morte for superada, o trabalho não dará mais sentido à vida humana. O cerne desta questão é que a certeza da morte o faz “ [. . .] trabalhar com vistas à imortalidade [. . .] ” (BAUMAN, 1998, p. 191), uma vez que o ato de trabalhar motivaria a ação e o sentido da vida. A estratégia individual para alcançar a imortalidade ocorre através da preservação do indivíduo na memória das pessoas que o cercam, mas para isto é necessário que esse indivíduo se faça gravar na memória por meio de suas realizações (BAUMAN, 1998). Seguindo este raciocínio, é possível afirmar que, pelo trabalho, o indivíduo poderá alcançar a imortalidade simbólica.

Se é pelo trabalho que o indivíduo torna-se objeto de reminiscência de seu grupo social, o idoso poderá escolher em continuar em sua atividade profissional, ou realizar novas atividades profissionais que lhes sejam fonte de satisfação pessoal. Desta maneira, poder-se-ia pensar que as atividades não-remuneradas ou mesmo as remuneradas que os idosos realizam poderiam ser formas encontradas para amenizar essa culpa de não se sentirem produtivos e também de amenizar a ameaça do isolamento social. Carlos et al. (1999) colocam que os idosos ressignificam o conceito de trabalho a partir das determinações sociais de manter-se em atividade, em oposição à inatividade. Nesta lógica, as atividades remuneradas ou não passam a ser realizadas e de forma prioritária, são buscadas as atividades que ocorrem no espaço público, a fim de que se assegure o reconhecimento social.

As teorias sociológicas que talvez mais condizem com a situação do idoso nos dias atuais são as teorias da atividade e da continuidade, tendo em visto a permanência do idoso no mercado de trabalho ou em outras atividades não-remuneradas e o seu não afastamento das relações sociais. Contrapondo com a Teoria do Desengajamento¹, há a proposta da Teoria da Atividade, formulada por Robert Havighurst². Siqueira (2002, p. 49), citando este autor, salienta que essa teoria admite que o declínio físico e mental associado à velhice é o que motiva as doenças psicológicas e o afastamento social do idoso. Desta maneira, para que não ocorra o declínio, é necessário manter as mesmas atividades realizadas nas outras etapas da vida, a fim de ocorrer o envelhecimento bem-sucedido.

¹ Na Teoria do Desengajamento, Cumming e Henry (1961) asseguram que a aposentadoria é a permissão concedida pela sociedade para que o homem se afaste da vida social. Na sociedade industrial é preciso que os idosos se afastem para dar espaço aos mais jovens, pois estes, além de necessitarem entrar no mercado de trabalho, possuem as habilidades que o sistema econômico requer. Assim, o afastamento do idoso seria benéfico para manter o equilíbrio social e econômico.

² HAVIGHURST, Robert. Personality and Patterns of Aging. **The Gerontologist**, Cleveland, v. 8, p. 20-23, 1968. Apud Siqueira, 2002. P. 49.

Pode-se pensar que esta teoria estimula a idéia do anti-envelhecimento proposta pela terceira idade, ao afirmar que o idoso que se mantém em atividade alcança o envelhecimento bem-sucedido. Como foi dito anteriormente, o fato de colocar a noção de envelhecimento bem-sucedido pressupõe a idéia de que há um outro tipo de envelhecimento, caracterizado pelo fracasso e de responsabilidade individual do idoso. A aposentadoria, por esta consideração, poderá ser vivenciada através de seus estereótipos negativos, pois pode ser percebida como um “prêmio” por se estar velho, sendo fundamental que existam outras funções que possam substituir a atividade profissional, pois não existindo, poderia confirmar o fracasso individual e a aceitação da velhice como um sinônimo de término de vida. A perda de papéis, a ausência de atividades e de relacionamentos sendo substituídas por novos papéis ou atividades, pode ser uma forma de assegurar o bem-estar, a qualidade de vida dos idosos e o sentir-se valorizado socialmente. Neste contexto, o afastamento dos idosos seria consequência da falta de oportunidades proporcionadas a esse segmento populacional e não um processo advindo do desejo e escolha do idoso. A perda do papel social como consequência da aposentadoria deve ser substituída por outros papéis já existentes, ou pela criação de novos papéis, sendo ambas as situações capazes de proporcionar um nível suficiente de atividades, onde o idoso sinta-se integrado e participativo da sociedade, o que permite pensar a substituição do trabalho formal por atividades que mantenham o mesmo nível de atividade e posição social ao idoso.

Por esta teoria, o idoso ainda tem a necessidade de assumir novos papéis sociais, os quais podem ser tão importantes como aqueles que foram perdidos pela aposentadoria ou por outra situação. Concordando com esta teoria, Monchietti (2005, *on line*) aponta que a velhice não se reduz a uma etapa de perdas e sim é uma etapa de transformações

onde o idoso pode estabelecer uma nova forma de estar no mundo. Como resultado deste pressuposto, afirma-se que o fato de o indivíduo pertencer à faixa etária da velhice não exclui a possibilidade de o mesmo continuar participando economicamente da sociedade. Entretanto, esta participação muitas vezes não é reconhecida pela sociedade, pois as transformações do mundo do trabalho e as relações salariais levam a uma depreciação e marginalização da mão-de-obra idosa, sendo que o próprio envelhecimento populacional suscita dúvidas a respeito de como financiar as aposentadorias além da retirada da mão-de-obra e suas conseqüências sobre as atividades e produtividade (GUILLEMARD, 2002). Além de sofrerem o estigma de serem onerosos ao Estado, os idosos também podem sentir-se desvalorizados pela aposentadoria representada através da perda de um papel social fundamental: a do sujeito ativo e em constante produção, uma vez que a ociosidade e a improdutividade passam a ser sintoma social do envelhecimento (PEIXOTO, 1998).

Tal marginalização e depreciação citadas por Guillemard (2002) poderão estar relacionadas tanto ao preceito de que o idoso não produz tão rapidamente quanto um jovem e, por isso, responsável pela diminuição da margem de produção e lucro como também à reestruturação produtiva e suas conseqüências, tais como o desemprego. Por último, estas características depreciativas ao idoso também poderão relacionar-se à iniciativa implementada por alguns países em estimular a saída precoce do mercado de trabalho, através da aposentadoria antecipada, com o objetivo de diminuir a dependência ao Estado. Na mesma direção que o Estado, a mídia concebe os idosos de forma estereotipada e negativa, pois em diversos anúncios publicitários o uso da imagem do

aposentado, sentado em uma cadeira do papai, de pijama em casa³ ou em uma praia paradisíaca é recorrente.

Contrapondo a idéia da mídia, onde o idoso aparece como inativo ou em eternos momentos de lazer após a aposentadoria, Camarano (2003b, *on line*) realizou uma análise a respeito da participação do idoso brasileiro na atividade econômica no período entre 1978 e 1998. Nesta análise, foi constatado que a sua participação no mercado de trabalho é alta, em relação aos padrões internacionais, principalmente as taxas de participação masculina. Tal participação está relacionada à reinserção do aposentado no mercado de trabalho ou, até mesmo, à sua permanência.

Desta maneira, pode-se contrapor a Vieira e Ramos (1996) e Stucchi (1998), quando afirmam que a aposentadoria é caracterizada pela saída do mundo do trabalho e pela entrada no mundo doméstico, sendo um estado de inatividade ao final de um tempo de serviço. A permanência dos idosos no mercado de trabalho após a aposentadoria pode ser causada por diversos motivos e também pelas outras atividades não remuneradas que o idoso poderá realizar, embora essas também possam, de alguma forma, contribuir economicamente. Em relação à entrada no mundo doméstico, esta poderá ser uma opção, e não uma obrigação imposta pela saída do mercado de trabalho, devendo-se levar em consideração os fatores subjetivos de escolha para o retorno doméstico e também os fatores relacionados à saúde, à capacidade física e o apoio social recebido para

³ Em relação ao “conceito de homem de pijama”, Rodrigues (2001) afirma ser uma linguagem pejorativa, sendo freqüente esta referência para denominar os aposentados, uma vez que o ato de vestir pijama ocorre quando o sujeito dorme ou está doente. Para este autor, a cultura do pijama fornece aos aposentados um estigma de inatividade, que exclui a possibilidade de eles sentirem-se úteis de outra maneira que não seja pelo trabalho, questionando também se vestir pijama é a forma com que a sociedade espera que os aposentados vivenciem o tempo livre advindo com a aposentadoria.

continuar, que muitas vezes impõem esta condição de afastamento (COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMERICA LATINA Y EL CARIBE, 2003a, *on line*).

A respeito do não-afastamento real do mundo do trabalho, Carlos et al (1999) afirmam que há um espaço de preparação subjetiva para o afastamento futuro, pois se estabelece para o trabalhador a possibilidade real de um dia ocorrer a vivência do não-trabalho. Este arranjo futuro implica uma nova organização da vida familiar, novas relações afetivas fora do espaço laboral, novos espaços de convivência e de relacionamentos e até a diminuição do trabalho. Os mesmos autores ainda colocam que “ [. . .] é nesta preparação que surgem os trabalhos alternativos, os hobbies, as experiências de artes e ofícios que implicam autonomia com relação à organização do trabalho [. . .] ” (p. 82-3).

A aposentadoria como um momento de mudança no status social do indivíduo necessita de estratégias de adaptação para que esse momento não seja vivenciado somente pelos sentimentos de perda do trabalho, pela possibilidade de afastamento social e pela passagem do mundo público para o mundo doméstico. O processo de reflexão destas estratégias de adaptação deverá ocorrer na própria trajetória de vida dos indivíduos, de forma que estes reconheçam que, um dia, eles se tornarão aposentados. Para que tal reflexão se concretize, talvez fosse necessário que a sociedade não definisse mais a aposentadoria como um “[. . .] marco a indicar a passagem para a velhice ou uma forma de garantir a subsistência daqueles que, por causa da idade, não estão mais em condições de realizar um trabalho produtivo [. . .]” (DEBERT, 1997, p. 120).

Ajudando a dissociar a aposentadoria de seus estereótipos negativos, Peixoto (2004, *on line*) contrapõe a idéia de relacionar a aposentadoria com inatividade,

afirmando que os aposentados muitas vezes são sinônimos de ócio, mas na verdade, são ativos, pois em tempos de dificuldades econômicas ajudam financeiramente os filhos, cuidam dos netos e continuam trabalhando. Ilustrando esta situação toma-se a análise realizada por Camarano (2003b, on line) a respeito da participação do idoso brasileiro na atividade econômica no período entre 1978 e 1998. Conforme esta pesquisa, a participação do idoso brasileiro no mercado de trabalho é alta, em relação aos padrões internacionais, principalmente as taxas de participação masculina. Tal participação está relacionada à reinserção do aposentado no mercado de trabalho ou até mesmo, a sua não saída, entre os fatores que determinariam esta participação seria a renda do trabalho dos aposentados, principalmente no orçamento familiar e a aposentadoria precoce alcançada pelo tempo de serviço (Camarano et al 2003a, Camarano, 2003b). Entretanto, a pesquisa realizada por Camarano et al (2003a) não menciona a pressão que a nossa sociedade faz acerca do manter-se produtivo na velhice, e também, para muitos idosos, a aposentadoria poderá representar a entrada em um mundo de pauperização e de pobreza econômica, apesar de iniciativas governamentais visando à universalização dos benefícios de seguridade social.

Assim, a necessidade de manter-se produtivo através do trabalho, remunerado ou não, não pode ser a única resposta para ocupar o tempo livre decorrente da aposentadoria, uma vez que por trás da idéia do manter-se produtivo, poderá estar subjacente o desejo de se afastar dos estereótipos negativos de ociosidade e inatividade. Neste sentido, os idosos podem e devem realizar atividades que lhes dão prazer, desde que o imperativo “do estar sempre produzindo” não seja fonte de sofrimento ao idoso, pois o não-trabalho poderá proporcionar que novas atividades sejam realizadas, até mesmo a realização daquelas que foram forjadas pelos anos dedicados à vida laboral.

3 CONTEXTUALIZANDO O TRABALHO VOLUNTÁRIO

O trabalho voluntário, de acordo com Silveira (2002), existe há muito tempo, e a sua forma de atuar irá se modificar conforme o contexto histórico e territorial de onde ocorre, modificando assim a sua atuação e a maneira como a sociedade o percebe. A história do trabalho voluntário no Brasil está relacionada à caridade e à motivação religiosa, tendo seu início em 1543, a partir da fundação da primeira Santa Casa de Misericórdia, sendo que a fundação da Cruz Vermelha e a criação do escotismo também contribuíram para que o trabalho voluntário estivesse relacionado a esses preceitos (SBERGA, 2001; BORBA et al., 2001). Os grupos espíritas também contribuíram na ação de caridade e filantropia, sendo que a primeira entidade assistencial data de 1890 e foi a Assistência aos Necessitados da Federação Espírita Brasileira, a qual distribuía dinheiro e alimentos às famílias pobres (GIUMBELLI, 1998).

Desde o seu início, o trabalho voluntário no Brasil está fortemente associado à caridade e à filantropia, visto que, historicamente, o modelo de voluntariado foi firmado e difundido a partir dos preceitos religiosos. O caráter filantrópico é forte marca histórica deixada pelos religiosos, que organizaram as primeiras ações voluntárias no país, sendo até os dias atuais um componente que faz parte tanto da motivação como dos objetivos a serem atingidos pelas instituições voltadas à caridade. Pode-se pensar que a filantropia que muitas vezes está circunscrita nas ações voluntárias atuais é produto de uma longa trajetória histórica do trabalho voluntário neste país.

Seguindo este raciocínio, Meister (2003) afirma que em nosso país, a religião tem um papel incentivador da caridade e da filantropia, tanto de forma individual como institucional, promovendo o surgimento de várias organizações que tinham como objetivo prestar assistência a grupos sociais vulneráveis. É possível pensar que a tradição ibérica, motivada pelos nossos colonizadores, conduziu as ações voluntárias no Brasil, para após dar espaço ao modelo anglo-saxão⁴.

Após a I Guerra Mundial, a Cruz Vermelha ampliou suas ações no Brasil, criando um comitê chamado Damas da Cruz Vermelha. Esse grupo tinha como propósito a prestação de auxílio como enfermeiras voluntárias aos feridos e doentes da I Guerra ou de situações de catástrofes, sendo reconhecido também como Seção Feminina da Cruz Vermelha Brasileira e deu origem à Escola de Enfermeiras Voluntárias (BORBA et al., 2001). A fundação da Cruz Vermelha no Brasil originou um outro tipo de ação voluntária, a de especificidade assistencial, a qual irá influenciar nas decisões das políticas públicas e na implementação de serviços sociais voltados à população, principalmente às excluídas. Exemplificando esta ação assistencial, encontram-se os núcleos de voluntários fundados pela Legião Brasileira de Assistência (LBA), criada na década de 40 durante o governo do presidente Getúlio Vargas e extinta durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, na década de 1990.

No final da década de 90, Landim; Scalon (1999) organizaram a única pesquisa sobre trabalho voluntário que abrange todo o território brasileiro, e foi verificado que, em nosso país, o trabalho voluntário também está associado à doação de bens e dinheiro não compulsória, feita por indivíduos para uma causa social, podendo assumir diversos

4 O modelo anglo-saxão coloca em destaque as ações do indivíduo, grupos e instituições que têm como finalidade suprir as necessidades coletivas. A partir deste que surge o conceito de: “Privado, porém público.” (FERNANDES, 1994, p. 21).

significados e conseqüências, e ocorrer em diferentes contextos. Também, nesta pesquisa, foram encontrados os seguintes aspectos:

- a) o trabalho voluntário nem sempre é identificável por grande parte das pessoas que ajudam em alguma organização, ou prestam serviços a outras pessoas, ou seja, muitas vezes realizam tal ação e não a identificam como sendo trabalho voluntário;
- b) as áreas onde ocorre a atuação do voluntariado são áreas tradicionais da ação social, tais como igrejas e as instituições de assistência social. No Brasil, durante a década dos anos 90, houve um crescente aumento do voluntariado nas áreas de desenvolvimento e defesa de direitos, onde se situaram as organizações não-governamentais e associações comunitárias diversas;
- c) não há um padrão claro em relação à faixa etária, no entanto, há maior proporção, embora pequena, de voluntários na faixa entre 35 e 45 anos;
- d) não há um padrão consistente entre as variáveis gênero, escolaridade e renda mensal, não havendo diferença entre as pessoas que fazem ou não fazem trabalho voluntário;
- e) a única variável que se mostrou significativa em relação ao perfil dos que realizam trabalho voluntário foi a freqüência a cultos religiosos.

Em relação à percepção sobre o trabalho voluntário, as pesquisadoras encontraram que as motivações para realizar tal ação estão relacionadas à dádiva, à reciprocidade, sendo estas vinculadas à obrigação religiosa e moral e também à motivação relacionada à cidadania, o que parece ser uma resposta frente aos problemas sociais diante do recuo do Estado. No entanto, o trabalho voluntário não substitui a ação do Estado, conforme os entrevistados, pois ele não resolve os problemas sociais o que

evidencia que o cidadão brasileiro ainda espera que este cumpra a sua parte frente à assistência social. Na opinião das pessoas que fizeram parte desta pesquisa, o trabalho voluntário ocorria de forma paralela ao trabalho remunerado, não retirando a possibilidade de emprego de uma pessoa e também consideraram o voluntariado uma ação positiva, necessária para melhorar a sociedade e também um meio para aumentar a sociabilidade, ou seja, uma forma de encontrar e conhecer pessoas.

É possível citar alguns aspectos que tornaram esta pesquisa relevante, porque além de ser pioneira no Brasil com abrangência nacional, mostra que o voluntariado ainda está calcado na motivação religiosa e de benemerência, tal qual foi o início do trabalho voluntário. Os depoentes da pesquisa ainda acreditam na responsabilidade do Estado frente às questões de assistência, tendo a idéia de que este ainda possui a obrigação essencial de cuidar do bem estar de seus cidadãos (PETRAS, 2003b, *on line*), e essa característica se contrapõe ao modelo anglo-saxão de trabalho voluntário que afirma que as necessidades coletivas principalmente as relacionadas à assistência social, passam a ser de responsabilidade das ações individuais, dos grupos e das instituições (FERNANDES, 1994).

O surgimento das organizações não-governamentais é o que indica a atuação do terceiro setor, pois suas características representam a idéia do “ [. . .] privado com funções públicas [. . .] ” (FERNANDES, 1994, p. 65), uma vez que muitas organizações, apesar de seu caráter privado, executam ações semelhantes ao Estado, especialmente quando sua finalidade está voltada à educação, saúde e meio ambiente. Sobre as características das organizações não-governamentais, afirma-se que elas são instituições privadas, mas que não possuem fins lucrativos, sendo que os lucros eventuais deverão ser reinvestidos nos objetivos e nas atividades-fim da organização,

não podendo ser distribuídos entre os integrantes da organização. Frente ao conceito de Terceiro Setor, Santos (1999) coloca que tais conceitos variam de país para país, sendo que as designações acerca deste conceito estão relacionadas às conjunturas históricas, políticas, econômicas e culturais. Exemplificando: na França, este setor é percebido como economia social; nos países anglo-saxônicos, como setor voluntário e de organizações não-lucrativas, enquanto que, nos países do Terceiro Mundo, tem a denominação de organizações não-governamentais.

Subjacente à noção de privado com funções públicas, transfere-se a idéia de que estas organizações que constituem o denominado Terceiro Setor substituam o Estado em suas responsabilidades, dado o acelerado processo de exclusão social vivenciado atualmente. Tal aproximação das organizações não-governamentais ao mercado e ao Estado foi iniciada durante o governo do presidente Fernando Collor e, assim como toda a sociedade, as organizações sofreram o impacto das medidas econômicas, da redução dos programas sociais, entretanto o governo passou a reconhecer nessas organizações um possível parceiro para as suas ações (THOMPSON, 1997). Cria-se, neste contexto, uma imagem estratégica que até os dias de hoje retrata o perfil das organizações não-governamentais: elas teriam a finalidade de fazer o que o Estado não faz, uma vez que este não dá conta de solucionar as demandas sociais. Tal imagem auxilia as organizações a ampliarem seu campo de atuação, não somente àqueles segmentos específicos do passado, mas sim toda a população, e ajuda o Estado a firmar a parceria, além de encontrar um interlocutor entre ele e a população. Neste contexto, surge durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, o Programa Comunidade Solidária, o qual coloca a solidariedade como uma alternativa frente ao enxugamento de recursos financeiros às questões sociais.

Em relação ao termo organização não-governamental, este só viria a ter sua conotação política a partir da década de 70, tendo em vista o quadro específico da época, mas permanece nos dias de hoje, uma categoria difícil de ser analisada, devido ao universo amplo de entidades que o compõem, com diferentes trajetórias, formatos, projetos e características institucionais, sendo entidades públicas que visam buscar um desenvolvimento sustentável e democrático (INQUE, 1997; CÔRREA, 1997). As organizações não-governamentais apresentam-se heterogêneas, pois abrangem um indeterminado número de entidades, que variam desde associações de bairro, fundações junto a empresas privadas, ou uma entidade assistencial ligada a uma religião, até entidades internacionais. Essas organizações também se diversificam em suas ações, população a ser atendida e estatuto.

O trabalho voluntário relacionado aos movimentos sociais tomou força durante a década de 60, uma vez que nessa época criaram-se movimentos em prol dos direitos humanos e contra o regime político, sendo que estes foram compostos pela sociedade civil e alguns setores da Igreja Católica e tinham como objetivos ações políticas que mantivessem a sociedade autônoma ao Estado, a defesa da cidadania, democracia e transformação social. Tais movimentos se opunham também às formas assistencialistas e visavam à organização da própria sociedade civil para encontrar soluções frente aos seus problemas, procurando manter um caráter político, igualitário e descentralizado nas suas atividades. Corroborando com esta questão, Thompson (1997) salienta que esta autonomia, durante o período do regime militar, propiciava que as organizações não-governamentais não estivessem articuladas com corporações. Isto favorecia, principalmente, a participação e identificação dos setores populares, permitindo uma estreita vinculação com os movimentos sociais emergentes, tais como associações de

bairro, feministas e de ecologia, proporcionando apoio humanitário às vítimas das ditaduras militares e denunciando as violações dos direitos humanos (PETRAS, 2003a, *on line*) e também no fortalecimento dos sindicatos.

Desta maneira, ao abordar a temática do trabalho voluntário, deve-se fazer referência também ao Terceiro Setor, uma vez que é nesse âmbito que ele atinge sua maior expressão, principalmente em organizações não-governamentais, embora tal ação possa estar sendo realizada em outras esferas, tais como na empresarial, familiar, religiosa, escolar, entre outras. Conforme Teodósio (2003, *on line*), um dos espaços institucionais onde o trabalho voluntário ocorre é o das organizações do Terceiro Setor, sendo que não há uma clara definição que diferencie o conceito de Terceiro Setor e organização não-governamental.

Historicamente, a expressão Terceiro Setor foi traduzida do inglês (“*Third Sector*”), sendo que, na cultura anglo-saxônica, poderá indicar outras duas expressões: organizações sem fins lucrativos e organizações voluntárias. Na Inglaterra, o Terceiro Setor está relacionado às “*charities*”⁵ e à filantropia, o que enfatiza o aspecto da doação e da religião (SANTOS, 1999).

O conceito de Terceiro Setor é amplo e não possui um rigor teórico que o restrinja, dificultando também uma reflexão sobre o mesmo. Tal amplitude também irá dificultar a análise sobre o conceito de trabalho voluntário, visto que ele muitas vezes está circunscrito nesse setor. Concordando com esta questão, Santos (1999) afirma que o Terceiro Setor “[. . .] é uma designação residual e vaga com que se pretende dar conta

⁵ De acordo com Poelhekke (1996) as “*charities*” são organizações voluntárias com programas dirigidos às classes pobres locais. Tais organizações nasceram de um sentimento de obrigação cristã da classe média e alta para atenuar as condições de vida dos pobres honestos, sem mudar as estruturas de classe na Inglaterra.

de um vastíssimo conjunto de organizações sociais que não são nem estatais nem mercantis, ou seja, organizações sociais que, por um lado, sendo privadas, não visam fins lucrativos, e, por outro lado, sendo animadas por objetivos sociais, públicos ou coletivos, não são estatais [. . .]” (p. 250-251).

O Terceiro Setor distingue-se do primeiro, que é o setor público, e do segundo, que é caracterizado pelas atividades lucrativas. Esse setor não se submete nem à lógica do mercado e nem à lógica do governo (CARDOSO, 1997; SALOMON, 1997; SILVEIRA, 2002; GROPP, 2002), reunindo as diversas experiências de trabalho voluntário, onde o cidadão demonstra a sua solidariedade por meio da doação de tempo, trabalho e capacidade para causas sociais (CARDOSO, 1997; FERNANDES, 1997). No entanto, discorda-se de quem refere que o Terceiro Setor não esteja submetido a estas lógicas, uma vez que tal setor tem ações financiadas tanto por empresas privadas como pelo governo, além de, institucionalmente, estar a favor de preceitos vindos da lógica empresarial, tais como desenvolvimento estratégico, planejamento de comunicação, planos de salários, entre outros. O Terceiro Setor também está relacionado com as organizações dirigidas à defesa dos direitos de grupos específicos da população, tais como mulheres, negros, povos indígenas, proteção ao meio ambiente entre outros, tendo a ação própria de mobilizar recursos humanos e materiais para enfrentar a pobreza, a desigualdade e a exclusão social, englobando desde universidades, pequenas instituições filantrópicas, cantinas de distribuição de sopa aos sem-teto, e organizações de direitos humanos (CARDOSO, 1997; SALOMON, 1997).

Construindo uma visão crítica em relação às organizações não-governamentais, Petras (2003b, *on line*) salienta que estas falam dos excluídos, da extrema pobreza, da discriminação pela raça e sexo, mas estes seriam sintomas superficiais que não se

aproximam do sistema social que produzem estas condições, pois estas organizações criam um mundo político onde a aparência da solidariedade e a ação social esconde a resignação conservadora com a estrutura de poder internacional. No entanto, sua ação assistencialista absorve parte do processo de exclusão, de discriminação e de pauperização da sociedade, sendo uma substituição artificial a esses problemas e não a solução para os mesmos, uma vez que “[...] educa para a submissão [...]” (DEMO, 2001, p. 94), fortalecendo a dependência do cidadão, não atingindo, assim, o processo político de emancipação, mantendo a lógica de que a opressão somente poderá ser finalizada pelo próprio opressor (DEMO, 2001). Frente a esta lógica, as organizações não-governamentais podem ser um instrumento do neoliberalismo, responsáveis por diminuir o risco de possíveis mobilizações sociais, fortalecendo uma nova forma de colonialismo, de dependência cultural e econômica, pois os projetos dessas organizações são planejados e aprovados conforme as normas procedentes das instituições e dos centros imperialistas. Ou seja, os projetos são financiados de acordo com os interesses e demandas externas e não com os interesses locais das populações às quais se dirigem.

Para Montaño (2002), o objetivo de desonerar o Estado da responsabilidade frente às questões sociais e transmitir esta responsabilidade para a esfera do Terceiro Setor não ocorre devido à eficiência deste setor nem por motivos financeiros, de redução de custos para a sustentação da função estatal. Ocorre por motivos político-ideológicos, uma vez que retira e dissipa o direito universal do cidadão frente às políticas sociais criadas pelo Estado, funda a cultura de culpabilização da sociedade pelos problemas que atingem a população e, com isso a cultura de auto-ajuda e ajuda-mútua para o confronto com estes problemas. Para este mesmo autor, a desresponsabilização estatal também se relaciona com a retração da responsabilidade do capital, o que faz surgir a transferência

de responsabilidades da ação social para o Terceiro Setor e também para as empresas privadas, sendo que muitas delas passaram a competir entre si para oferecer serviços que antes eram oferecidos pelo Estado (PEREIRA, 2003). Desta forma, pode-se supor que o trabalho voluntário surge a partir da culpabilização da sociedade frente aos problemas de uma grande parcela da população, no entanto retira a atitude política e a possibilidade de emancipação, pois, geralmente, são ações com princípios assistencialistas.

Este tipo de atuação voluntária realizada pelo sentimento de culpa ou as ações efetivadas em dias comemorativos, como as que são feitas durante o Natal, Dia das Crianças, onde empresas e celebridades brasileiras estimulam a sociedade a realizar ações caridosas momentâneas, não proporcionam uma reflexão acerca dos fatores que promovem tais ações e problemas. Dupas (2003) salienta que a obrigação de contribuir à coletividade passa a recair sobre a classe média e trabalhadores, pois através da solidariedade a população passa a ocupar os espaços vazios deixados pelo Estado. Nesta perspectiva, a demanda da responsabilidade social é transferida do Estado para o ativismo social e voluntário da população, criando um sentimento de obrigação em ajudar os excluídos do sistema social. Seguindo esta linha de pensamento, pensa-se que este tipo de ajuda não questiona as causas que desencadeiam a situação de ajuda e portanto, não há uma modificação da realidade.

Tal transferência de responsabilidade também é reforçada pela falsa idéia de que o Estado de Bem-Estar Social acabou, é burocrático, não funciona, é corrupto e ineficiente, não sendo capaz de suprir as demandas da população. Nesta perspectiva, o Terceiro Setor surge para preencher o vazio causado pela ineficiência estatal e assim, juntamente com a ação voluntária e a responsabilidade social das empresas, irão diminuir e, até acabar com as mazelas e desigualdades sociais. Desta maneira, as ações

desenvolvidas através do trabalho voluntário passam a ser moldadas não somente pela ideologia religiosa, mas também pela meritocracia e também pela sua capacidade de auto-ajuda.

Frente às ações sociais da iniciativa privada, Cardoso (1997) também as relaciona com o Terceiro Setor, sendo que por meio dessas ações é constituída a filantropia empresarial, onde as empresas exercem a sua responsabilidade e compromisso com o desenvolvimento da população. No entanto, pensamos que a consideração que passa a ser dada ao mercado e à economia elabora uma outra perspectiva em relação ao Terceiro Setor, cujas resoluções frente às questões sociais são encontradas agora pelos profissionais de “*marketing*” das empresas ditas socialmente responsáveis, trazendo consigo alguns recursos oferecidos pelo meio empresarial, tais como “*management*”, “*merchandizing*”, entre outros.

Por mais modificações que o trabalho voluntário tenha passado no Brasil, desde a criação da Santa Casa e da Cruz Vermelha até os movimentos sociais criados durante a ditadura militar, ainda persistem em nosso país dois modelos de instituições onde esta ação ocorre: um caracterizado pelo viés conservador, organizado a partir da caridade e da benemerência, e o outro voltado para as transformações da sociedade, organizado a partir do viés político.

3.1. Entendendo o Conceito de Trabalho Voluntário

Tal como o remunerado, o trabalho voluntário abarca um grande número de trabalhos específicos, sendo que não existe nenhum sistema padronizado para defini-lo.

Um dos problemas para definir o trabalho voluntário é que ele poderá incluir uma ampla ou estreita faixa de atividades, dependendo de que significado poderá ser oferecido.

Para Mellucci (1993), a ação voluntária se constitui tanto no aspecto de prestar um serviço para alguém, tomando a forma de trabalho, como também na distribuição de bens às outras pessoas, configurando-se sob doação. O trabalho voluntário é uma ação coletiva, caracterizada como uma relação voluntária de solidariedade que une os voluntários e beneficiários, sem obter nenhuma vantagem econômica direta. Outra característica do voluntariado é a sua gratuidade, mas esta não pressupõe que não se retire nenhum benefício econômico indireto, uma vez que é possível adquirir experiência profissional, competências e estabelecer relações profissionais e políticas por meio da ação voluntária. Há ainda as vantagens simbólicas implicadas nessa ação, tais como poder, estima pessoal e prestígio.

Frente a este conceito, não é somente a solidariedade que aproxima o voluntário e o beneficiário da ação. Existem outros fatores que os associam tais como a possibilidade de receber algo em troca que não seja sob a forma de remuneração direta, a possibilidade de obter-se experiência profissional, emprego, ou de continuar exercendo a profissão, as relações sociais e o exercício de poder sobre a vida do outro. Nesta perspectiva, não só as necessidades sociais e subjetivas dos beneficiários estão sendo preenchidas, mas também do próprio voluntário, sendo possível pensar que o beneficiário ou o “outro” passa a ser objeto para satisfazer as necessidades profissionais ou simbólicas do voluntário. Uma questão levantada por Teodósio (2003, *on line*) em relação ao trabalho voluntário é a importância de se estruturar um plano de carreira para os voluntários, com o objetivo de que estes possam assumir responsabilidades maiores e de maior influência na organização. Portanto, este planejamento da carreira deve evoluir

desde tarefas básicas e de rotina até uma função no corpo diretivo da instituição. Pense-se que assumir responsabilidades maiores dentro da organização também poderia ser uma remuneração indireta ao voluntário, ou até mesmo, constituir uma das vantagens simbólicas associadas a esta ação.

De acordo com a Organização das Nações Unidas (2003, *on line*), “[. . .] o voluntário é o jovem ou adulto que, devido ao seu interesse pessoal e ao seu espírito cívico, dedica parte de seu tempo, sem remuneração alguma, as diversas formas de atividades, organizadas ou não, de bem estar social ou de outros campos... [. . .].” O conceito do Portal do Voluntário (2004, *on line*) também salienta que por este tipo de trabalho é possível ajudar a quem está em situação mais difícil, através do desejo de colaborar e da generosidade, sendo possível aliviar o sofrimento e melhorar a qualidade da vida em comum.

Em um estudo realizado pela Fundação ABRINQ (2003, *on line*), o voluntário foi definido como aquele “[. . .] ator social e agente de transformação, que presta serviços não remunerados em benefício da comunidade, doando seu tempo e conhecimentos, realiza um trabalho gerado pela energia de seu impulso solidário, atendendo tanto às necessidades do próximo ou aos imperativos de uma causa, como às suas próprias motivações pessoais, sejam estas de caráter religioso, cultural, filosófico, político, emocional [. . .].”

O conceito de trabalho voluntário adotado pelo Programa de Voluntários do Conselho da Comunidade Solidária foi criado por Mônica Corullón, uma das coordenadoras deste Programa, desenvolvido durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Para o Programa, o “[. . .] voluntário é o cidadão que, motivado

pelos valores de participação e solidariedade, doa seu tempo, trabalho e talento de maneira espontânea, não remunerada, para causas de interesse social e comunitário [. . .]” (CORULLÓN, 1999, p. 3).

Incentivado pelo Programa de Voluntários da Comunidade Solidária, o Serviço Social do Comércio (SESC) de São Paulo (2002) adota como conceito de trabalho voluntário uma ação fundada na solidariedade e reciprocidade, sendo expressão de cidadania participativa e responsável. Esta instituição ainda salienta que as formas de exercer o trabalho voluntário apresentam-se através de uma variedade de ações, assim como as necessidades sociais.

Pelos conceitos de trabalho voluntário mencionados, é possível destacar pontos em comum entre eles: as ações estão direcionadas à comunidade ou às pessoas mais necessitadas do que o voluntário, onde está implícito como motivação o sentimento de solidariedade. Outro ponto convergente é a doação do tempo livre, o que já supõe a sua gratuidade, pois sua realização não envolve a remuneração financeira.

Subjacente aos conceitos, existe a premissa de que o voluntário é agora responsável pelas ações sociais direcionadas ao bem-estar social da comunidade, não havendo um questionamento da mudança de direção dessa responsabilidade. O conceito de trabalho voluntário une a vontade de ajudar o próximo, representada pelo discurso humanitário e de solidariedade, às necessidades individuais dos voluntários para realizar a ação. O preenchimento do tempo livre, ocasionado pelo desemprego ou pela aposentadoria, a falta de experiência profissional passam a ser referenciados como espírito cívico e interesse pessoal, onde pela doação do tempo livre pode-se cumprir uma ação politicamente correta, mas ausente de crítica da realidade e significado político.

Pode-se salientar que há sujeitos passíveis de realizar o trabalho voluntário. Dentre esses sujeitos encontram-se não só os que estão fora do mercado de trabalho remunerado, visto a característica de doação de tempo livre e gratuidade, mas também aqueles pertencentes a segmentos que têm sofrido preconceito devido às questões raciais, gênero, idade e doenças. Dos componentes desses segmentos é esperada a participação em ações voluntárias, visto a proliferação e especialização de organizações não-governamentais que surgem para defender os interesses e direitos dos mesmos.

O conceito de trabalho voluntário criado durante o Programa da Comunidade Solidária demonstra os ajustes financeiros que o Estado passa a fazer nas políticas sociais do país, buscando nos princípios de solidariedade e participação da sociedade paliativos para o enfrentamento das desigualdades sociais, sem que se rompa o assistencialismo e o clientelismo.

Assim como o que acontece no Terceiro Setor, ao conceituar o trabalho voluntário, deve-se levar em conta que ele poderá ter diferentes designações que se modificam conforme o contexto histórico, político e econômico. Pode-se pensar que no Brasil também há diferentes contextos de trabalho voluntário, uma vez que este pode se desenvolver em uma associação de bairro, em uma igreja no agreste brasileiro, no auxílio a uma orquestra sinfônica, numa instituição asilar. Além disso, ele poderá ocorrer por diferentes causas, podendo ser motivado tanto pela culpa, pela religiosidade, pelo desejo de transformação e emancipação social, pela proximidade a uma doença, ou pela possibilidade de entrada no mercado de trabalho.

As desigualdades e injustiças sociais trouxeram um debate entre voluntariado e militância, sendo que as duas formas de ações estão ligadas a impulsos emocionais, tais como indignação para o militante e compaixão para o voluntário. De forma

exemplificada, o militante é aquele que tem uma visão crítica da sociedade, atuando em causas mais estruturais e buscando modificá-las, e o voluntário é aquele que realiza atividades mais simples, como dar banho em uma criança com AIDS (CORULLÓN, 1999). Esta separação entre militante e voluntário acaba por esvaziar a reflexão política frente ao voluntariado, pois esta ação passa a estar relacionada somente à assistência e à solidariedade, opondo-se ao próprio conceito de voluntário como aquele desenvolvido pela Fundação Abrinq, e também com aos preceitos do Programa da Comunidade Solidária ao desenvolver os Centros de Voluntários no Brasil.

Alguns autores não têm dúvidas de que o apogeu do trabalho voluntário coincide com a crise política do Estado do Bem-Estar Social, o que permite questionar as intenções das organizações não-governamentais (GARCÍA ROCA, 1994; PEREIRA, 2003), visto que estas passam a desempenhar suas ações a partir de uma suposta não-ação do Estado, além de ser uma via de acesso ao mercado de trabalho. Landim e Scalon (1999), ao retratarem o contexto em que surge o interesse crescente e generalizado pela prática antiga do trabalho voluntário e das doações em dinheiro, salientam que o contexto atual é:

“ [. . .] contraditório, heterogêneo e ambíguo, como os sentidos sociais e políticos que as doações e trabalho voluntário podem assumir. Compreende fenômenos também diversificados tais como a redefinição do papel do Estado e a predominância da lógica do mercado com suas conseqüências desastrosas para a maioria das populações, o fim do socialismo real e a reorganização das sociedades do Leste Europeu; a crise das ideologias dos anos 60-80; a diminuição de prestígio e a desconfiança com relação às instituições político-representativas tradicionais, como partidos e sindicatos; a intensificação de afirmações e discriminações e conflitos étnicos e religiosos; as transformações do mundo do trabalho e a crise da solidariedade; o recrudescimento da chamada exclusão social, configurando-se o que, para alguns, é a nova questão social [. . .] ”(p. 19).

Questiona-se também a modificação do caráter da atividade voluntária, de solidária e altruísta passa a ser uma forma de inserção a locais de emprego e, principalmente, por se tratar de voluntária, condiz com a não-remuneração. Desta forma, pode-se pensar que o voluntário poderá estar submetido a uma não-remuneração em sua tentativa de inserção no mercado de trabalho. Pode-se pensar também que quando o sujeito realiza uma atividade voluntária com o objetivo de tentar essa inserção, sua força de trabalho está sujeitada ao mercado, onde ocorre a separação entre aqueles que produzem e aqueles que controlam (ANTUNES, 1999). Questionando o papel das organizações ditas do Terceiro Setor que serviriam como uma contratendência ao desemprego e ao subemprego, Montañó (2002) afirma que estas novas fontes de trabalho teriam a grande utilidade de dar emprego à importante parte da população, principalmente as organizações que gerariam as economias solidárias que, formadas por ex-desempregados, por pequenas empresas ou por trabalhadores autônomos, encontrariam uma solução não-capitalista para o desemprego. Este mesmo autor continua o seu questionamento ao afirmar que tais organizações constituiriam um “[. . .] movimento social que visa também responder ao problema de emprego. Uma solução não capitalista para um problema capitalista, uma solução na sociedade civil para um problema do mercado e da produção [. . .].” (p. 171).

Antunes (1999) continua esta mesma linha de raciocínio, afirmando que o crescimento do Terceiro Setor é decorrente da retração do mercado de trabalho industrial e de serviços, sendo na verdade uma consequência da crise estrutural do capital, de sua lógica destrutiva vigente e dos mecanismos utilizados por meio da reestruturação produtiva do capital. Entende-se que o surgimento de empregos no âmbito do Terceiro Setor não chega a dar conta de incorporar trabalhadores que foram expulsos do mercado

de trabalho ou que estão chegando a ele, e tampouco a economia solidária os incorpora. O próprio Terceiro Setor, fortalecido pela mídia, pelas empresas e pelas poucas pessoas que conseguiram um emprego nesse setor, fortalece a falsa idéia de que é possível entrar no mercado de trabalho a partir do trabalho voluntário.

O indivíduo que realiza trabalho voluntário tem o estigma de ser aquela pessoa disponível, generosa, amiga, caridosa e que possui muito tempo livre e, por este motivo, pode se dedicar ao outro, sendo que o slogan mais comum a ele é“ [. . .] fazer algo útil para alguém [. . .] ” (GUIMARÃES et al., 2002, p. 83). Um dos aspectos que compõem o trabalho voluntário é a reciprocidade, sendo um bem para outro é um bem para si próprio, principalmente quando este é motivado por questões religiosas (CARLOS et al., 1972; GARCÍA ROCA, 1994).

Entretanto, a motivação de ser útil a alguém ou a uma causa social não seria o suficiente para manter o voluntário motivado. Um dos destaques apontados por Teodósio (2003, *on line*) é a diversidade de voluntários de uma instituição: em uma organização podem existir voluntários que apenas dispõem de boa vontade e engajamento aos objetivos da organização, como também voluntários que possuem elevada qualificação profissional.

3.2 As Motivações que Envolvem o Trabalho Voluntário

Assim como as várias definições que edificam o trabalho voluntário, o mesmo acontece com as motivações⁶ para realizá-lo. As pessoas o realizam por diferentes razões e motivações, sendo que estas são possíveis de serem modificadas ao longo da trajetória

⁶ O termo motivação está sendo utilizado no sentido do senso comum. Conforme o Dicionário Eletrônico Houaiss (2001) o termo motivação pode se referir ao conjunto de processos que dão ao comportamento uma intensidade, uma direção determinada e uma forma de desenvolvimento próprias da atividade individual.

das atividades. Esta mudança pode estar vinculada com a própria modificação do voluntário enquanto pessoa, o entendimento que ele passa a ter sobre o trabalho que realiza, o seu engajamento com problemáticas sociais e a sua identificação com movimentos sociais.

Teodósio (2003, *on line*) alerta que ao pensar que o voluntário não considera a remuneração é um equívoco. Ao realizar o voluntariado, o indivíduo poderá desejar a remuneração não-material, que pode estar representada pelo viés espiritual, afetivo, político, ideológico e realização profissional. Pode-se entender que esta busca poderá estar por trás das motivações que o levam a realizar o trabalho voluntário, estando estas motivações fundadas sobre três bases: religiosas, psicológicas e políticas (CARLONI, 1998).

Entre as motivações que levam à realização do trabalho voluntário, Corullón (1999) salienta a motivação religiosa, a qual se manifesta sob valores espirituais, principalmente entre as pessoas que tradicionalmente praticam alguma religião, sendo que a frequência a cultos religiosos foi a característica que mais se mostrou significativa em relação ao perfil das pessoas que fazem trabalho voluntário no Brasil, na pesquisa realizada por Landim e Scalon (1999), já citada anteriormente. Sobre a religiosidade, Foucault (1995) coloca que o poder pastoral imposto pelo cristianismo assegura a salvação individual em um outro mundo e, por intermédio desse poder, o sujeito deve ser preparado para se sacrificar pela remissão de si e pelo rebanho, representação dada à comunidade. Nesta perspectiva, a renúncia e a obediência são ações que visam à salvação e, principalmente, o objetivo não é mais dirigir o povo para a salvação em um outro mundo, mas esta deve ser assegurada ainda na Terra. Pela remissão há a certeza de que outras necessidades sejam garantidas, como por exemplo, a saúde, o bem-estar, a

segurança e o trabalho. Para ser motivado a buscar a sua remissão, Bauman (1998) afirma que o indivíduo deverá se preocupar com a sua salvação pessoal e depois de sua comunidade, desejar a recompensa da vida eterna e temer que a salvação para ele, não aconteça.

A motivação religiosa é fundamentada principalmente pelas determinações religiosas que reproduzem os fundamentos de “amor ao próximo” ou “ama a teu próximo como a ti mesmo” (CARLONI, 1998), constituindo a própria vocação dos indivíduos para voltarem-se à realização da caridade. Desta maneira, estes preceitos religiosos podem evocar a necessidade, ao indivíduo, de realizar a caridade, de forma que o trabalho voluntário pode ser uma via de colocar em prática a doutrina religiosa.

A respeito da vocação, Weber (2001) afirma que, para Lutero, ela é aceita como uma ordem divina, à qual cada sujeito deveria se adaptar. Tal premissa iria dominar outro pensamento, o do trabalho vocacional, ou uma tarefa ordenada por Deus. Portanto, a vocação do homem passa a ser a atividade laboral, pois quanto maior a intensidade do trabalho, maior a salvação. Neste sentido, a vocação é útil e consentida por Deus se direcionada por valores morais, onde os bens produzidos servirão à coletividade e a lucratividade passa a ser fundamental, pois proporciona que o homem utilize o lucro gerado pelo seu trabalho para glorificar a Deus, pois “[...] deveis trabalhar para ser rico para Deus e não para a carne ou pecado [...]” (WEBER, 2001, p. 89). Conforme esta perspectiva, a aquisição econômica não está submetida ao homem como um meio de satisfazer suas necessidades especiais e sim para garantir a salvação após a morte.

Para a ética protestante o desejo de ser pobre e não trabalhar é algo desprezível, pois assim não há forma de glorificar a Deus, sendo que o ato de mendigar realizado por

aqueles que são capazes de trabalhar não constitui apenas o pecado da preguiça, mas também uma violação do amor ao próximo (WEBER,2001). Por outro lado, a mendicância era tolerada, pois os mendigos proporcionavam aos homens trabalhadores a oportunidade de realizar a caridade pela salvação de suas vidas. Seguindo esta linha de pensamento, pergunta-se: o voluntário tolera a condição de mendicância e pobreza daquele que recebe o trabalho voluntário devido à oportunidade de, por esta ação, salvar sua vida e alcançar a eternidade? Poderiam estar implícitos na motivação religiosa os interesses individuais do voluntário, pois este deseja primeiramente alcançar sua salvação individual?

Para os espíritas, a caridade é decorrente do próprio compromisso com a totalidade da doutrina espírita. O espírita, segundo Giumbelli (1998), se envolve em atividades de assistência social porque assim exerce a caridade, embora a caridade seja, por si só, parte e conseqüência da adesão ao Espiritismo. A prática da caridade representa a possibilidade de evolução espiritual, sendo que o ritmo e a forma como a evolução irá ocorrer estarão sujeitos à tomada de decisão de cada indivíduo o que garante que a evolução seja produto de merecimento. A relação do homem com a sociedade é mediada pela caridade, sendo este o principal meio de se obter a evolução e a salvação pessoal. Por esta condição, a caridade “[. . .] pressupõe e envolve um outro, que se encontra em necessidade [. . .]” (GIUMBELLI, 1998, p. 135), o que propicia pensar que, para exercê-la, é necessária a existência das desigualdades sociais.

Bauman (1998) relaciona os atos de caridade a acontecimentos que ele denomina como “[. . .] eventos de carnaval [. . .]” (p. 88). A caridade, a compaixão, o respeito à diferença, ao próximo e os sentimentos fraternais estariam relegados somente a acontecimentos pontuais. Neste sentido, os princípios morais despertados pela visão da

desgraça humana são canalizados para esporádicos ímpetos de caridade sob a forma de campanhas que mobilizam grande parcela da população mundial. Os direitos sociais passam a estar relacionados com grandes manifestações, concertos de rock, celebridades internacionais. A alegria presente nesses acontecimentos ajuda a minimizar a consciência moral e suportar a ausência da caridade na rotina diária das pessoas, sendo a caridade lembrada nestas manifestações.

A motivação pessoal surge a partir da relação do sujeito com o outro, pois o ser humano necessita do outro para sobreviver (CARLONI, 1998). Esta motivação também pode ser entendida através de Foucault (1995) por meio do exercício do poder individual. De acordo com este autor, o poder é um modo de ação de alguns sobre os outros, mas é fundamental que o outro seja reconhecido e mantido como sujeito de ação, sendo uma “[. . .] maneira de agir sobre um ou sobre vários [. . .] ” (p. 243). Santos (2000) irá definir o poder como “[. . .] qualquer relação social regulada por uma troca desigual [. . .] ” (p. 256). Pode-se entender que a relação existente entre o voluntário e o assistido poderá estar intermediada pelo poder, uma vez que há uma troca desigual entre os dois, e também pelo voluntário utilizar sua maneira de ação e visão de mundo sobre o assistido.

Segundo Critelli (2000), a ação solidária permite que o homem reconheça que ele não pode existir sem os outros homens e que esses são singulares entre si. Para esta autora, a solidariedade existente no trabalho voluntário permite que o outro possa ser reconhecido em sua diferença, ou como aquele que precisa de ajuda, que está em dificuldades ou que não tem condições mínimas de viver. A respeito desta questão, ao reconhecer o outro em sua diferença, Dupas (2003) salienta que este pode ser percebido como uma ameaça ao sistema de referências do sujeito. É nesse espaço de

reconhecimento do outro como uma ameaça que está centrada a extração do gozo do outro, ou seja, há uma pretensão de ser melhor do que o outro ou o seu predador.

Nesta condição, o voluntário reconhece o assistido como uma ameaça e tem a convicção de que seus valores morais, sua capacidade e sua compreensão sobre o mundo são mais apropriados do que os do outro. Neste sentido, o outro é percebido como carente, necessitado, configurando uma posição hierárquica e submissa, ou como Santos (2000) define, estabelece-se uma relação de poder, uma vez que há uma relação social desigual. Nesta posição hierárquica e submissa pode-se pensar que não há uma crítica sobre as condições e causas que tornam possíveis esta relação. Paixão (2004) complementa salientando que os adjetivos depreciativos para qualificar o outro diferenciam e definem as posições da relação entre o voluntário e o assistido.

Conforme Silva (2004), a motivação política evidencia uma preocupação com o exercício da cidadania, onde o trabalho voluntário é identificado como uma ação emancipatória tanto para o voluntário como para o assistido. Realizando uma crítica sobre esta motivação, Dupas (2003) salienta que a capacidade de participação política se redefine como um tipo de solidariedade identificada com os interesses de organizações particulares, como o ato de pertencer a uma determinada organização não-governamental e não a outra. Estes grupos específicos, representados por associações de bairros, clubes, pequenas associações profissionais, associações de defesa de direitos, cujo enfoque se diferencia por cor, religião, gênero ou idades, reivindicam problemáticas específicas, de acordo com os seus próprios interesses e buscam o reconhecimento de sua autonomia e diferença. As reivindicações desses grupos centram-se em uma problemática de identidade e afirmação e evoluem não mais no espaço público, mas

através de organizações especializadas com estratégias de ações autônomas (DUPAS, 2003).

Fundamentado nesta perspectiva, pensa-se que estes movimentos não estão preocupados em construir uma nova sociedade por meio da ação conjunta, pois os interesses privados passam a ter maior relevância do que os interesses coletivos, o que minimiza o espaço para a transformação social. A motivação política, desta maneira, fica restrita a organizações e interesses particulares e não em uma localização de busca por participação coletiva. O trabalho voluntário, por sua vez, acaba se afastando da reflexão crítica sobre a desigualdade social, visto que procura solucionar questões sociais pontuais, conforme os interesses e objetivos da instituição onde ele se inscreve. Concordando com esta questão, Teodósio (2003, *on line*) afirma que o voluntariado pode resultar em uma “ [. . .] cidadania em gotas [. . .] ”, pois é realizado em concordância com as vontades, desejos de quem se propõe a ser voluntário e da instituição onde ele se encontra e não conforme as necessidades que emergem dos problemas sociais.

Discordando com esta questão, Demo (2001) salienta que não se pode responsabilizar o trabalho voluntário, pois pode ser uma iniciativa válida para os movimentos sociais e até mesmo os que estão a serviço de posturas individuais, mas deve-se ter claro que o voluntariado não é uma estratégia suficiente para o combate à pobreza e pode ser um equívoco se for responsável pela criação de políticas públicas emancipatórias. Frente a esta afirmação, pensa-se que por si só o trabalho voluntário não diminui e nem erradica a pobreza, pois se assim fosse, a doação financeira e o assistencialismo presente nessa ação seriam suficientes para eliminar as desigualdades sociais. O discurso humanitário e de solidariedade confere à ação voluntária um status

de possibilidade de transformação social e de combate à pobreza, ao mesmo tempo em que isenta a população de lutar por transformações no sistema produtivo e na estrutura social, pois através da solidariedade esta já estaria dando a sua contribuição (DEMO, 2001).

3.3 O Trabalho Voluntário Realizado por Idosos

No Brasil, poucas pesquisas foram realizadas em torno da intersecção entre trabalho voluntário e velhice, o que ratifica os estereótipos acerca dos idosos, principalmente aqueles relacionados à improdutividade, dependência e sem representatividade social. Desta maneira, torna-se necessário problematizar tais estereótipos, assim como desmitificar a representação que relaciona aposentadoria com ociosidade, além da morte social a qual se anuncia na chegada da velhice. A carência de pesquisas também minimiza a ação voluntária realizada por esse segmento populacional, pois muitas vezes os idosos exercem tais ações, mas não se reconhecem como voluntários, até porque as realizam em instituições que não são reconhecidas como Terceiro Setor, tais como igrejas, hospitais, asilos e creches, sendo também pontuais estas ações.

É fundamental, então, refletir acerca do trabalho voluntário realizado por idosos após a aposentadoria, pois a partir do entendimento do significado e da motivação dessa ação voluntária, pode-se encontrar novas maneiras para o entendimento da aposentadoria e da velhice e, assim, contribuir para a desconstrução de tais estereótipos. Entretanto, para tal, é importante também compreender o idoso a partir da sua singularidade e do reconhecimento de sua experiência enquanto voluntário. Sobre a importância do trabalho

voluntário realizado pelos idosos a *United Nations Principles for Older Persons* (2004, *on line*) afirma que os idosos, podem ser capazes de procurar oportunidades de trabalho voluntário voltados à comunidade e servir como voluntários em posições apropriadas aos seus interesses e habilidades. Frente a esta afirmação, evidencia-se a preocupação da Organização das Nações Unidas em dissociar o idoso do estereótipo negativo relacionado a improdutividade, dependentes e não participativos do sistema social.

García Roca (1994) afirma que, ao conceitualizar o trabalho voluntário exercido pelos idosos, é necessário que não se fundamente o envelhecimento como uma etapa de vida homogênea e uniforme a todas as pessoas, uma vez que há diferentes formas de envelhecer. As organizações não-governamentais deverão estar conscientes desta nova realidade de que os idosos não aceitam mais o imperativo de que a idade é um fator de exclusão social. Estas organizações deverão colaborar com o surgimento de um novo sujeito coletivo, assistindo-o e acompanhando-o. Desta maneira, a ação voluntária do idoso desconstrói o mito da produtividade e competitividade, onde os idosos serão sempre o pessoal excedente (GARCÍA ROCA, 1994).

O trabalho voluntário poderá ser uma forma de o idoso sentir-se útil e participativo do seu grupo social. De acordo com Romero (2005, *on line*), ao realizar um projeto de vida com um propósito solidário, o idoso pode concretizar a necessidade de sentir-se útil e comprometido consigo mesmo e com a sociedade. De acordo com este autor, a eleição de uma atividade social ou voluntária pode constituir um projeto de vida do idoso. Estas atividades assumiriam a mesma importância dada ao trabalho remunerado ou doméstico.

Dentre as vantagens salientadas por Romero (2005, *on line*) frente ao trabalho voluntário realizado na velhice está a que pode propiciar aos idosos que compartilhem suas experiências de vida, tenham satisfação pessoal e ocupem o tempo livre advindo com a aposentadoria. Ao realizar uma crítica sobre a ocupação do tempo livre através do trabalho voluntário, Shmotkin et al., (2003) aponta que o trabalho voluntário não pode ser explicado como um substituto da perda do trabalho ou de outras atividades, pois a motivação para realizá-lo envolve uma multiplicidade de fatores e não somente a necessidade de manter-se ativo. Entre os fatores para realizá-lo estariam o altruísmo, a responsabilidade social, o humanitarismo e os valores morais, além do desejo de aumentar a longevidade e melhorar a qualidade de vida. Estes autores salientam que a ação voluntária está associada à Teoria da Atividade porque melhoraria a qualidade de vida dos idosos a partir da associação de atividade física, envolvimento social e manutenção da autonomia, permitindo que o idoso preserve o sentimento de ser útil e estar ativo. Entretanto, a relação positiva entre esse trabalho e a longevidade ocorreria porque os idosos voluntários teriam maior acesso às redes sociais que forneceria suporte e informação a eles e não porque se mantêm em atividade. Acredita-se também que um dos pontos importantes do trabalho voluntário para o idoso é a troca entre as gerações, o que facilitaria a integração do idoso com o resto da sociedade, minimizando a situação de isolamento e preconceito em relação a eles (ROMERO, 2005, *on line*).

A Teoria da Continuidade poderia explicar o voluntariado entre as pessoas idosas, pois esta teoria assume que, para uma vida satisfatória, aqueles idosos que têm sido voluntários em outras etapas da vida irão continuar sendo na velhice (RAVANERA; RAJULTON, 2001). A premissa básica dessa teoria é que os indivíduos nas outras etapas da vida desenvolvem atitudes, valores, metas e comportamentos e que

estes na velhice continuariam a existir. Analisando o trabalho voluntário à luz dessa teoria, apontam-se duas perspectivas diferentes: se por um lado a manutenção do trabalho voluntário pode promover no idoso um sentimento de utilidade e de pertencimento social, por outro, a manutenção das mesmas atividades poderia diminuir a auto-estima do idoso, uma vez que ele pode ter dificuldades de saúde, de locomoção e limitações econômicas que influenciariam na continuação das ações voluntárias (SALGADO, 1999).

Katz (2000) embassa uma possível crítica à Teoria da Atividade, uma vez que a noção da atividade postulada serve como antídoto ao estereótipo negativo de declínio e dependência da velhice. Nessa teoria, a necessidade de se manter em atividade na velhice parece ser um bem universal, e para provar isto os gerontólogos preocupam-se em demonstrar os benefícios das atividades físicas e sociais na velhice. Esta teoria adquire importância em um contexto neoliberal, onde o declínio do estado de bem-estar social incentiva os programas sociais a possibilitarem que os idosos se mantenham ativos e autônomos para evitar o estigma e o risco da dependência.

Uma das poucas pesquisas sobre o tema foi realizada pelo SESC de São Paulo juntamente com o Programa Voluntários da Comunidade Solidária (2002), com mulheres e homens aposentados acima de 60 anos e residentes em sua maioria no interior do estado de São Paulo. Foi verificado que muitos idosos atendidos nessa instituição não realizam atividade voluntária porque não dispõem de tempo livre para exercer tal atividade, visto que necessitam auxiliar no cuidado com os netos. A adesão do idoso ao voluntariado está associada a sentimentos religiosos, a ocupação do tempo livre, à ajuda a causas importantes, à necessidade de sentir-se útil, à afirmação pessoal, melhoria da auto-estima e postura mais otimista diante da vida e à ampliação dos

relacionamentos sociais. Entretanto, muitos idosos não a realizam pelo fato de não terem informações sobre o trabalho voluntário e por lhes faltarem condições de saúde e, como já foi mencionado, tempo. Meister (2003) discute esta representação que relaciona o voluntariado ao tempo livre, pois afirma que antigamente se pensava que o trabalho voluntário era uma atividade realizada por pessoas que dispunham de tempo e que não tinham o que fazer, podendo, assim, preenchê-lo com atividades ligadas à benemerência, caridade e fraternidade. No entanto, para este autor, a ação voluntária, atualmente, assume uma amplitude maior do que as relacionadas à caridade e a benemerência, estando relacionada à escolha e à motivação para realizá-la.

Em relação ao perfil dos pesquisados no estudo realizado pelo SESC São Paulo e o Programa de Voluntários da Comunidade Solidária (2002), há o predomínio do trabalho voluntário entre as mulheres idosas, e a faixa etária predominante está entre 60 a 69 anos, sendo em sua maioria também casadas e com escolaridade de Ensino Fundamental. Por se tratar de pesquisados aposentados, grande parte não exerce trabalho remunerado, no entanto, há uma parte pequena que ainda o faz. O trabalho voluntário seria uma das possibilidades para retardar a situação de morte social dos idosos, uma vez que seria um exercício de cidadania ao realizar tarefas e ações sociais transformadoras. O voluntariado poderá trazer benefícios individuais, tais como a convivência em grupo, a busca de motivações e novos projetos de vida e previne o isolamento social e a depressão, além de colaborar para o rumo de políticas públicas e privadas. Esses idosos acreditam que contribuíram para o aumento da doação de recursos para a comunidade, promoveram uma melhoria na vida das pessoas que receberam tal ação e também contribuíram para a instituição onde trabalham como voluntários (SESC SÃO PAULO; PROGRAMA VOLUNTÁRIOS DA COMUNIDADE SOLIDÁRIA, 2002).

Em uma outra pesquisa organizada pelo Grupo de Idosos da Associação Cearense Pró-Idosos do SESC do Ceará (1999), salienta-se que a ação voluntária após a aposentadoria está relacionada a vários estereótipos: ociosidade, não-ocupação, não-responsabilidade e ausência de objetivos na vida. Desta maneira, ao ocupar o seu tempo livre, o idoso torna o processo de envelhecer mais equilibrado, trazendo benefícios para a saúde, maior satisfação na vida afetiva e sexual e auxilia na descoberta de objetivos e perspectivas novas.

Em sua Dissertação, Dal Rio (2001) evidencia que a atividade voluntária é uma forma de reconhecimento e valorização, um espaço de atuação e significado que contribui para o reconhecimento do lugar social e político. Na opinião dos idosos pesquisados o trabalho voluntário é complementar às políticas sociais implantadas pelo Governo, e concordam que o Governo não tem competência atualmente para solucionar as necessidades básicas da população e assim passa a transferir às pessoas e às instituições o dever de colaborar. Em relação à aposentadoria, esta mesma autora salienta que o voluntariado é uma forma de reorganização da vida pós-trabalho, pois os idosos utilizam suas experiências profissionais e pessoais, canalizando suas potencialidades e, ao realizar uma atividade pública, resistem à imposição da sociedade em afastá-los, buscando formas de vivência e inserção. Nessa pesquisa, o voluntariado poderá ser uma maneira que o idoso encontra para ser produtivo, contestando a idéia que relaciona a aposentadoria à morte social, inutilidade, velhice e doença. O trabalho voluntário poderá ocorrer, por um lado, pelo enfraquecimento das relações familiares, independência dos filhos, separação conjugal e viuvez, fatores estes que predispõem a uma abertura à comunidade, ampliando, assim, as relações sociais e, por outro, por motivações altruísticas e religiosas (DAL RIO, 2001).

De acordo com a *United Nations Principles for Older Persons* (2004, *on line*), grande parte dos idosos continua contribuindo ativamente, apesar de que esta contribuição possa não ser necessariamente mensurada em termos monetários, mas estes não-monetários produtos podem ter alto benefício econômico, embora não sejam reconhecidos como tal. Lemos (2003) também faz referência ao trabalho não remunerado exercido pelos idosos, uma vez que estes poderão não estar sendo reconhecido pela produção social que oferecem à sociedade, já que não há valor de troca, capital econômico e, portanto, não geram acumulação de riqueza. O cuidado dos netos e do serviço doméstico, a confecção de roupas para crianças que moram em abrigos públicos, a doação de trabalhos manuais para entidades, entre outras, podem ser as diversas atividades onde os idosos auxiliam na produção social e econômica, embora não sejam reconhecidas como produtivas economicamente.

Conforme pesquisa de Camarano et al. (2003a, *on line*), os idosos não são apenas objetos da assistência social, mas também instrumentos desta assistência, visto que o seu trabalho é usado como origem de recursos financeiros, por meio de cooperativas onde prestam serviços a outros idosos ou na produção de bens visando à comercialização. Frente a esta questão, o número de voluntários idosos poderá ser maior do que as pesquisas indicam, uma vez que, por não prover a sua subsistência e não relacionar o valor e a contribuição econômica que as ações voluntárias dispõem, tais ações não são reconhecidas como valorativas e de âmbito laboral, estando mais reconhecidas como forma de preenchimento do tempo livre ou “*hobbie*”, sem a devida reflexão e importância que elas realmente têm frente à produção social e econômica dos idosos. Tais ações incluem desde o trabalho voluntário dentro de uma organização não-governamental até a esfera familiar como, por exemplo, no cuidado dos netos.

A reciprocidade também é percebida como uma motivação no voluntariado exercido pelos idosos, pois de acordo com a Organização das Nações Unidas (2003, *online*) o trabalho voluntário traz benefícios também para os idosos quando estes o realizam, uma vez que permanecem comprometidos socialmente, utilizam seus conhecimentos, conservam e desenvolvem o sentimento de se sentir úteis, além de preservar a autonomia. De acordo com essa organização, o trabalho voluntário realizado pelos idosos é um modo particular de envelhecimento ativo, pois esta contribuição é originada por um percurso de experiências de vida, conhecimentos e habilidades que são colocados à disposição de outras gerações.

No entanto, deve-se pensar se as organizações estão aptas e receptivas para o trabalho voluntário exercido pelo idoso, pois muitas vezes tais organizações poderão percebê-lo ainda como um excluído socialmente, objeto de suas ações, sem reflexão política para realizar tal ação e, em especial, demonstrando preconceitos frente à idade, restringindo, assim, a participação. Outro fator que influenciaria nessa não-participação do idoso é o difícil acesso a essas organizações, as quais não são projetadas para eles.

Nos Estados Unidos há um programa de idosos voluntários que fornecem aconselhamento a crianças (“*Grandma Please*”), através do contato telefônico. Szendre e Jose (1996) realizaram um estudo com trinta e sete idosos voluntários com idades entre 55 e 93 anos. Para participar do programa é necessário ter mais de 55 anos, capacidade de escuta e concentração, contar histórias e auxiliar nas tarefas escolares. Os idosos voluntários moram em residência própria ou em instituição geriátrica, bastando que eles tenham acesso a telefone residencial. Os principais resultados desta pesquisa foram os seguintes:

- a) por não precisarem ir até a instituição e por receberem a supervisão e treinamento da ação voluntária em suas residências, os problemas relacionados à situação econômica, transporte, declínio da saúde, isolamento devido à distância geográfica foram manejados pela instituição e pelos idosos voluntários, não os impossibilitando de participarem do programa;
- b) as análises indicam que há uma relação de gênero, pois as meninas telefonam em maior número de vezes do que os meninos. Tal relação pode ser entendida porque a maioria dos voluntários deste programa são mulheres, e os pesquisadores acreditam que se for aumentado o número de voluntários homens aumentará a frequência das ligações entre os meninos, pois o único voluntário homem recebe a mesma frequência de ligações que as voluntárias;
- c) as mulheres aposentadas salientam que a participação neste programa é decorrente do desejo de estar com crianças novamente e expressaram arrependimento por terem tido pouco tempo com seus filhos antes da aposentadoria;
- d) dentre os benefícios de realizar o trabalho voluntário, os idosos destacaram o fato de sentirem-se úteis, por suas experiências de vida e habilidades cognitivas e psicológicas para ajudar as crianças. Desejam continuar a realizar a ação voluntária, desde que a saúde permita. Um outro benefício salientado foi que o voluntário utiliza as habilidades individuais para o auxílio da criança. Alguns sentem-se mais habilitados para prover o cuidado emocional, outros no auxílio das tarefas escolares, outros para contar histórias, mas sobretudo sentem-se valorizados ao serem reconhecidos por ainda terem habilidades e serem capazes de auxiliar pela experiência de vida.

Foi realizada uma pesquisa por Baldock (1999) a qual tinha como proposta descrever as políticas públicas considerando a participação de idosos no trabalho voluntário em três países: Estados Unidos, Austrália e Holanda. Os dados foram coletados a partir da análise de documentos de políticas públicas e também por entrevistas com pesquisadores, políticos e coordenadores de centros de trabalho voluntário. Nas entrevistas realizadas todos os depoentes foram questionados a descrever quais os programas que estavam à disposição dos idosos voluntários, como eles estavam organizados, qual a influência da ação governamental nos subsídios e suporte para estes programas. Eram também perguntados sobre os benefícios do voluntariado para as pessoas idosas, as vantagens e as desvantagens na criação de programas específicos de trabalho voluntário entre os idosos. O programa foi considerado específico se somente idosos pudessem participar como voluntários. Dentre os três países, o único que desenvolveu uma política nacional para os idosos foi os Estados Unidos, sendo que esta política foi estabelecida há mais de trinta anos, como parte do *Older American Act*⁷ (2005, *on line*).

No contexto americano, o engajamento aos programas de trabalho voluntário realizado pelos idosos demonstra uma imagem de idosos como cidadãos independentes e não como necessitados de cuidados. Para os depoentes americanos, o trabalho voluntário é benéfico à saúde e bem-estar, pois é a estratégia de envelhecer bem e apresentar uma contribuição produtiva à sociedade. Nos programas destinados aos idosos na década de 60, a ênfase era na questão “vamos ajudar os idosos”, o que se modifica a partir da

7 O *Older American Act* de 1965 foi uma resposta encontrada pelo governo americano ao crescimento da população idosa no país, através da implementação de programas específicos para os idosos, especialmente para aqueles que se encontravam em risco de perder a autonomia, mulheres, residentes em meio rural ou idosos que não tinham família. O foco central dos programas era melhorar os serviços de residência, saúde, pensão e aposentadoria, serviços comunitários, os quais incluíam grupos de convivência e centros de voluntários para idosos.

década de 90, pois a ênfase passa a ser “o que os idosos podem fazer pelas outras pessoas”. A participação social deles é definida pela contribuição produtiva à comunidade através do trabalho voluntário ou remunerado. Para os entrevistados o trabalho remunerado e o trabalho voluntário realizado pelos idosos assumem a mesma importância, uma vez que ambos são igualmente úteis à comunidade. Os centros de voluntários procuram usufruir das experiências de vida e habilidades de cada idoso, de modo que eles sempre tenham algo para contribuir.

Na Austrália, o número de voluntários idosos não difere do número de voluntários pertencentes às outras faixas etárias. O governo procura encorajar que as pessoas aposentadas desenvolvam alguma atividade voluntária e pagam as despesas adicionais e uma pequena remuneração ao idoso que desenvolve esta ação, repassando esta verba para as organizações não-governamentais que possuem idosos em seus quadros de voluntários. Entretanto, não há programas específicos governamentais voltados para o incentivo do trabalho voluntário realizado por idosos. Os programas existentes são organizados por pessoas aposentadas, onde os idosos desenvolvem atividades como guias de museus, restauradores de brinquedos e músicos de orquestras. Tais programas visam ao bem-estar dos idosos e não à contribuição produtiva que eles podem oferecer às comunidades às quais pertencem, pois a participação do idoso é definida como recreativa, não existindo uma consciência crítica onde o trabalho voluntário possa estar inserido. O idoso voluntário é visto como aquele que está desfrutando de sua aposentadoria, o qual desempenha a ação voluntária relacionada à recreação e lazer. No contexto australiano, há uma tendência a assumir a aposentadoria como um momento positivo, e a noção de velhice ativa está representada pelas atividades de lazer e recreação. O conceito de voluntariado como uma atividade

recreativa e de bem-estar confirma esta imagem de aposentadoria como um período de lazer (BALDOCK, 1999).

Na Holanda, há uma predisposição em compreender o trabalho voluntário como uma ação tipicamente realizada por mulheres, e não há o desenvolvimento de programas governamentais para incentivar este tipo de trabalho. Nesse país, o número de voluntários idosos ultrapassa o número dos que ainda não se encontram nesta faixa etária. No entanto, não existem iniciativas governamentais para estimular idosos à ação voluntária. Os poucos programas existentes são regulados por organizações não-governamentais, onde os idosos efetuam atividades relacionadas à implementação de projetos em países em desenvolvimento ou com a população carente da Holanda, por meio das habilidades profissionais. Alguns depoentes referem que o idoso só contribuí socialmente por meio do trabalho remunerado, desvalorizando a contribuição que o idoso possa dar através do trabalho voluntário, pois quando este é realizado por idosos está relacionado ao lazer e à atividade recreativa. Outros concordam em estimular o trabalho voluntário na população idosa, pois além de ser uma forma de promover o bem-estar, envolveria os idosos nas lutas sociais, garantindo-lhes um espaço onde fossem discutidos os direitos dos idosos por eles próprios. A participação social do idoso é definida como qualquer atividade social que reduz a dependência e o custo da Assistência Social e que também integra os idosos à comunidade (BALDOCK, 1999).

Esta mesma autora salienta que nos três países pesquisados a maioria dos idosos exerce o voluntariado em organizações que não são voltadas exclusivamente para idosos, o que permite por um lado a troca intergeracional, mas por outro, os interesses dos idosos muitas vezes não são atendidos pelas organizações. Comumente os idosos

exercem o voluntariado em instituições religiosas, clubes sociais e Cruz Vermelha. Na Holanda, os diretores das organizações rejeitam a criação de programas específicos para os idosos, pois concordam que tais programas induzem à formação de guetos, pois não haveria trocas de experiências com as outras gerações, o que é um entrave para a integração dos idosos. No entanto, na Holanda há uma ação discriminatória em relação aos idosos voluntários, pois alguns estatutos de muitas organizações não-governamentais decretam que as pessoas não podem permanecer no trabalho voluntário após uma idade específica, usualmente após os 70 anos, e em algumas organizações estas pessoas perdem inclusive o direito de sócio após esta idade. Na Austrália e nos Estados Unidos há discordância neste ponto porque mesmo nos programas específicos os idosos trabalham com pessoas mais jovens, pois há os clientes e funcionários remunerados.

Em relação ao Brasil, no âmbito nacional, não existem políticas públicas voltadas para o estímulo do trabalho voluntário entre os idosos. Os programas existentes são regulados pelas prefeituras, pelas organizações não-governamentais, pelas universidades de terceira idade ou pelas instituições de caráter privado, tal como o Serviço Social do Comércio (SESC). O SESC de São Paulo, desde o ano de 1999, mantém um programa de incentivo ao trabalho voluntário exercido pelos idosos, com o objetivo de reforçar a auto-estima, autonomia, qualidade de vida e cidadania deste segmento. Neste programa, grande parte dos idosos exerce a ação voluntária através da assistência social, relacionados a carência material, área de saúde, educação, cultura e meio ambiente (SESC SÃO PAULO; PROGRAMA VOLUNTÁRIOS DA COMUNIDADE SOLIDÁRIA, 2002).

Uma maneira de estimular e preparar o idoso a se tornar voluntário foi encontrada pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre (2004, *on line*) através da

Secretaria de Esportes, Recreação e Lazer, com o projeto Espaço Aberto da Terceira Idade. Este projeto desenvolve oficinas sobre saúde e prevenção, aspectos biológicos do envelhecimento, atividades físicas, espiritualidade, teatro, música, primeiros socorros, aspectos psicológicos do envelhecimento, economia doméstica, políticas públicas e cidadania, ervas medicinais e comunicação e expressão. O objetivo destas oficinas é fazer com que cada participante torne-se multiplicador, atuando como voluntário na sua comunidade ou em qualquer local que desejar atuar. Pode-se perceber a influência do discurso gerontológico que procura estimular o idoso a manter-se ativo, assim como as práticas de cuidado à saúde, o que promoveria o envelhecimento bem-sucedido.

Uma outra alternativa também encontrada para incentivar o idoso no trabalho voluntário ocorre nos programas das Universidades para a Terceira Idade. Estes têm como objetivos resgatar a atuação cidadã dos idosos, implementar um espaço de integração e troca de experiências entre as gerações, inserir o idoso em atividades voluntárias onde seja possível para ele transmitir seus conhecimentos e habilidades, assim como obter satisfação pessoal a partir da criatividade e solidariedade (CAMINO; SANTOS, 2001; Universidade Aberta da Terceira Idade - UNATI, 2005, *on line*).

O trabalho voluntário realizado pelos idosos pode estar relacionado à questão do manter-se produtivo após a aposentadoria, em uma tentativa de afastar-se dos estereótipos negativos, além de ser uma possibilidade de ocupar o tempo livre advindo da aposentadoria, além de ser uma continuação das tarefas realizadas no cotidiano, com a finalidade de preservar a auto-estima. Neste sentido de continuidade também poderá ser uma forma de afirmar-se junto à sociedade e continuar colaborando, mesmo que esta colaboração não seja reconhecida e visível na sociedade, e não envolva remuneração financeira.

4 OS CAMINHOS DA PESQUISA

Ao apresentar este capítulo, recorre-se à afirmação de Minayo (1993) frente à neutralidade da pesquisa, já que para esta autora nenhuma pesquisa poderá ser considerada neutra, visto que qualquer forma de estudo da realidade, tanto quantitativo quanto qualitativo, contém em si um corpo teórico, o objeto estudado, os procedimentos realizados, os resultados e o desejo de o pesquisador conhecer o campo da pesquisa a ser desenvolvida. Por um longo tempo, pensava-se que a única forma de fazer ciência, ou tornar algo verdadeiramente científico, estaria centrada na figura de um pesquisador neutro, onde a objetividade e a busca de uma verdade absoluta se tornariam essenciais, sendo que o lugar adequado para concretizar tais premissas só poderia ser o laboratório. De acordo com Tittoni e Jacques (1998), as imagens do cientista e do laboratório ilustram uma forma de compreensão do que é ciência, a produção do conhecimento e da pesquisa, assim como seus pressupostos básicos de neutralidade, objetividade, experimentação e generalização.

A Psicologia Social, para essas autoras, questiona o imaginário da díade cientista-laboratório, uma vez que é no social e na interação com o outro e não no mundo do laboratório e da verdade absoluta que a pesquisa em Psicologia Social acontece e se efetiva. Desta maneira, os diversos saberes que compõem esta pesquisa são resultado da interação entre mim e os entrevistados. É necessário salientar que as instituições onde ocorre a ação voluntária e a população assistida por essa ação atravessam os saberes desta pesquisa, pois elas fazem parte das condições históricas e

sociais tanto minhas como dos entrevistados, pois a ação voluntária, enquanto fenômeno social, se encontra em um processo.

Então, ao buscar conhecer o idoso aposentado que realiza trabalho voluntário, escolhe-se como metodologia a abordagem qualitativa. Esta metodologia permite a interação entre o pesquisador e pesquisado, em uma escuta ativa onde ocorre o aprofundamento das questões que repercutem de forma importante na vida desses idosos, levando em conta também a singularidade de cada participante da pesquisa. Conforme Martinelli (1999), a pesquisa qualitativa envolve as experiências sociais dos sujeitos, pois nesta metodologia a realidade dos sujeitos é apreendida a partir dos significados atribuídos por eles, privilegiando-se a narrativa oral, e oferece a possibilidade de reflexão ao pesquisador durante o próprio percurso da produção de conhecimento. Assim, a pesquisa qualitativa considera a singularidade de cada participante, seja do pesquisador, seja dos depoentes, devido às diferentes subjetividades encontradas e também por levar em consideração a própria particularidade temporal e local onde a pesquisa acontece.

4.1 Os Atores Principais deste Estudo

O critério básico da escolha por pesquisar homens foi que o trabalho voluntário é, historicamente, caracterizado por ser uma atividade onde predominam mulheres. Também as pesquisas em torno da ação voluntária, em sua maioria, são realizadas com mulheres, não sendo determinado o recorte de gênero. Os integrantes desta pesquisa foram escolhidos de modo não aleatório, independente do tipo e local onde o trabalho voluntário é realizado. Pensou-se que, delimitando-se o número de participantes da pesquisa pelo local e pelo tipo

de trabalho voluntário, a riqueza do material seria restringida, reduzindo a possibilidade de olhar a pesquisa sob diferentes opiniões e vivências, uma vez que outro recorte realizado foi em relação à idade dos participantes, já que a idade mínima para participar foi de 70 anos.

A escolha por essa idade mínima não foi por casualidade. Debert (1999) propõe que se faça um novo recorte nos estágios de envelhecimento, pois este processo, a independência funcional e os recursos utilizados para vivenciar a velhice ocorrem de modo diferente para aqueles idosos que têm 60 anos e outros para aqueles que têm dez ou vinte anos a mais, de modo que a velhice não é uma etapa a ser vivenciada de maneira homogênea. Neste contexto, procura-se conhecer a experiência do envelhecimento, aposentadoria e ação voluntária para os idosos acima de 70 anos. Concomitantemente, o envelhecimento da população fortalece esta escolha, visto a necessidade de conhecer os outros grupos etários que constituem o envelhecimento, não só aquele que reúne na categoria velho os indivíduos que têm 60 anos ou próximo a esta idade. Antes de ir ao campo de pesquisa, pensou-se que esta escolha pela idade, embora fosse relevante, seria difícil de ser realizada, pois julgava-se que não havia idosos com mais de 70 anos realizando ação voluntária, opinião compartilhada tanto pela pesquisadora, quanto para muitos que a auxiliaram nesse processo de conhecimento. Ressalta-se que não houve dificuldade para encontrar os voluntários idosos que participaram deste estudo.

O número de idosos entrevistados foi delimitado através do critério de saturação ou de repetição das informações. Foi considerado então um número suficiente que permitisse a reincidência das informações coletadas, aquelas que trouxessem informações únicas (MINAYO, 1993).

Os dados foram coletados com doze homens aposentados, na faixa etária de 74 a 83 anos, com idade média de 78 anos e oito (8) meses, com pelo menos um ano de trabalho voluntário em instituições da cidade de Porto Alegre. Onze dos entrevistados têm curso superior e um o segundo grau completo. Quanto ao estado civil, nove são casados e três viúvos. Os entrevistados têm as seguintes profissões: dois engenheiros, dois médicos, dois professores, dois securitários, um advogado, um funcionário público, um representante comercial, um empresário. Em relação às funções ocupadas nas instituições, foram entrevistados cinco presidentes de instituição, dois coordenadores de setores, dois secretários, um membro do conselho deliberativo da instituição, um membro da diretoria e apenas um voluntário que não ocupa cargo diretivo na instituição. Os idosos realizam atividade voluntária em diferentes instituições, tais como religiosas (centros espíritas, igrejas evangélica e católica), assistenciais (albergues para pessoas pobres, orfanatos de crianças, clubes de serviços e casas geriátricas), de promoção da saúde (clubes sociais) e políticas (associação de bairros, sindicatos de aposentados e Conselho de Políticas Públicas).

4.2 Instrumentos da Coleta de Dados

Nesta pesquisa a coleta de dados esteve apoiada nas entrevistas semi-estruturadas e no diário de campo, pois através desta pluralidade a aproximação ao objeto de pesquisa deu-se de uma forma ampliada e assim pôde ser possível uma compreensão maior e a observação do objeto. No diário de campo, foram registradas as observações realizadas durante o processo de entrevista e também as informações fornecidas fora desse contexto, as impressões e as percepções frente a algumas situações difíceis. Estes registros foram

realizados principalmente quando trazidas pelos idosos questões relativas à aposentadoria, morte e luto, sendo essas questões acompanhadas de silêncios, pausas na entrevistas e choro, além de questões a serem aprofundadas.

A entrevista semi-estruturada surgiu a partir da qualificação do projeto de pesquisa. As perguntas da entrevista semi-estruturada foram formuladas partindo-se de questões que, além de abrir as portas do campo de pesquisa em estudo, possibilitaram que novas questões fossem descobertas a partir dos depoimentos (FLICK, 2004). A estrutura das entrevistas constituiu-se a partir dos seguintes blocos temáticos, os quais foram pontos de partida para elaborar um roteiro de entrevista:

- a) **aposentadoria**: conceito, mudanças ocorridas após a aposentadoria e vivência da aposentadoria;
- b) **envelhecimento**: conceito, articulação do envelhecimento, trabalho voluntário e aposentadoria, significado e vivência do envelhecimento.
- c) **trabalho voluntário**: conceito, significado do trabalho voluntário na vida do sujeito, ingresso, relação desta ação com trabalho remunerado que o sujeito realizava antes da aposentadoria e motivação.

4.2.1 Procedimentos para a Coleta de Dados

Buscou-se aproximação com algumas organizações não-governamentais, através de contato telefônico e pessoal, e também com algumas pessoas conhecidas que realizam atividade voluntária em diferentes instituições, de modo que fosse possível a indicação dos participantes da pesquisa. No final de cada entrevista, perguntava-se ao depoente se

ele conhecia uma pessoa que teria as características dos possíveis entrevistados da pesquisa e, assim, alguns foram indicados pelos próprios depoentes.

Foi realizado primeiramente um contato telefônico com cada entrevistado, explicando como tinha sido encontrado, quem tinha dado a indicação para participar da pesquisa, os dados referenciais (nome, telefone, curso de pós-graduação e universidade) e quais os objetivos da pesquisa, e realizando assim, o convite de participação. Procurou-se certificar junto aos entrevistados os critérios de participação da pesquisa (idade, estar aposentado e realizar trabalho voluntário há pelo menos um ano na cidade de Porto Alegre). Somente um dos entrevistados desejou primeiro conversar pessoalmente para depois participar da pesquisa, sendo que os demais concordaram com a participação imediata.

O local para as entrevistas foi escolhido pelos entrevistados, pois algumas foram realizadas em suas residências, enquanto que outras na instituição onde atuam. Ainda que o ator principal desta pesquisa fosse o idoso voluntário, em algumas ocasiões, foi possível entrar em contato com os familiares (quando realizava a entrevista nas residências) e também com os colegas de trabalho voluntário (quando elas ocorriam nas instituições). Tal situação enriqueceu o entendimento do contexto de cada entrevista e da realidade desses idosos, além de propiciar também a aproximação com o depoente, pois durante o momento da entrevista pode-se questionar situações vivenciadas tanto na residência como também nas instituições.

Antes da entrevista foi entregue para cada idoso uma cópia do termo de consentimento livre e esclarecido (ANEXO A) e realizada junto a cada um uma leitura deste documento para que fosse sanada qualquer dúvida a respeito da pesquisa. Colocou-

se a necessidade do uso do gravador, esclarecendo-se que seria possível desligar, caso ocorresse o desejo dos entrevistados. Alguns entrevistados pediram para receber cópia da entrevista e da dissertação após a conclusão e também expressaram o desejo de assistirem a defesa desta dissertação. Ficou acordado que seria entregue para cada participante uma cópia da dissertação após a defesa.

Para conservar a produção verbal dos idosos recorreu-se às gravações em fitas de áudio tipo K-7 que após foram transcritas utilizando-se o *Transcriber*, um aparelho eletrônico que auxilia na transcrição de entrevistas. Por não apresentar problemas e ser fonte de importantes informações, foi utilizada a entrevista-piloto realizada na etapa da qualificação do projeto de pesquisa.

No decorrer da apresentação da pesquisa, os depoentes que participaram deste estudo serão chamados de idosos voluntários, a fim de se distinguirem da categoria idoso e da categoria voluntário.

4.2.2 Sobre o Processo de Análise

Para realizar a análise dos depoimentos dos idosos voluntários, foram seguidos os preceitos da análise de conteúdo propostos por Bardin (1979), tendo como suporte o software *Q.S.R Nvivo 2.0*. A utilização de uma tecnologia informacional não torna impraticável a utilização da análise de conteúdo proposto pelo autor citado, já que este tipo de análise é um dos procedimentos clássicos para analisar tanto a produção de textos escritos como também a produção de imagens, cujo denominador comum é sua capacidade de reter um conteúdo que, lido e interpretado adequadamente, promove o

conhecimento de aspectos e fenômenos da vida social que de outro modo seriam inacessíveis (FLICK, 2004; OLABUENAGA; ISPIZUA, 1989). A análise de conteúdo ocorre de uma forma cíclica e circular, não apresentando uma forma sequencial linear, de modo que, após concluir uma etapa, pode-se retornar à primeira e reiniciá-la com uma informação mais completa e com uma outra forma de leitura. Isto significa dizer que o texto poderá ser exposto a múltiplas leituras, podendo ser modificadas as categorizações iniciais (OLABUENAGA; ISPIZUA, 1989).

4.2.3 Utilizando um Elemento de Organização dos Dados: o uso do software Nvivo

Após serem transcritas, todas as entrevistas foram transformadas em documentos com extensão rtf (*Rich Text Format*). Para construir a base dos dados coletados foi utilizado o software *Qualitative Solutions Research Nvivo 2.0 (Q.S.R Nvivo)* que faz parte do *CAQDAS (Computing Assisted Qualitative Data Analysis Software)*, sendo que o uso de tecnologias informacionais é tradicional na disciplina de Ciências Sociais, mas nos últimos anos vem sendo aplicado também em outros grupos de pesquisa aplicada (MANGABEIRA; LEE; FIELDING, 2001). Este software é uma versão de um outro, o *QSR NUD*IST (Non Numerical Unstructured Data Indexing, Search and Theorizing)*. Este programa auxilia no desenvolvimento de uma estrutura hierárquica (árvore) de codificações e ambos produzem um ambiente informacional onde é possível criar, organizar e explorar informações e categorias, de modo que ocorra a flexibilização da análise dos dados, estando apoiados no preceito da codificação e armazenamento de textos e categorias relacionadas à pesquisa (MILES; HUBERMAN, 1994; RODRÍGUEZ, 1999; SANTOS, 2001; GUIZZO et al., 2003).

4.2.4 A Técnica Utilizada para a Análise dos Dados

As etapas realizadas para que ocorresse a análise dos dados foram as seguintes:

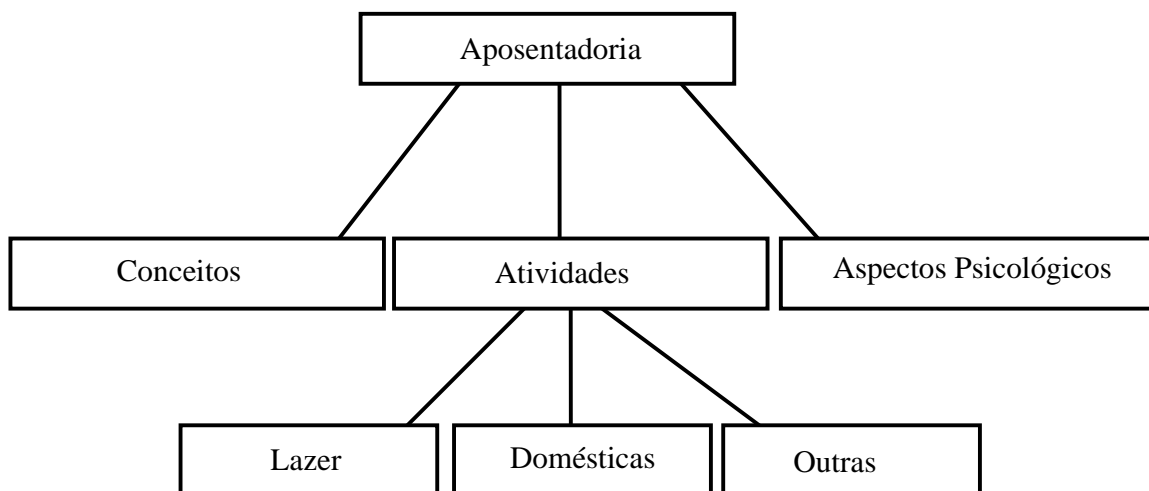
- a) *pré-análise dos dados*: nesta fase ocorreu a leitura flutuante dos depoimentos, de modo que se entrasse em contato com os dados coletados, e para assim extrair as primeiras inferências dos textos. Ainda, procurou-se homogeneizar as técnicas utilizadas na leitura de todos os depoimentos e também verificar a pertinência e representatividade dos conteúdos das entrevistas junto aos objetivos da pesquisa. Também procurou-se verificar se as entrevistas continham todos os aspectos levantados no roteiro;
- b) *formação das categorias*: a formação das categorias ocorreu a partir da leitura flutuante e da preparação dos dados brutos dos três blocos temáticos que compõem a pesquisa. As categorias foram elaboradas a partir de dois critérios: dos três blocos temáticos (aposentadoria, trabalho voluntário e envelhecimento) e também do corpo teórico que fundamenta a pesquisa;
- c) *codificação*: a codificação dos segmentos ocorreu de acordo com os três eixos temáticos: aposentadoria, trabalho voluntário e envelhecimento. Esta etapa abrange a elaboração do conceito de cada categoria e subcategoria. A partir destas grandes categorias, elaboraram-se as subcategorias, pois estas admitem uma classificação mais precisa do material armazenado. Procurou-se, ao elaborar a unidade de registro, que esta fosse o mais próximo semanticamente da unidade de contexto do trecho a ser codificado. Ao codificar, realizou-se a análise temática do discurso dos depoentes, pois para Minayo (1993) a noção de tema está relacionada

a um assunto específico, já que o tema pode ser graficamente evidenciado por meio de palavra, frase ou resumo, comportando um feixe de relações (BARDIN, 1979). No software que auxiliou na codificação dos segmentos das entrevistas, as categorias são denominadas de *nodes*, ou nós, em português e, assim, cada *node* é uma categoria e *sub-node*, as sub-categorias, sendo possível a criação de um conceito para cada categoria e sub-categoria criada (GUIZZO et al., 2003);

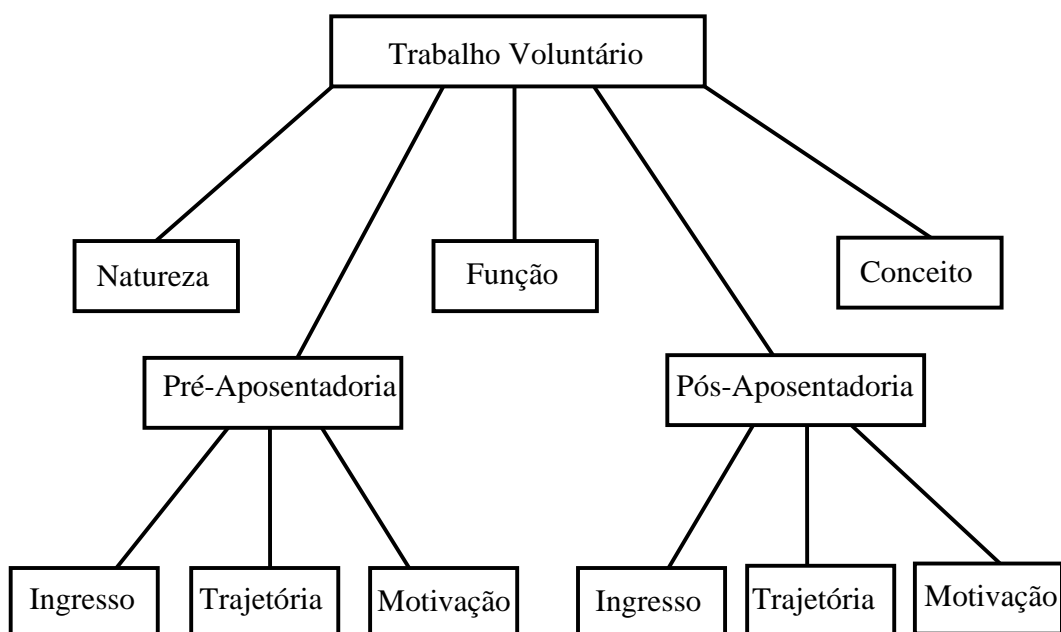
d) *análise dos dados coletados*: após realizar a leitura de todas as entrevistas codificadas, foi possível visualizar cada entrevista e cada segmento desta com sua respectiva categoria, a partir da leitura da árvore hierárquica das categorias e subcategorias. Após esta primeira codificação, cada uma delas foi impressa, pois delas resulta um documento onde estão registradas as verbalizações dos participantes relacionadas àquela categoria ou subcategoria. O número de verbalizações em cada documento produzido pelo software foi diverso, uma vez que dependeu do número de segmentos categorizados nas entrevistas. Produziram-se as intersecções entre as categorias para verificar se existia a relação entre elas e com os objetivos da pesquisa, através de uma ferramenta de busca. Através dos cruzamentos, foi possível averiguar de forma quantitativa cada categoria e subcategoria, e também o próprio andamento da codificação. Nessa etapa, realizou-se o último recorte das categorias e subcategorias de acordo com os objetivos da pesquisa. As categorias e subcategorias que apareceram poucas vezes e que fundamentalmente não tinham relação com os objetivos da pesquisa foram desconsideradas. A partir deste novo recorte, uma nova árvore hierárquica foi produzida e, mais uma vez, realizaram-se intersecções a fim de reavaliar as relações existentes entre o material de análise. Nesta fase pôde-se comparar o

processo anterior com o novo e verificar se as modificações foram cumpridas de forma satisfatória e se o novo processo daria uma maior visibilidade ao material coletado, sendo feita uma vez mais uma leitura de todo o material, com os conceitos de cada categoria e subcategoria. Somente após a leitura e o entendimento das relações existentes, passou-se à análise e discussão dos resultados. Para isto, foi necessária a impressão das categorias e subcategorias porque, desta maneira, seria possível visualizar tanto o segmento que corresponde a cada categoria e subcategoria, como também as intersecções existentes entre elas.

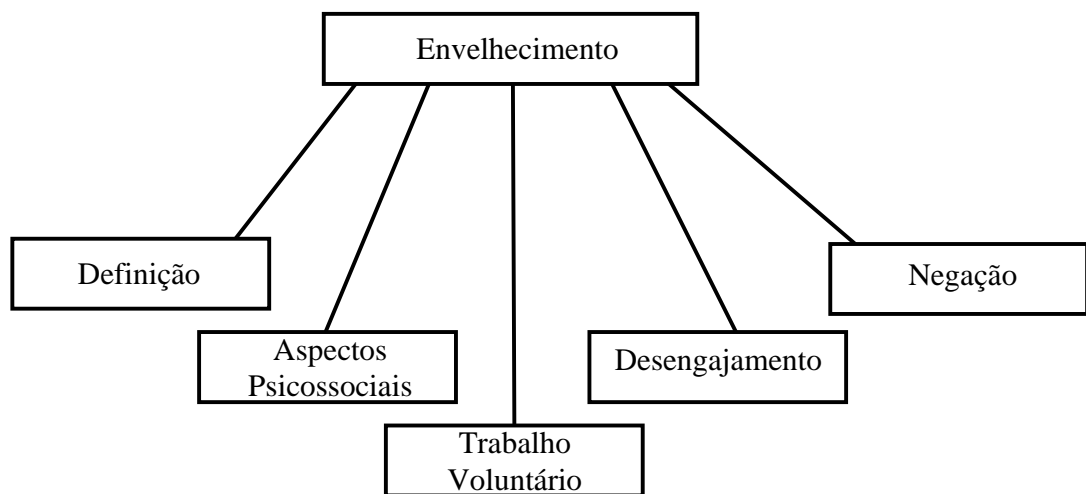
Demonstra-se então, a estrutura hierárquica das categorias a partir dos blocos temáticos que constituíram esta pesquisa:



Gravura 1- Bloco Temático Aposentadoria



Gravura 2 - Bloco Temático Trabalho Voluntário



Gravura 3 - Bloco Temático Envelhecimento

5 DANDO VISIBILIDADE AOS IDOSOS VOLUNTÁRIOS

Neste capítulo destacam-se os resultados obtidos, entendendo-os à luz do corpo teórico que auxiliou a fundamentar este estudo. Nos entendimentos dos resultados buscou-se resgatar o depoimento dos idosos voluntários, pois, além de elucidar os resultados da pesquisa estes apresentam uma riqueza de informações que foram fundamentais na concretização desta pesquisa. Ao apresentar os resultados buscou-se então, realizar a intersecção entre os três blocos temáticos que compõem este estudo, considerando os aspectos das representações e vivências em relação ao envelhecimento, aposentadoria e trabalho voluntário.

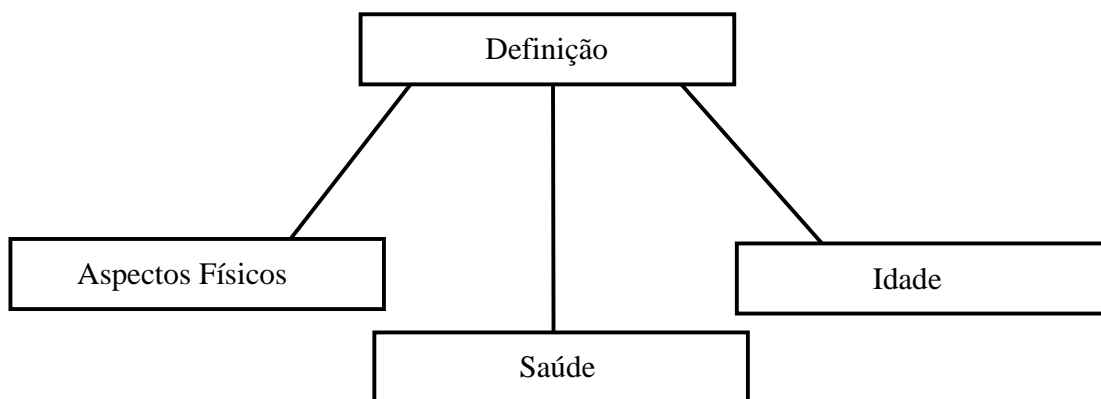
Para não cansar o leitor pára-se de referir constantemente que os resultados são referentes aos idosos voluntários participantes desta pesquisa. Em nenhum momento procurou-se generalizar os resultados obtidos. Eles são válidos exclusivamente para as pessoas entrevistadas nesta pesquisa.

5.1 “Apesar da Minha Idade, eu Ainda me Considero Jovem”

A velhice poderá ser vivenciada ora como um momento de perda, por estereótipos negativos, ora por um momento onde há experiência de vida e espaço para pensar em novos projetos. A diversidade frente às representações indica que, mesmo sendo universal, o processo de envelhecimento é vivenciado de maneiras diferentes pelos idosos, devendo-se

levar em conta não somente os aspectos físicos e cronológicos da velhice, mas também o contexto sócio-histórico que institui tal etapa do desenvolvimento humano.

Embora a partir de sessenta anos a pessoa seja considerada idosa, não foi pela idade que alguns idosos voluntários se definiram como tal. É possível identificar conceitos semelhantes entre alguns idosos voluntários no que diz respeito à definição de envelhecimento: apesar da idade ser superior aos setenta anos, muitos não se consideram idosos porque não estão ociosos, a saúde mantém-se preservada, embora a aparência física não esconda os anos já vividos. Entre outros idosos voluntários pesquisados a definição ocorre pela idade, pelo desgaste físico e psicológico e pela limitação de realizar algumas atividades. De forma ilustrativa, reproduzem-se as categorias relacionadas à definição do processo de envelhecimento para esses idosos voluntários:



Gravura 4 – Componentes da Definição do Envelhecimento

Para alguns dos entrevistados, a aparência física contraria a capacidade de manterem-se ativos. Manuel⁷ (79 anos), quando verbaliza “[. . .] *Eu olho no espelho e vejo, mas como? Essa ruga? Não pode ter essa cara amarrotada. A minha juventude é a*

mesma [. . .] ” percebe-se como psicologicamente jovem, independente de sua aparência física. Por este depoimento, este idoso ressalta que, apesar de seu corpo ter envelhecido, não ocorreu uma modificação psicológica, o que lhe permite manter o sentimento de ser o mesmo e, por esta razão, considerar-se ainda jovem. A continuidade da juventude também pode indicar a dissociação entre a idade cronológica e o envelhecimento, pois Antonio (79 anos) indica que “[. . .] apesar da minha idade eu ainda me considero jovem [. . .].”

Neste fragmento percebe-se que a idade não influencia no padrão de bem-estar e nem define o estar envelhecido. As semelhanças entre as faixas etárias foram expressas no depoimento de Pedro (80 anos) ao afirmar que “[. . .] se faz operação de apêndice quando criança e operação da próstata quando velho [. . .] ”. Este idoso voluntário tenta demonstrar que não é somente na velhice que ocorre a incidência de doenças, por isto a definição do envelhecimento através do surgimento de doenças não faz parte do depoimento de alguns idosos voluntários, uma vez que tanto na velhice como na infância as doenças podem ocorrer. A velhice por si só não é sinônimo de doença, uma vez que a doença e a morte podem acontecer em qualquer etapa do desenvolvimento humano (HAYFLICK, 1996).

Entretanto, alguns idosos voluntários desta pesquisa demarcam que a entrada na velhice foi percebida quando começaram ocorrer as primeiras limitações físicas e a perda da autonomia. A fragilização da saúde traz a necessidade de ter um cuidado especial com o objetivo de garantir a integridade do bem-estar e da saúde, incorporando novas rotinas na vida diária (acostumar-se ao uso de próteses, biópsias e exames cardiovasculares, por exemplo). Ao falar sobre o início da velhice, Samuel (82 anos) destaca o envelhecimento biológico, pois,

⁷ Os participantes deste estudo tiveram seus nomes alterados, a fim de preservar o sigilo e o anonimato.

“ [. . .] eu senti que estava envelhecido quando a artrose começou a incomodar nos últimos dois anos, nos últimos três anos eu comecei com os problemas. Tanto é que tenho que ter uma prótese. Isto já me trouxe uma limitação de atividade física [. . .] ”.

Tal relato confirma a afirmação de POSADA (1998), o qual salienta que a percepção da entrada na velhice por meio de uma determinada situação é o que caracteriza o envelhecimento biológico e, conforme Samuel (82 anos), esse início foi demarcado através da artrose. Este fragmento também evidencia a reconstrução do conceito de envelhecimento, surgido a partir da doença, de forma que ocorra uma adaptação às transformações ocorridas pelo próprio envelhecimento (POSADA, 1998).

Contudo, mesmo que o envelhecimento seja um processo irreversível e inevitável, o cuidado da saúde representa o desejo de manter-se ativo e continuar realizando o trabalho voluntário, que só serão possíveis mediante este cuidado: *“[. . .] vou fazer esta prótese porque eu espero ainda...eu quero prosseguir com os meus clubes, com as minhas entidades [. . .] ”* (Samuel, 82 anos).

O desejo de Samuel (82 anos) justifica o uso da prótese, e neste sentido, não se trata de ser jovem ou velho, mas de ser saudável ou doente, autônomo ou não e continuar realizando as atividades, de forma que se preserve a capacidade produtiva. Este fragmento também evidencia a reconstrução do conceito de envelhecimento, surgido a partir da doença, de forma que ocorra uma adaptação às transformações ocorridas pelo próprio envelhecimento (POSADA, 1998).

Para alguns idosos voluntários, o avanço da idade não representa por si só a entrada na velhice. Mais do que a idade, a incidência de doenças e as limitações físicas parecem se sobrepor e demarcar o início de uma nova etapa de vida. Neste contexto, a

ausência de limitação física e a manutenção da saúde estariam auxiliando na dissociação entre a idade cronológica e a entrada na velhice?

As limitações cognitivas representadas pela perda da memória foram um dos aspectos que mais sensibilizaram os idosos. A aceitação da velhice torna-se mais difícil principalmente quando esta acarreta dificuldades na memória, pois traz consigo o medo da perda da autonomia e a possibilidade de vir a ser dependente. Nos momentos em que ocorreu à perda da memória, durante as entrevistas realizadas, foram visíveis os sentimentos de ansiedade e vergonha, além de pedidos de desculpa pela impossibilidade de lembrar fatos ocorridos. Pela limitação da memória ser uma das mudanças típicas que a velhice acarreta, tal situação pode contribuir com a dificuldade de vivenciar a velhice, pois é uma forma de reconhecer-se como idoso, embora esta deficiência cognitiva não caracterize uma doença (HAYFLICK, 1996). A limitação desta função cognitiva pode ser ilustrada através dos depoimentos de André (83 anos) e José (82 anos):

“ [. . .] Eu posso falar tranqüilamente, posso falar com correção. Leio, tenho boa memória. Os fatos mais remotos eu tenho fixo. Às vezes fico impressionado, isso aconteceu quando eu tinha lá meus 10, 11 anos, aconteceu em tal data. Mas se tu me perguntar os fatos da semana passada, eu posso não lembrar. Eu posso estar falando contigo, tal sei que tu és a Nara, mas daquela semana que a gente não se encontrarmos, sei que te conheço, mas não posso lembrar que tu és a Nara. Mas não acontece só comigo, acontece com muita gente moça. Porque alguns neurônios já embarcaram [. . .] ” (André, 83 anos).

De forma semelhante, José (82 anos) também explica a dificuldade na memória:

“ [. . .] Eu tava pensando em ti. Será que eu marquei dentista segunda ou terça? Não me lembrava mais. Daí eu liguei pro dentista. Me desculpa meus 82 anos, mas tu marcastes a consulta pra amanhã ou pra hoje? Não, é amanhã. Porque eu não me lembrava [. . .] ” (José, 82 anos).

No depoimento de José (82 anos), percebe-se uma das mudanças visíveis que o envelhecimento ocasiona. De acordo com Hayflick (1996), uma dessas mudanças são os problemas de memória, embora eles não caracterizem doença. No depoimento de André (83 anos), há uma tentativa de minimizar o sofrimento da limitação desta função cognitiva, ao verbalizar que a perda da memória acontece tanto na juventude como na velhice, na intenção de verbalizar que tal limitação não corresponde somente à etapa do envelhecimento.

Para que o sentimento de estar envelhecendo seja postergado, algumas tentativas se fazem presentes. Entre estas, o cuidado com a saúde, a prática de exercícios físicos e a não-realização de algumas atividades que lembram à chegada da velhice, tais como atravessar a rua correndo, não dirigir carro, a impossibilidade para leitura ou para abaixar-se ao colocar meias. São atividades que passaram a ser evitadas por alguns idosos, pois elas os fazem lembrar das limitações físicas e da perda da autonomia. Estas tentativas pretendem alterar uma das faces do processo de envelhecimento. Embora existam técnicas de rejuvenescimento ou ações que podem retardar ou minimizar os efeitos do processo de envelhecer, tais como cirurgias plásticas ou prática de exercícios físicos e intelectuais, nesta etapa de vida, há algumas perdas que independem da vontade do ser humano.

Também como uma forma de encobrir as perdas desta etapa de vida, surge a dissociação entre a terceira idade e a velhice. Pela definição dada por um dos idosos entrevistados, percebe-se que a terceira idade está relacionada à capacidade de estar ativo, independente, enquanto que a velhice está referida pela incapacidade e pela imagem de uma pessoa que não consegue realizar mais nada:

“ [. . .] A velhice, se tu considerar velho, é a pessoa incapaz, que não se dedica a mais nada. A terceira idade, não interessa a idade, se ela tiver disposição, se ela tiver ativa, ela é terceira idade, ela tem ação, ela está produzindo alguma coisa, ela está realizando alguma coisa. Eu me encontro na terceira idade [. . .] ”(Érico, 75 anos).

Neste fragmento, há uma ambivalência, pois a velhice é reconhecida, mas no outro e não em si, o que corrobora a afirmação de Motta (1997), quando salienta que por não haver reconhecimento da velhice enquanto se está saudável e produtivo, é possível entender por que alguns idosos não se consideram velhos ou reconhecem a velhice somente nas outras pessoas. Conforme Érico (75 anos), a terceira idade não está associada à idade, e sim, à sua capacidade ou não de manter-se ativo, pois *“ [. . .] não interessa a idade, se ela tiver disposição, se ela tiver ativa, ela é terceira idade [. . .] ”*. Neste sentido, se interpõe entre a velhice e a negação desta, uma vez que a velhice está relacionada aos aspectos negativos, de incapacidade, enquanto que a Terceira Idade se manifesta pela ação e autonomia. De maneira implícita a este fragmento, ocorre a dissociação entre as categorias opostas “terceira idade X velhice”, sendo a primeira associada ao envelhecimento ativo e independente e a segunda, à ociosidade e à limitação física (LENOIR, 1979). Contraditoriamente, no momento que este mesmo idoso verbaliza: *“ [. . .] Eu me encontro na terceira idade [. . .] ”* ele parece aceitar o processo de envelhecimento, desde que esteja associado a uma representação positiva. Neste contexto, o envelhecimento é aceito, mas pela condição de ajustar-se aos preceitos da terceira idade. Este depoimento também ilustra a afirmação de Lenoir (1979) quando salienta que a terceira idade não é um substituto da etapa da velhice, mas torna nominável e público algo que foi proibido e não expresso através da palavra velhice.

Um dos aspectos citados por Debert (2001) no discurso dos geriatras é a prevenção, ou seja, é possível controlar e adiar os problemas do envelhecimento, por

meio de técnicas de controle e cuidado, de modo que a velhice somente surgirá para aqueles que concordarem com o seu surgimento e não tentarem evitá-la. Nesta condição, a velhice passa a ser responsabilidade de cada indivíduo, sendo escolha deste por sua situação de sofrimento, incapacidade e até mesmo morte. Entretanto, este discurso de prevenção ultrapassa o saber médico, pois José (82 anos) enfatiza que:

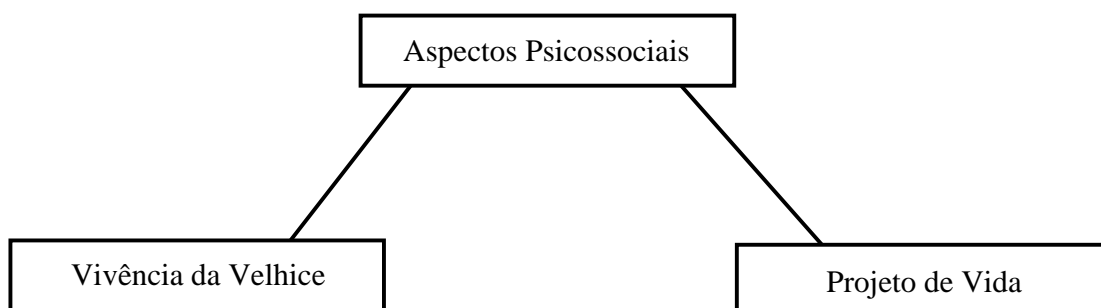
“[. . .] A pessoa não ter mais condições psíquicas, nem física de fazer nada, aí ela fica velha. Tem pessoas que são assim e morrem por desgaste dos tecidos. Morreu, morreu de velho. Por quê? Porque ele não procurou manter um pouco o espírito físico, psíquico, sempre procurando, fazer alguma coisa, ou com um ou com o outro[. . .]” (José, 82 anos).

Este idoso manifesta que a velhice poderá ser evitada, através de sempre “ [. . .] *fazer alguma coisa, um com um, ou com o outro [. . .]*”, de maneira que manter-se em atividade passa a ser condição para não entrar na velhice, e conseqüentemente, a inevitabilidade da morte. Neste depoimento também se torna claro a repetição do discurso da terceira idade, pois José (82 anos) estipula como os idosos devem agir e se comportar a fim de não se tornarem velhos, além de associar a velhice com os estereótipos negativos, tanto de incapacidade física como psíquica.

Um dos obstáculos levantados por Motta (1997) sobre o discurso promovido pela terceira idade é a negação da velhice, onde por trás da imagem de um idoso saudável e ativo há uma ação para minimizar os efeitos inevitáveis do envelhecimento, o que pode ser percebido através do depoimento de Manuel (79 anos) quando verbaliza que “[. . .] *a minha juventude é a mesma, o meu vigor. Não sinto na saúde, no trabalho. Mas lógico que a gente sabe que os anos desgastam [. . .].*”

A oposição entre velho-velho e velho-jovem foi manifestada por Carlos (74 anos), quando verbaliza que “[. . .] *não me tenho como velho-velho, velho assim, porque eu tô no circuito permanente [. . .]*.” Carlos, (74 anos) procura romper com a representação negativa em torno da velhice, e sente-se orgulhoso por ainda estar “[. . .] *no circuito permanente [. . .]*” e não corresponder à imagem negativa da velhice, de inatividade, solidão e decrepitude. O seu auto-retrato como velho-jovem salienta a importância de manter o estilo de vida da juventude, representada pela manutenção da saúde, capacidade cognitiva e atividade e, conforme Motta (1997), representada por uma velhice menos velha. Uma outra característica é apontada por este idoso voluntário: a condição do velho-velho (DEBERT, 1997; MOTTA, 1997) como pertencente à quarta idade, associada aos estereótipos negativos da velhice, à dependência tanto econômica como social.

Os aspectos psicossociais associados ao envelhecimento foram categorizados a partir da vivência da velhice e do projeto de vida relacionado a esta etapa do desenvolvimento, conforme a ilustração abaixo:



Gravura 5 – Componentes dos Aspectos Psicossociais do Envelhecimento

A velhice como um momento de perdas foi refutada através da valorização da experiência de vida. Alguns idosos demonstraram uma consideração positiva frente à

experiência adquirida através dos anos vividos e também pelo orgulho quando sentem que são fonte de experiência e capazes de contribuir através de conhecimentos, pois “[. . .] é raro o dia que alguém não quer perguntar alguma coisa, a gente com a idade que tem e a vivência, então volta e meia tem que dar uma colaboração [. . .]” (Samuel, 82 anos). Neste sentido, a velhice passa a ser considerada de forma positiva, pois a preservação do sentimento de ser capaz de contribuir, por meio das vivências passadas, em auxílio à coletividade, mantém íntegra a auto-estima desses idosos.

A transmissão da experiência de vida também envolve um outro aspecto: a comparação entre o passado e o presente, a qual implica minimizar o estigma negativo que o velho assume na sociedade, como sendo portador de diversas perdas, físicas, cognitivas e de imagem social. Há uma comparação implícita de que o tempo antigo era melhor do que o presente, uma vez que a verbalização “[. . .] no meu tempo, se faz assim, e assim se saía tudo muito bem. Vocês querem fazer isso, sigam assim, se não querem, façam como vocês acham [. . .]” (José, 82 anos) estabelece a valorização do tempo passado. Tal comparação, além de rememorar o passado, poderia ser uma maneira de se opor aos estereótipos aos quais os idosos voluntários podem estar submetidos, valorizando o pertencimento a um tempo de valores melhores, preservando algumas normas e princípios e afirmando a necessidade de manter uma imagem social que contradiz o estereótipo negativo. Este mesmo idoso voluntário verbaliza que na ação voluntária

“ [. . .] o jovem não quer colaborar, é muito difícil hoje tu encontrar, quem vai colaborar são os que tão lá em cima, porque eles tiveram os pais, tiveram um pouquinho de educação comunitária. É muito difícil hoje tu encontrar pessoas que queiram colaborar [. . .]” (José, 82 anos).

Tal fragmento manifesta que o trabalho voluntário poderá surgir em decorrência da educação fornecida pelos pais e demonstra uma clara posição que a educação recebida no passado é superior à educação atual.

De forma contraditória, alguns idosos voluntários participantes dessa pesquisa valorizam a presença dos jovens nesse trabalho, pois percebem que esta ação permite um espaço de troca intergeracional, que além de compartilhar experiências permite que o idoso sinta-se valorizado pelo seu saber. Neste contexto, o trabalho voluntário como espaço de troca entre as gerações e compartilhamento de experiências corrobora com os achados de Szendre e Jose (1996), Camino e Santos (2001), Romero (2005, *on line*), Organização das Nações Unidas (2003, *on line*) e UNATI (2005, *on line*). Desta maneira, é possível identificar que a experiência de vida e a transmissão de conhecimento não ocorrem somente no âmbito familiar, mas também no trabalho voluntário. Nesse momento, o ato de transmitir conhecimento e a experiência de vida aos mais jovens satisfaz a necessidade em afastar-se da sociedade, mas sem que esse afastamento traga consigo uma desvalorização social. Gracindo (80 anos) salienta que:

“ [. . .] eles estão procurando até me substituir nas palestras, eles querem que eu assista, mas pra ver se eles já estão, eles querem ver se têm condições de me substituir. Sim, porque daqui algum tempo eu tenho que desencarnar, não tem problema [. . .]”.

Neste depoimento, evidencia-se que o afastar-se da sociedade é importante, mas é uma escolha do próprio idoso, por duas razões: para dar lugar aos mais jovens e também para preparar-se para a morte, já que esta é inevitável.

O afastamento social desses idosos voluntários se dá em outros momentos da vida, não somente no momento da aposentadoria. Este afastamento da sociedade também está simbolizado no estar em casa e no assistir televisão, sendo que essas ações

imprimem nesses depoentes, o sentimento de inutilidade e desvalorização, comprometendo também a auto-estima. Grande parte dos idosos voluntários deste estudo não deseja se afastar do trabalho voluntário e da sociedade, pois este afastamento os levaria a pensar na morte. Para não se distanciarem da sociedade, os idosos voluntários procuram desenvolver as mesmas atividades anteriores à aposentadoria, uma vez que a modificação na rotina poderia ser fonte de sofrimento, pois de acordo com Pedro (80 anos), “[. . .] eu faço a mesma coisa quando eu trabalhava e isto que dá um ritmo, dá vontade de viver. Eu faço tudo, só um pouquinho mais moderado [. . .]”. Entretanto, Pedro (80 anos) quando verbaliza que “[. . .] você tem que sair para dar lugar a outros. Eu tinha mais atividades, agora eu diminuí. Em muitas coisas eu não vou, deixo pra gente mais moça [. . .]”, demonstra que o processo de envelhecimento poderá concretizar o afastamento dos idosos e a diminuição das atividades, embora esta diminuição não implique um total afastamento.

Por outro lado, a única razão para distanciar-se socialmente e das atividades realizadas no cotidiano do trabalho voluntário é pela fragilização da saúde, pois enquanto esta estiver preservada, ainda há possibilidade de manter-se ativo. A este respeito, Carlos (74 anos) salienta que “[. . .] este é meu dia-a-dia. Eu vou continuar enquanto minhas perninhas me permitirem que eu ande, que minha cabeça teje [. . .]”. Pode-se pensar que é a integridade da saúde que irá promover o não afastamento do idoso, embora um dos entrevistados saliente que, além da saúde, a inexistência de pessoas mais jovens também assegura a sua permanência no trabalho voluntário: “[. . .] enquanto eu tiver saúde e tiver atividade eu vou continuar a trabalhar com eles lá. A não ser que eles arrumem outro mais moço que faça tudo [. . .]” (Pedro, 80 anos). Tal fragmento evidencia a posição da Comisión Económica para América Latina y el Caribe

(2003a, *on line*) quando afirma que a desvinculação social não é determinada pela idade e sim, pelas circunstâncias da doença, perda das relações sociais e retraimento financeiro, pois para este idoso voluntário, enquanto a saúde não for empecilho, ele continuará trabalhando como voluntário. A substituição por pessoas mais jovens também poderá facilitar que este idoso voluntário suspenda a sua dedicação ao trabalho voluntário. Pode-se pensar também que mesmo no contexto de trabalho voluntário existam as transformações do mundo do trabalho, fundadas na produtividade e rapidez na concretização dos resultados.

Para este grupo de idosos, o trabalho voluntário tem a propriedade de prevenir o envelhecimento e a possibilidade de ficar doente, pois através da ação voluntária “[. . .] *os teus neurônios funcionam [. . .]*” (Pedro, 80 anos) e “[. . .] *te obriga a andar e a firmar compromissos e a envelhecer pouco [. . .]*” (José, 82 anos). Assim, o trabalho voluntário passa a ser um elemento central na vida deste grupo de idosos voluntários, pois os auxilia a manter a integridade tanto física como intelectual, e também a adiar o processo de envelhecimento. A preservação da saúde por meio da realização e continuação das atividades denota os postulados da Teoria da Atividade e da Continuidade (SHMOTKIN et al., 2003; RAVANERA; RAJULTON, 2001). O trabalho voluntário parece, então, cumprir algumas premissas: ao mesmo tempo em que substituí a perda do trabalho remunerado, a ação voluntária permite a continuidade das atividades realizadas no momento anterior à aposentadoria, uma vez que as atividades realizadas no trabalho remunerado e no voluntário são semelhantes. O voluntariado mantém o idoso em atividade, sendo uma estratégia adaptativa ao envelhecimento, pois a noção de continuidade evitaria o enfrentamento das transformações ocasionadas pelo envelhecimento. Ao realizar o trabalho voluntário, o idoso encontra uma condição de

não enquadrar-se aos estereótipos negativos do envelhecimento e uma via de resistência para não reconhecer-se nestes estereótipos. Por esta razão, o trabalho voluntário também poderá estar inscrito no projeto de vida desses idosos voluntários. Entretanto, a representação do trabalho voluntário está associada à continuação do trabalho formal e de atividades realizadas no cotidiano, e não como uma possibilidade de concretizar projetos que foram postergados. A continuação do trabalho voluntário evidencia a afirmação de POSADA (1998), pois os idosos tenderiam a continuar o seu estado atual como o maior desejo para o seu estado futuro, não implicando uma mudança nas situações vividas. Conforme André (83 anos), “[. . .] *se Deus me der vida e saúde [. . .]*”, a concretização dos projetos de vida somente poderá ser finalizada mediante a manutenção da saúde o que independe de sua própria vontade.

O período anterior à aposentadoria parece ser importante para o planejamento do projeto de vida de João (79 anos). De acordo com este idoso,

“ [. . .] quando eu me encontrava na ativa, eu já pensava que quando chegasse o momento da aposentadoria, eu me preocupava em poder realizar um projeto, em que pudesse me dedicar boa parte de meu tempo em benefício dos irmãos [. . .] ”.

Percebe-se que o projeto de vida tem a mesma importância do trabalho remunerado, onde há a preocupação da dedicação do tempo, necessidade de intervir e ser útil a sociedade por meio do trabalho. O planejamento do projeto no momento anterior à aposentadoria pode ser uma forma de dar um novo significado ao afastamento do trabalho e à sua própria existência, de maneira que sua intervenção no mundo não se torne minimizada pelo afastamento da atividade laboral. Pensa-se, então, que o trabalho voluntário como projeto de vida do idoso é uma possibilidade para pensar sobre si como

sujeito capaz de pensar, decidir e escolher, podendo também ser um desejo de simplesmente manter as mesmas atividades que se realiza, conforme o depoimento de Gracindo, 80 anos: “[. . .] o meu único projeto atual é completar a base de nossa sociedade. E eu só tenho isso. Tanto que eu acho que tenho a minha missão quase cumprida [. . .].”

Por outro lado, será que a continuação do estar ativo concretiza a negação do processo de envelhecimento? Neste contexto, a velhice pode ser representada pelos estigmas negativos, pelo abandono, pela terminalidade e pela solidão. Para distanciar-se desta imagem e de toda baixa auto-estima que ela pode representar, será necessário construir uma nova representação de envelhecimento, substituindo este estigma negativo por outro mais aceitável, além de continuar realizando as atividades diárias.

5.2 “Eu Prefiro Estar Aqui Trabalhando, né? Do que Levar uma Vida mais Sedentária”

Tal como a velhice, a aposentadoria é vivenciada de forma singular, devendo-se levar em conta, os aspectos individuais e subjetivos de cada sujeito. Esta heterogeneidade não é resultado unicamente dos aspectos psicológicos frente à aposentadoria, mas também ocorre pelas diversas condições e experiências de vida das pessoas. Para os idosos voluntários, a aposentadoria é representada de formas contraditórias: por um lado, este momento é representado pela perda de atividades, sedentarismo, impotência, possibilidade de ficar doente, manutenção da capacidade funcional, e por outro, pela retomada de autonomia para realizar atividades prazerosas e de liberdade de horário e a possibilidade de realizar novos projetos de vida. Conforme alguns idosos, a aposentadoria poderá também

ser vivenciada através de uma situação de não vivência: o idoso voluntário, por não reconhecer-se como ocioso e inativo e por continuar, muitas vezes, em sua atividade profissional por meio do trabalho voluntário, não se considera aposentado.

Ao relatar sobre o processo de aposentadoria, um dos idosos demonstra a ambivalência e a necessidade de reestruturação do tempo e das atividades. O processo de aposentadoria para este idoso voluntário

“ [. . .] foi tranquilo, me aposentei e continuei a atividade de novo. Não pude parar. Cheguei um ano, um mês, dois meses, fiquei parado, fiquei naquela ociosidade, e era cansativo, a gente vivia... eu não sei se vou viajar, ou vou ficar em casa, ou vou pra praia com a esposa, se eu vou... eu ficava... então eu digo não, eu vou abrir uma firma pra poder continuar. Aí continuei trabalhando o dia todo, aí voltei [. . .] ” (Pedro, 80 anos).

A necessidade de reestruturação do tempo e das atividades pode estar submetida à representação do não poder parar de trabalhar. Esta representação é fortalecida pela valorização da ética do trabalho que predomina em nossa sociedade, uma vez que quando não se está trabalhando, se está ocioso. O estar no mundo ocorre pela capacidade de estar realizando alguma atividade laboral. A ociosidade e o sedentarismo para alguns idosos poderão somente ser substituídos pelo viés do trabalho, tanto formal ou voluntário, não havendo condição para o lazer, o estar em família ou em casa. Tal situação esclarece a importância da produtividade, principalmente no seu aspecto econômico, pois no domínio do trabalho, o curso de vida a que estamos submetidos é consequência da lógica fordista, fundada na produtividade econômica, na subordinação do sujeito à ordem social de consumo e de produção de riqueza (DEBERT 1997; MOTTA, 1997).

Desta forma, pela importância dada ao trabalho, não há espaço para o sedentarismo, pois conforme Paulo (75 anos), o não-trabalho está associado ao ficar em casa, assistindo televisão e a não-realização de atividades: “[. . .] *Eu acho que entre estar em casa vendo televisão, eu prefiro ficar aqui trabalhando, né? Do que levar uma vida mais sedentária, eu prefiro estar na atividade [. . .]*” (Paulo, 75 anos).

Este depoimento também ilustra a mudança do âmbito laboral para o âmbito doméstico, mudança que poderá ocorrer a partir da aposentadoria. A escolha por continuar em atividade reproduz a imagem do “[. . .] homem motivado [. . .]” (SENNET, 1999, p. 126). Por esta escolha, o homem decide mostrar o seu valor por meio do trabalho, pois, na sua história de vida, empenha-se em trabalhar a fim de garantir a manutenção de sua auto-estima e reconhecimento pelo outro. Se a aposentadoria for admitida pela concepção de incapacidade e inutilidade corporal (SIMÕES, 1998) é fundamental que a motivação para o trabalho seja mantida, pois não há outra forma de o homem demonstrar o seu valor social.

Nesta perspectiva, pode-se pensar que, sem o reconhecimento do outro e com a sua auto-estima enfraquecida, emerge um espaço para a doença e para a morte. Neste sentido, o aposentado torna-se “[. . .] *um candidato a fazer a viagem, o cara morre nele, muita coisa morre nele [. . .]*” (Carlos, 74 anos). A permanência no mundo do trabalho, seja remunerado ou não, pode ser justificada para continuar tendo uma finalidade de vida (WEBER, 2001), uma vez que a ausência de trabalho implicaria a possibilidade de morte. Se o trabalho, segundo este autor, é a finalidade da vida e o eterno descanso se encontra em outro mundo, pode-se entender porque ao deixar de trabalhar alguns depoentes relacionam esse afastamento com a idéia de morte, pois não tendo mais a principal razão de viver, perde-se o sentido da vida. O trabalho voluntário

relacionado a essas circunstâncias passa a substituir o trabalho formal, e assim como este último é um trabalho direcionado para a coletividade, assegura a glorificação e a certeza de ser agraciado por Deus, seja pela saúde, bem-estar ou eternidade, pois,

“ [. . .] todo o trabalho voluntário gratuito é um empréstimo que nós fazemos para Deus e Deus nos devolve. Deus nos devolve em saúde, em tranqüilidade, em paz e acima de tudo a convicção de que há um mundo diferente que nos espera. É em função da eternidade que nós trabalhamos gratuitamente [. . .] ”. (Manuel, 79 anos).

Em busca da salvação e da imortalidade é que a aposentadoria não pode ser vivenciada, pois se deve trabalhar em busca da imortalidade.

Apesar de este grupo de idosos realizar a atividade voluntária, a imagem do aposentado como uma pessoa inativa foi recorrente. O fato de o aposentado “[. . .] botar o pijama, e for pra cadeira, tu é um candidato muito ligeiro, a fazer a tua viagem. O cara se aposentava e ganhava a cadeira do papai [. . .] ” (Carlos, 74 anos) reproduz a maneira como o aposentado é concebido pela sociedade e pela mídia, onde se pode verificar em diversos anúncios publicitários o uso da figura do aposentado de pijama em casa, ou sentado em uma cadeira do papai, classificando o aposentado como um “homem de pijama”, como se a esfera do âmbito do trabalho deixasse de existir e somente a esfera privada do lar assumisse importância na vida do indivíduo e, após a aposentadoria, só restasse a alternativa de colocar o pijama e esperar a doença e a morte chegarem. Em relação ao conceito de “homem de pijama”, Rodrigues (2001), afirma ser uma linguagem pejorativa, sendo freqüente esta referência para denominar os aposentados, uma vez que o ato de vestir pijama ocorre quando dormimos ou estamos doentes. O estar na cadeira vestido com um pijama poderá representar não somente a

morte física, mas também a morte social, já que “[. . .] *muita coisa morre nele* [. . .]” (Carlos, 74 anos). A morte social é fortalecida pela noção de que a sociedade industrial passa a submeter o homem trabalhador, já que este passa a valer pela sua capacidade produtiva, o que acaba por estimular a lógica de que a aposentadoria não é um direito adquirido, mas a possibilidade de vivenciar o afastamento social. Rodrigues (2001) ainda questiona se vestir pijama é a forma com que a sociedade espera que os aposentados vivenciem o tempo livre advindo com a aposentadoria. Frente a este questionamento, estes idosos respondem que não, já que após um período alguns retornaram para o trabalho formal, ou intensificaram a jornada diária no trabalho voluntário.

Os idosos que retornaram ao mercado formal de trabalho assim o fizeram por necessidade de estarem ativos, devido à precocidade do momento da aposentadoria e ao fato de ajudar os filhos em uma colocação profissional, e não por necessidade econômica individual. Tal retorno está ocorrendo comumente, pois de acordo com Camarano (2003a, 2003b, *on line*) a participação do idoso brasileiro no mercado de trabalho é alta, em relação aos padrões internacionais, principalmente as taxas de participação masculina, sendo que a mesma está relacionada à reinserção do aposentado no mercado de trabalho ou até mesmo, a sua permanência. De acordo com Carlos (74 anos), o idoso está economicamente em uma posição superior se for comparado à posição do jovem. Por esta condição, na opinião deste idoso voluntário, o idoso deverá se afastar do mundo laboral e restringir-se à sua condição econômica, de forma que permita a entrada do jovem no mercado de trabalho:

“ [. . .] a minha fase passou, eu sou aposentado. Além de ser velho, eu sou aposentado né, eu tô tirando, considere que eu tô tirando também uma vaga, um ganho de uma pessoa moça que está aí precisando de um emprego né e eu tenho que estar me limitando àquilo que eu ganho né? [. . .]” (Carlos, 74 anos).

Através deste depoimento é possível ilustrar um dos pressupostos da Teoria do Desengajamento proposta por Cumming e Henry (1961). Este idoso demonstra a importância do seu afastamento para dar espaço aos mais jovens, que estariam em condições econômicas piores, e a aposentadoria, por sua vez, representa a autorização social para que o afastamento se materialize. Torna-se preocupante quando o idoso reproduz o que esta teoria propõe, já que neste processo há uma diminuição da interação social, motivação e auto-estima e aumento da marginalização imposta aos idosos, podendo-se pensar também, que o idoso se retira do mundo social antes que este o relegue a uma condição de inutilidade e desvalorização.

A associação da faixa etária velhice à aposentadoria e ao tempo de repouso (DEBERT, 1997; PEIXOTO, 1998) é demonstrada por: “[. . .] a minha fase passou... além de ser velho, eu sou aposentado [. . .]” (Carlos, 74 anos), onde esta dupla categorização de ser velho e aposentado exemplifica que a aposentadoria é um dispositivo burocrático que converte de forma legal as pessoas em velhas (ALBA⁸ apud COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMERICA LATINA Y EL CARIBE, 2003a, *on line*). Uma das dificuldades salientadas pelos idosos voluntários foi habituar-se à rotina doméstica, sendo que logo após a aposentadoria algumas discussões entre os familiares ocorreram, principalmente com as esposas. Entretanto, no decorrer dos anos, estas passaram a se acostumar, sendo que algumas atividades domésticas, tais como pequenos

⁸ ALBA, Victor. Paro, jubilación y envejecimiento prematuro. In: BUENDÍA, José. (Ed.). **Gerontología y salud: perspectivas actuales**. Madrid: [s.n.], 1987. Apud Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 2003a, *on line*.

consertos e cuidado da horta tornaram-se prazerosas. Percebe-se a necessidade de adaptação à aposentadoria, levantada por Lehr (1980) e por Salgado (1999), principalmente na reestruturação da relação conjugal, pois antes ocupando a esfera do trabalho estes idosos voluntários não concediam tanto tempo à esfera familiar, situação que foi alterada com a aposentadoria. Sobre permanecer mais tempo em casa, a atividade de síndico também foi referida, pois é uma forma de ocupar o tempo e sentir-se útil e economizar o dinheiro do pagamento do condomínio, visto que em alguns locais, há a isenção dessa taxa em troca da atividade de síndico. No entanto, a aposentadoria também é vivenciada como um momento de se fazer aquilo que se gosta e que devido à escassez de tempo promovida pelo trabalho formal, essas realizações se tornavam restritas, mas não impossíveis de serem realizadas. Este momento também pode representar o afastamento de uma rotina monótona e abertura para realizar atividades que se deseja. Vivenciar este processo como um momento de se fazer aquilo que gosta com autonomia e liberdade de horário é um modo de analisar a aposentadoria através de um propósito conciliador, reconhecendo e aceitando uma nova condição de vida:

“ [. . .] eu tenho a manhã livre, eu vou dar as minhas caminhadas, meus passeios. Eu me sinto muito bem, eu gosto muito de passear, de dançar. A única coisa que eu tenho como hobbie também, que isto eu não abro mão, é que eu saio daqui lá por depois do natal de Porto Alegre, tenho casa em praia, fico lá até principio de março. Então estas épocas não contem comigo [. . .] ” (Paulo, 75 anos).

A aposentadoria também pode demarcar uma outra forma de se relacionar com o trabalho, não mais fundada no ato de trabalhar como uma maneira de glorificar a Deus (WEBER, 2001). Poderá ser um mecanismo de aprovação para que outras atividades sejam realizadas, de forma que não seja mais obrigatório o trabalho com a finalidade de louvar a Deus. Neste sentido, o ato de trabalhar ainda é relevante ao idoso voluntário,

mas existe espaço para que outras atividades possam ser realizadas concomitante, de forma que não há uma dedicação exclusiva ao trabalho. Vivenciar a aposentadoria como uma etapa de fazer aquilo que gosta também proporciona que o idoso represente a ociosidade de uma maneira contrária ao aspecto depreciativo, além de usufruir a aposentadoria como um momento de liberdade, pois com o trabalho formal não era possível. A liberdade de horário e a autonomia para fazer o que se aprecia promovem que o idoso entre em contato com uma situação nova de vida, sendo que esta nova vivência poderá ser prazerosa. Este depoimento também admite pensar a seguinte situação: a aposentadoria permite uma outra relação com o trabalho, não mais fundada na rigidez do tempo e como meio de glorificar a Deus e alcançar a salvação (WEBER, 2001), pois há a possibilidade conciliar o trabalho voluntário e outras atividades relacionadas ao lazer. Ao vivenciar a aposentadoria como uma situação de alegria e independência e não de privações e perdas pode-se reinventar um novo sentido de vida que não esteja baseado na ética do trabalho: “ [. . .] *eu levei acho que uns 15 a 20 dias pra me acostumar com a liberdade de ter a ociosidade pra fazer o nada. Aí eu disse, mas meu Deus do céu, que coisa fantástica [. . .]* ” (João, 79 anos).

Após a aposentadoria, o trabalho voluntário, para Antonio, (78 anos), poderá cumprir duas funções, de realizar uma atividade que se faça por prazer, e também propiciar que ele não tenha o sentimento de estar aposentado e, assim, ocupar o espaço de tempo livre advindo da aposentadoria: “ [. . .] *Eu achei assim que me aposentando ia ter mais tempo pra fazer estas coisas que eu gosto de fazer. Social, participar mais do sindicato, antes eu participava muito menos porque eu não tinha tempo [. . .]* ” (Antonio, 78 anos).

A continuação do trabalho voluntário, mesmo este iniciado no período anterior à aposentadoria, parece não ser a única alternativa para manter-se ativo. Para estes idosos, há outras atividades além do trabalho voluntário que se tornaram importantes, as quais envolvem o lazer, a vida doméstica, a participação em grupos de convivência e a manutenção da saúde através de exercícios físicos, de forma que o estar em atividade, independente de que tipo for, mantém-se primordial na vida diária, uma vez que o manter-se ativo fez parte de uma vida inteira. Os idosos voluntários apontam que a participação em grupos de convivência como uma das atividades de rotina é consequência da necessidade do cuidado com o corpo e da manutenção da saúde, pois é a partir de saberes específicos das equipes de saúde, através da sua disciplina e cuidado que os idosos passam a viver suas vidas. Para estes idosos voluntários tais grupos têm a função de aprendizagem. Frequentam estes locais em busca de uma melhor qualidade de vida e longevidade, como se o conhecimento adquirido nas palestras conferidas pelos profissionais de saúde e a prática de exercícios físicos assegurassem a preservação do corpo e a prorrogação da vida. O depoimento de Pedro (80 anos) ilustra esta situação:

“ [. . .] É um clube de aposentados, chamam um médico prá falar sobre como a pessoa deve se aposentar, como deve continuar a aposentadoria, prá evitar doenças de diabetes, doenças como aquela do Mal de Alzheimer. Vai lá que tu chegou em uma idade de 50 anos tem que fazer os teus exames. Então, o próprio clube aconselha chamar as outras pessoas aposentadas [. . .] ”.

A prática de exercícios físicos também poderá ser a maneira encontrada para evitar que se pense em doenças, de forma que há uma associação entre a ociosidade e a possibilidade de ficar doente. Entretanto, de acordo com o relato de Pedro, (80 anos), se o corpo ainda é capaz de realizar exercícios físicos, caminhar, ele ainda é capaz de

realizar alguma atividade laborativa. Neste contexto, o trabalho voluntário passa a ser uma forma de exercício físico, assumindo a mesma finalidade e sentido. Este depoimento também reproduz uma das exigências sociais submetidas à população idosa, a de continuar produzindo para ter o reconhecimento social e, assim, não confirmando a imagem social de que o aposentado é incapaz e não comprometido com a sociedade à qual pertence:

“ [. . .] Voltei a trabalhar. Depois de dois, três meses parado, eu disse que não dá prá ficar parado porque a gente pensa em uma doença. Por qualquer coisa doente. Pronto prá ficar doente. Aí comecei a caminhar, fui caminhar, aí fui prá fisioterapia. Daí eu fui pro clube de Idosos, daí então eu vou fazer ginástica e caminhava. Mas daí eu digo, já que eu posso caminhar e fazer ginástica, posso trabalhar também. Então vou dar a minha atividade, a minha ginástica, no trabalho. No trabalho de engenharia [. . .] ” (Pedro, 80 anos).

Torna-se claro que existe a associação da tríade aposentadoria, velhice e doença, uma vez que “[. . .] depois de dois, três meses parado, eu disse que não dá pra ficar parado porque a gente pensa em uma doença [. . .].” (Pedro, 80 anos). Este fragmento demonstra o duplo sentimento de desvalia que o idoso poderá sentir, visto que sobreposto à aposentadoria, há o imperativo da doença. Em relação à associação entre doença e aposentadoria, (COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 2003b, *on line*) salienta que o estado de saúde é um dos principais fatores de afastamento do idoso na atividade laboral. No entanto, se o idoso mantém-se saudável, parece que não há motivos para afastar-se das atividades, porque se há possibilidade de caminhar, fazer ginástica, há possibilidade para o trabalho. O afastar-se pode reforçar a idéia de que ele após a aposentadoria, passa a ser objeto de cuidado, assumindo uma posição passiva e de inatividade, sendo o que resta é esperar a morte, o que iria ratificar a Teoria do Desengajamento (CUMMING; HENRY, 1961). Por isto, Carlos (74 anos)

conclui que a inatividade como consequência da aposentadoria pode ser a materialização da morte, pois “ [. . .] *se for pra cadeira, botar o pijama, tu é um candidato muito ligeiro, tu é um candidato a fazer a tua viagem [. . .]*”.

Pode-se dizer também que não há reconhecimento por parte dos idosos voluntários, que eles devam se afastar do trabalho, tendo em vista a possibilidade de preservar a saúde através do trabalho. Na opinião de Pedro (80 anos), o afastamento do trabalho é o que iria comprometer a saúde e o bem-estar, uma vez que “ [. . .] *depois de dois, três meses parado, eu disse que não dá pra ficar parado porque a gente pensa em uma doença [. . .]* ”. A experiência de continuar na atividade produtiva acaba por provocar em alguns idosos a dissociação desta tríade, pois para que não ocorra a doença, é necessário manter-se nas mesmas atividades realizadas nas outras etapas da vida. (HAVIGHURST⁹ apud SIQUEIRA, 2002). O próprio contexto de valorização à produtividade também estimula que o idoso siga desempenhando as atividades laborais a fim de que não se concretize o estereótipo negativo de declínio e dependência da velhice (KATZ, 2000).

A manutenção da capacidade para práticas de esportes pode indicar aos idosos voluntários que estes ainda preservam a capacidade de manterem-se trabalhando, ocorrendo a substituição dos exercícios físicos. Nesta perspectiva, a substituição da prática de esportes pelo retorno ao mundo do trabalho demonstra que a aposentadoria não significa o afastamento do mundo do trabalho. Verifica-se, então, que “ [. . .] o ato formal de aposentadoria não significa, necessariamente, um rompimento com o mundo formal do trabalho [. . .] ” (CARLOS et al, 1999, p. 81). Desta forma, pode existir uma relação com a atividade profissional, ou que a atividade realizada no momento posterior

⁹ HAVIGHURST, Robert. Personality and Patterns of Aging. **The Gerontologist**, Cleveland, v. 8, p. 20-23, 1968. Apud Siqueira, 2002. P. 49.

à aposentadoria tenha um caráter produtivo e de assegurar o papel social do idoso na sociedade.

A continuidade na atividade produtiva também poderá estar representada na participação em eventos e comemorações do antigo local de trabalho. Neste contexto, a preparação para o afastamento do local e da organização do trabalho torna-se primordial, pois se a participação social do idoso ficar delimitada somente ao espaço de convivência do âmbito laboral, o compartilhamento de experiências, o afeto e a criação de novas amizades tornam-se comprometidos:

“ [. . .] eu estou aposentado da Previdência e trabalhei 37 anos lá e ao sairmos nos reunimos o pessoal que já estava, os que se aposentaram, e que já estavam aposentados antes, os que estavam se aposentando, e os que viriam se aposentar. Então nós temos um almoço mensal, onde nos reunimos. Se reúnem 30, 40 pessoas, lá da Previdência e que continuam o vínculo. Pelo prazer de conviver com os amigos [. . .] ” (Paulo, 75 anos).

A participação em eventos no local de trabalho após a aposentadoria poderá ser um modo de não perder as relações laborais, seja com a dinâmica do trabalho em si ou com os colegas. Assim, a participação nas comemorações nesses locais e a convivência com os colegas pode ser uma forma de preservar o vínculo de amizades, já que por intermédio da participação social o idoso não se afasta nem do trabalho e nem dos colegas que se aposentaram ou que ainda irão se aposentar. Este não-afastamento também expressa que a aposentadoria poderá ser um obstáculo se for admitida como perda de funções sociais, sendo que este não afastamento poderia amenizar tal perda. Conforme Lehr (1977), esta participação pode limitar a convivência social dos idosos com outras faixas etárias, o que estimularia o isolamento social do idoso.

Além das representações negativas e positivas frente à aposentadoria, este momento também pode ser representado por uma passagem não tão demarcada de trabalho para o não-trabalho. A presença da atividade voluntária e por esta preencher o espaço vazio causado pela retirada do mundo formal de trabalho, faz com que a aposentadoria seja vivenciada de forma tal que ela não tenha uma existência real na vida destes idosos voluntários. A sensação de “[. . .] *a minha produtividade é a mesma, tudo o que eu tiver que fazer eu faço [. . .]*” (Manuel, 79 anos) ou “[. . .] *trabalho hoje mais do que antes, de maneira que eu nunca me aposentei mesmo [. . .]*” (Gracindo, 80 anos) expressa que mesmo com o voluntariado há uma continuidade da vida laboral, onde predomina a manutenção das atividades e o ritmo de vida.

Tais depoimentos também evidenciam que o trabalho voluntário possa ser sentido como uma maneira de se adaptar à aposentadoria, visto que alguns idosos voluntários a reconhecem, mas passam a preencher o tempo livre através do voluntariado. O trabalho voluntário que antes da aposentadoria era realizado no tempo livre agora passa a ocupar o espaço do trabalho formal, de maneira que a aposentadoria como categoria que confere ao idoso a condição de ser ocioso e improdutivo (PEIXOTO, 1998) não é vivenciada. O fato de estar aposentado não foi assumido, pois ao se permitirem estar aposentados, admitiriam os estereótipos negativos da aposentadoria. Por realizarem o voluntariado, a aposentadoria fica ausente do seu cotidiano, já que ela representa improdutividade, dependência e doença. Cada um dos idosos voluntários passa a valorizar o trabalho voluntário da mesma maneira como foi, um dia, valorizado o trabalho formal, pois é o voluntariado que legitima a produtividade e a afirmação da capacidade de estar ativo, além de assegurar a imortalidade, pois é pelo

trabalho, tanto remunerado como o voluntário, que André (83 anos) alcançará a imortalidade:

“ [. . .] aqueles que por obras valerosas, se vão da lei da morte libertando, cantando me espalharei por toda a parte se tanto me ajudar aquem é que vai se libertar da lei da morte? Não são aqueles que trabalharam aqui e que deixaram um nome?[. . .] ”.

O continuar em atividade, mesmo que seja pelo trabalho voluntário, pode ser a única forma de alguns idosos sentirem-se participantes e não dependentes de uma sociedade que não aceita a improdutividade. Portanto, a preparação para o real afastamento do mundo do trabalho, ocorre pelo voluntariado, pois de forma gradual, o idoso voluntário se afasta do âmbito laboral, ao mesmo tempo em que realiza atividades que lhe dão prazer. Pode-se pensar também que o trabalho voluntário, tendo iniciado no período anterior à aposentadoria, passa a ser central na vida desses idosos, uma vez que há um deslocamento do trabalho formal para o trabalho voluntário.

O continuar em atividade também se faz importante para a preservação de valores e maneira de ser, para enfrentar as modificações advindas com a velhice e a aposentadoria e para a adaptação a essas mudanças. A aposentadoria, para estes idosos, pode ser representada por um momento de perda de papel social, ou por um momento de fazer aquilo de que se gosta, mas fundamentalmente por um momento de continuidade pessoal a fim de que se mantenha e se assegure a auto-estima e a finalidade de vida. Neste contexto, pode o trabalho voluntário estar ocupando o espaço vazio deixado pela atividade laboral? Acredita-se que, mesmo estando aposentados, esses idosos voluntários não se distanciam do mundo formal do trabalho, entretanto, com a aposentadoria, alguns passam a realizar outras atividades que necessariamente, não estão relacionadas ao

mundo do trabalho. Essas atividades, juntamente com a ação voluntária, passam a assumir relativa importância na vida dessas pessoas, de forma que ocorra uma adaptação favorável tanto ao processo de aposentadoria, como ao processo de envelhecimento, pois para estes a ausência de atividade produtiva, após anos de vida dedicados ao trabalho, poderia ser fonte de sofrimento e de afastamento social.

5.3 A Configuração da Ação Voluntária Realizada pelos Idosos Voluntários

Neste subcapítulo procura-se analisar a configuração do trabalho voluntário na vida dos entrevistados, nos períodos anterior e posterior à aposentadoria, o entendimento e significado desta ação, a relação com o trabalho formal e as motivações para realizá-lo. Esta configuração assume um caráter heterogêneo devido às diversas instituições onde acontece e também pelos motivos que as concretizam. Está subdividido na apresentação das instituições onde o idoso realiza sua ação voluntária, na apresentação da população assistida por elas, no entendimento e significado dessa ação para o idoso, na trajetória e motivação para desempenhá-la no período anterior e posterior à aposentadoria.

5.3.1 “As Crianças Carentes, os Órfãos, o Povo, as Mães Solteiras, os Aposentados”

A ação voluntária é desempenhada em diversos tipos de instituições, tais como: centros espíritas, igrejas, associações de bairro, grêmios estudantis, asilos, creches, hospitais, sindicatos, clubes recreativos e de serviço. Esta ação é voltada para a população excluída do sistema social e também aos próprios idosos voluntários, pois têm

como fim as pessoas pobres, doentes, crianças institucionalizadas, e idosos asilados, como também os aposentados. Para os idosos voluntários, a população assistida é percebida como diferente, são aqueles que precisam de ajuda e não têm condições mínimas para viver. Por tais condições, necessitam de auxílio e cuidados de outras pessoas. Ao qualificar a população assistida, além de definir a posição hierárquica existente na relação entre o voluntário e o assistido (DUPAS, 2003; PAIXÃO, 2004), o idoso demonstra uma visão dicotômica da sociedade, entre o rico e o pobre, o incluído e o excluído, não existindo uma reflexão sobre as causas que levam a esta separação. Sendo os excluídos objeto do trabalho voluntário desses idosos, pode-se pensar em um dos problemas causados por esta ação: ainda hoje, tal como era na origem do trabalho voluntário no Brasil, a ação voluntária está fundada na filantropia. Estando assim baseada, será que o trabalho voluntário realizado pelos idosos poderá tornar a população assistida dependente e submissa à ação voluntária dos mesmos, confirmando a posição hierárquica entre o voluntário e essa população?

Essa ação de auxílio à população assistida, fundamentada em relações verticais, parece não promover a autonomia e emancipação de quem recebe o auxílio, pois não redefine os acessos e as oportunidades a esta população, e também porque parece reforçar a relação de tutela e subserviência entre o voluntário e o assistido. Neste contexto, pensando na relação estabelecida, os problemas e dificuldades vivenciados pelo assistido somente poderão ser solucionados a partir da ajuda e ação destes idosos voluntários?

Nesta pesquisa, encontraram-se três naturezas de trabalho voluntário: o da assistência espiritual, da assistência material e o de natureza política. Por assistência espiritual, entende-se o auxílio fornecido à população assistida quando direcionado ao

aconselhamento, instituído pelas organizações religiosas. A assistência material compreende a distribuição de alimentos, roupas, assistência a pessoas em situação de vulnerabilidade, fundamentada principalmente pela caridade e benemerência. Esse tipo de ação voluntária estabelecida pela assistência material poderá ser realizado tanto em organizações religiosas, como também em grupos de convivência para idosos e clubes de serviços. De natureza política, o trabalho voluntário concentra-se na participação em sindicatos e conselhos de políticas públicas, os quais têm como mote a discussão das condições de aposentadoria e de políticas públicas voltadas para o idoso. Na natureza assistencial e religiosa o objeto de trabalho é a população que necessita de ajuda para sobreviver e que não possui condições por si própria para reivindicar seus direitos, enquanto na natureza política, o objeto de trabalho são os próprios idosos que, organizados em sindicatos, associações e conselhos de políticas públicas, reivindicam seus direitos. A ação assistencial se contrapõe à ação política, visto que nesta última existe uma reflexão acerca das condições de vida e as causas que determinam a necessidade desta ação existir.

Observa-se que ao ajudar os excluídos, há por parte desses idosos uma tentativa de combate às necessidades e carências, mas não há uma crítica reflexiva em relação às causas que desencadeiam estas circunstâncias. Nesta situação, a ação voluntária é uma iniciativa importante à vida do assistido, mas não é suficiente nem para modificar a realidade social e nem para combater a situação de vulnerabilidade e pobreza da população assistida. Ao focalizar as ações voluntárias nas “ [. . .] *crianças carentes e órfãos [. . .]* ” (Érico, 75 anos), no “ [. . .] *povo [. . .]* ” (João, 79 anos), nas “ [. . .] *mães solteiras [. . .]* ” (Pedro, 80 anos), emergem duas situações que podem estar neste contexto de benemerência e solidariedade: através do ato da assistência, existe a

necessidade de controlar esta população excluída, uma vez que ela pode se tornar uma ameaça, pois, um dia, pelas condições miseráveis em que sobrevive, pode colocar em risco o patrimônio dos incluídos socialmente, pelo aumento da violência e da criminalidade. Nesta perspectiva, o discurso da solidariedade presente poderia estar sendo utilizado para esconder os processos de dominação e controle da população? A segunda situação inscrita é que, para continuar realizando a caridade e a benemerência, o idoso voluntário necessita da permanência do outro em uma posição de excluído e em necessidade. Tal situação poderá estar associada às afirmações de Weber (2001) quando este autor afirma que a permanência do outro em uma situação de necessidade permite ao homem a oportunidade de realizar a caridade com vistas à salvação e à eternidade, fazendo parte da própria motivação para realizar esta ação. Nesta perspectiva, será que a permanência da população carente é essencial, pois, assim, permitiria que o idoso voluntário continuasse realizando sua ação direcionada à glorificação de Deus e da eternidade?

O trabalho voluntário, tendo como assistido o próprio aposentado e idoso pode ser ilustrado através do depoimento de Antonio (78 anos):

“ [. . .] vamos mandar cartas pros deputados, pra ver estes aspectos da nossa vida de aposentado que não está certo. Estudamos muito um decreto lei sobre os aposentados. Reclamamos uma série de coisas de direitos que nós tínhamos. É discutir o problema do aposentado, de melhorar a vida do aposentado, de refletir sobre a vida do aposentado [. . .] ”.

Pode-se pensar que através do trabalho voluntário e da articulação deste idoso junto à organização onde desenvolve sua ação, surgem mecanismos de pressão junto ao estado para melhorar a situação dos aposentados.

Este mesmo idoso voluntário também aborda a situação do idoso na sociedade pois,

“ [. . .] O atendimento de idosos nos bancos, íamos nos bancos reclamar, quando não tinha um guichê para os aposentados. Porque quando a agência é pequena, se tem uma indicação ao atendimento do idoso, ao deficiente, a mulher grávida. A moça mesmo, se ela me vê na fila, ela me chama, na frente do próximo que está na fila, pra me atender primeiro, porque é uma lei, né?[. . .] ”.

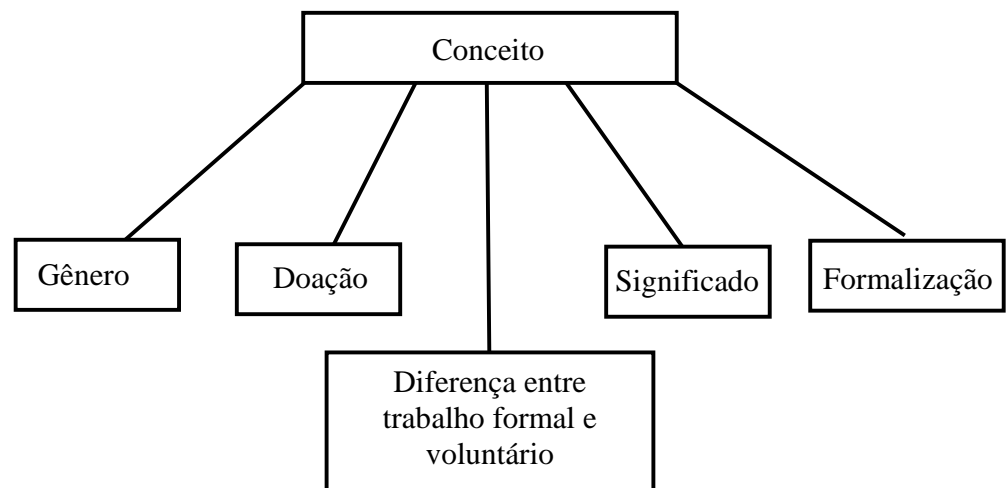
Além da situação de desrespeito que o idoso vivencia no cotidiano, este depoimento também elucida um aspecto do trabalho voluntário, citado por Dupas (2003). Ao engajar-se em um determinado movimento social, não há uma preocupação coletiva para modificar a realidade social, restringindo a ação para a defesa de interesses particulares de um determinado grupo específico. Pode-se pensar que ao reivindicar os direitos dos aposentados e idosos, como um determinado grupo específico, assim como mulheres grávidas, soropositivos, negros, a reflexão sobre as condições sociais fica centrada na problemática individual desses segmentos, diminuindo o espaço de reflexão coletiva. Nesta condição, o trabalho voluntário, assim como as instituições que reivindicam o cumprimento de direitos ou interesses de um segmento específico da população, torna-se especializado, pois ao invés de estar voltado aos interesses coletivos e direcionado à sociedade na sua totalidade, passa a ser organizado conforme interesses particulares. Tal especialização leva a ação voluntária a agir de forma independente e assim não questiona os métodos de produção das desigualdades sociais em sua amplitude, pois procura solucionar questões sociais pontuais de acordo com os interesses e objetivos da instituição onde se inscreve.

A característica individualista e especializada do trabalho voluntário pode ser entendida pelo depoimento de Pedro (80 anos): *“[. . .] fundamos a associação de bairro e pedimos atenção especial pra segurança, calçamento, energia, água, telefone. A gente podia fazer o que achava melhor entre as famílias [. . .] ”.*

O trabalho voluntário, nesse contexto, passa a solucionar os problemas de um determinado segmento da população, ou de um bairro, conforme os interesses particulares, uma vez que, sob o caráter comunitário, residem os interesses particulares da população que pertence à associação de bairro. As solicitações destas organizações que se agrupam de acordo com a sua especificidade estão relacionadas conforme a identidade destas e não mais na transformação do espaço público e no envolvimento coletivo (DUPAS, 2003), o que fortalece a despolitização do campo político e social.

5.3.2 “O Trabalho Voluntário não tem Ganho”

A definição de trabalho voluntário foi entendida a partir do esquema ilustrativo que segue:



Gravura 6 – Componentes do Conceito do Trabalho Voluntário

Em relação ao conceito de trabalho voluntário encontra-se uma variedade de entendimentos. Para estes idosos voluntários tal entendimento não está associado à natureza do trabalho prestado e tampouco à instituição onde o mesmo se realiza. Embora tenha-se encontrado vários entendimentos, estes não são específicos quanto à natureza do trabalho desenvolvido e nem diferem quanto à instituição onde ele ocorre. Esta situação pode ser encontrada nos depoimentos de Paulo (75 anos), voluntário de um centro espírita e Carlos (74 anos), voluntário de um conselho de políticas públicas:

“[. . .] essa atividade é toda gratuita. Não se recebia um tostão [. . .]” (Paulo, 75 anos).

“[. . .] o trabalho voluntário não tem ganho [. . .]” (Carlos, 74 anos).

O entendimento do trabalho voluntário para um idoso que realiza o seu voluntariado em uma instituição com viés religioso e de caridade pode ser o mesmo de um idoso que realiza sua ação em uma instituição com viés político. Para eles a compreensão da ação voluntária envolve a prestação de serviços de forma gratuita à comunidade, sendo uma opção de quem a realiza, estando relacionado à doação que pode ocorrer pelo repasse financeiro como também pelos conhecimentos e capacidades. A gratificação, o reconhecimento das pessoas envolvidas e a necessidade de ser útil à comunidade e o ser solidário com o outro foram colocados como fazendo parte do conceito de trabalho voluntário, o que confirma com aqueles que foram encontrados na pesquisa de Landim e Scalom (1999).

A heterogeneidade do conceito deste tipo de trabalho também aparece ao identificar se uma determinada ação é voluntária ou não, uma vez que o cuidar dos netos, embora não esteja vinculado a uma organização não-governamental ou instituição religiosa, foi considerado pelos depoentes como uma ação voluntária e de caráter

solidário, com o objetivo de ajudar os filhos que necessitam trabalhar, o que se distingue dos achados da pesquisa realizada pelo SESC de São Paulo juntamente com o Programa Voluntários da Comunidade Solidária (2002). O depoimento de José (82 anos) ilustra este dado:

“ [. . .] o cuidar dos netos é um trabalho voluntário. Tu não é obrigada a fazer. Aquele espírito de cuidar da família, tu faz por aquele espírito. Tu quer colaborar com o teu filho, quer ver ele ser ajudado, tu quer ajudar ele a se tornar gente. Eles seguido me convocam para buscar os netos no colégio, ficar com eles em casa [. . .] ”.

Pode-se pensar que o cuidar dos netos irá assumir características de trabalho conforme o contexto onde ele ocorre. Pode-se pensar que para os idosos voluntários do SESC de São Paulo o cuidar dos netos não é entendido como uma ação voluntária, pois segue os preceitos do modelo de trabalho voluntário que visa fundamentalmente ocupar o tempo livre, recreação e de lazer, enquanto que para os idosos que compuseram esta pesquisa o trabalho voluntário está relacionado com a intenção de auxiliar e de colaborar com o outro. Desta forma, a categoria cuidar dos netos assume diferentes conceitos, pois para alguns idosos desta pesquisa esta ação faz parte de seu trabalho voluntário e para outros não. Esta situação faz com que o trabalho voluntário nem sempre possa ser identificável por grande parte das pessoas que ajudam em alguma organização, ou prestam serviços a outras pessoas, ou seja, muitas vezes realizam tal ação e não a identificam como sendo trabalho voluntário (LANDIM; SCALOM, 1999).

Em relação às funções realizadas por estes idosos, estas parecem relacionar-se à posição de poder “ [. . .] fui eleito vice-presidente da casa e vários cargos aqui [. . .] ” (Paulo, 75 anos); de decisão “ [. . .] fui presidente do conselho deliberativo e hoje coordeno um grupo de ex-conselheiros [. . .] ” (Carlos, 74 anos) e de representatividade

“[. . .] o pessoal telefonava e eu levava ao conhecimento da polícia, fazia reunião com o comando da polícia [. . .]”, (Pedro, 80 anos). Tais funções evidenciam a preferência por atividades relacionadas à masculinidade e ao exercício de poder. Estruturalmente, parece que não há um plano de carreira formal nas organizações onde estes idosos voluntários exercem a sua ação, embora se perceba que todos os idosos voluntários deste estudo iniciaram sua ação na posição de executores de atividades e sem funções diretivas e no transcorrer do voluntariado passaram a ocupar posições relevantes nessas instituições.

Pelo depoimento de Antonio (79 anos), o trabalho voluntário realizado por mulheres “[. . .] está mais voltado para a solidariedade, lazer e caridade, enquanto que o homem mais uma linha de justiça e luta [. . .].” A ação de caridade realizada por mulheres foi exemplificada por Fernando (79 anos), ao relatar a atuação de uma colega voluntária: “[. . .] ela era diretora do departamento que cuidava das crianças, fazia o enxovalzinho para os recém-nascidos [. . .]”. Neste depoimento, embora exercendo a função de diretora de departamento, esta voluntária foi lembrada por sua atuação junto às crianças, exercendo uma função predominantemente feminina. É possível pensar que mesmo no trabalho voluntário as funções realizadas por homens e mulheres reproduzem as relações de dominação entre os sexos. Pode-se pensar também a respeito do início do trabalho voluntário no Brasil, a partir das ações das enfermeiras voluntárias que cuidavam dos feridos de guerra (BORBA et al., 2001) que podem ter influenciado na configuração das ações de cuidado e assistência que as mulheres realizam como voluntárias.

Embora estas funções tenham iniciado antes da aposentadoria e sejam exercidas até os dias de hoje, o que predomina ao escolherem exercer tais funções é o desejo de

continuarem realizando papéis sociais importantes e de tomada de decisão, o que os auxilia a manter a auto-estima por sentirem-se participativos e inseridos na vida social. Além de executarem funções tidas como masculinas, os idosos voluntários que participaram do estudo não confirmam a imagem do envelhecimento como uma etapa caracterizada pelo declínio e pela doença, uma vez que demonstram para os seus grupos sociais que ainda continuam ativos, capazes de exercer suas profissões em cargos de prestígio e usufruem dos mesmos espaços de convivência. Por essas funções assumidas de prestígio social, infere-se sobre a crítica de Sennet (1999) em relação à ética do trabalho, onde o homem decide mostrar o seu valor e reconhecimento ao outro, através da capacidade produtiva e pelo trabalho.

A relação entre o trabalho voluntário e a vida profissional destes idosos não ocorre somente pela possibilidade de continuarem atuando como profissionais. Para alguns idosos deste estudo, o trabalho voluntário foi um meio de acesso à carreira profissional, pois conforme André (83 anos) “[. . .] foi um trabalho voluntário, depois eu fiquei trabalhando como professor [. . .].” A busca pela inserção profissional não é uma questão atual do trabalho voluntário. Esta inserção poderá ocorrer mesmo após a aposentadoria, pois além da possibilidade de manterem-se ativos a ação voluntária poderá ser uma forma de amenizar o baixo rendimento econômico advindo com a aposentadoria, como se percebe no que diz Érico (75 anos), “[. . .] é claro, alguma coisa eu tenho que conseguir. Minha aposentadoria é baixa, naturalmente eu pretendo me expandir [. . .].”

E também pode ser um meio de realizar contatos e alcançar colocação profissional: “[. . .] eu me tornei uma figura conhecida dentro do contexto político-

social, de lutas populares e de moradores. Essa função-gratificada veio em decorrência da minha militância político-social [. . .]” (Carlos, 74 anos).

A influência da mídia e a questão da responsabilidade social das empresas também se fizeram presentes nos depoimentos. Para alguns idosos da pesquisa, algumas instituições se beneficiam do trabalho voluntário ao não contratar funcionários, pois, utilizando-se do voluntariado nas suas atividades, diminuiriam o espaço dos indivíduos que precisam de emprego, pois pelo trabalho voluntário “[. . .] *as empresas se livram do trabalho remunerado [. . .]*” (Carlos, 74 anos). Na opinião deste idoso, existem casos de substituição do trabalho remunerado pelas ações voluntárias, o que estaria “[. . .] *tirando espaço de quem precisa de emprego [. . .]*.” Para este mesmo idoso, ao estimular o trabalho voluntário a mídia estaria auxiliando as empresas a demonstrarem somente o caráter mercantil deste tipo de trabalho, pois a aparente sensibilidade às questões sociais, demonstrada pelas empresas através da responsabilidade social, é fonte de desemprego e objetiva os interesses econômicos empresariais.

A respeito da organização das instituições onde desenvolvem o trabalho voluntário, alguns idosos salientaram a formalização da ação voluntária junto à instituição. Tal formalização é decorrente da Lei de Incentivo ao Trabalho Voluntário (nº 9608/98) promulgada durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Na opinião de Paulo (75 anos), esta formalização “[. . .] *é um compromisso pra legalizar a situação, uma das exigências estatutárias, justamente pra proteger onde o trabalho voluntário é executado por estas causas trabalhistas [. . .]*.” De acordo com esta lei, o trabalho voluntário não gera vínculo empregatício, nem de natureza trabalhista, nem previdenciária, sendo instrumento de proteção contra possíveis ações trabalhistas. Esta lei foi mencionada pelos idosos, uma vez que algumas instituições

onde eles são trabalhados já tinham sido processadas por outros voluntários, sendo que os próprios entrevistados tiveram de assinar o termo de adesão ao trabalho voluntário.

O trabalho voluntário também é comparado ao formal, tanto em relação ao conceito, como também aos sentimentos que as duas atividades provocam ao serem desempenhadas. O formal foi relacionado com “[. . .] *ganho, é obrigação* [. . .]” (Gracindo, 80 anos); com “[. . .] *meio de vida, é necessidade financeira* [. . .]” (Paulo, 75 anos) enquanto que o trabalho voluntário “[. . .] *é gratuito* [. . .]” (Manuel, 79 anos), “[. . .] *é extra-trabalho, dá mais prazer para realizá-lo* [. . .]” (Paulo, 75 anos); e permite a “[. . .] *liberdade de horário, isso é muito importante* [. . .]” (Samuel, 82 anos). A distinção entre os conceitos oferece a própria diferenciação entre o mundo material, representado pelo trabalho formal, e o espiritual, representado pelo trabalho voluntário, pois conforme um dos idosos sua vida sempre foi organizada de maneira a “[. . .] *dar à César o que é de César e à Deus o que é de Deus* [. . .]” (João, 79 anos).

O significado da ação voluntária assume diversas conotações para esses idosos. A satisfação e a gratificação de estar sendo útil à comunidade, o desejo de alcançar a imortalidade, a possibilidade de estar em contato com relações de amizade e o compartilhar experiências são significados inscritos na vida dos idosos pesquisados.

O sentimento de ser útil á comunidade poderá apresentar-se de duas formas distintas: a primeira, pelo caráter assistencialista da ação voluntária, expressa pelo “[. . .] *preparar alunos sem recursos para o exame* [. . .]” (André, 83 anos) e pela “[. . .] *recuperação de pessoas* [. . .]” (Manuel, 79anos). Nesta perspectiva, infere-se que o sentimento de ser útil é uma manifestação da relação de poder que há entre o voluntário e a pessoa que recebe a ação, uma vez que se estabelece uma relação onde há uma troca desigual (SANTOS, 2000), e também porque o idoso, ao utilizar seus valores pessoais e

de visão de mundo sobre o outro, passa a assumir uma posição superior a quem recebe a ação. A segunda forma se caracteriza pela possibilidade de manter-se ocupado e continuar desempenhando suas atividades profissionais. Por meio da ação voluntária, existe a possibilidade de “[. . .] *prestar um serviço de utilidade à comunidade agrônômica [. . .]*” (José, 82 anos), ou “[. . .] *fazer aquilo que eu sei fazer. Não outra atividade. Mas é um trabalho que agrada, né? É gratificante, né?. Porque é uma coisa que eu sei fazer, e não vou depender de outro pra fazer aquilo [. . .]*” (Pedro, 80 anos). Pelo voluntariado, há uma continuação do trabalho formal, após a aposentadoria. Tal fato torna-se evidente, pois na opinião de Gracindo (80 anos), “[. . .] *eu acho que médico é a profissão que mais se encaixa para estudar porque é a continuidade do estudo que eu fazia no corpo da pessoa [. . .]*”. De acordo com Samuel (82 anos), a escolha do trabalho voluntário surge em decorrência da profissão realizada antes da aposentadoria, pois “[. . .] *eu tinha que trabalhar com a saúde. Eu me identifiquei mais até porque eu venho desta área como profissional [. . .]*”.

O papel profissional e remunerado é substituído pelo papel de profissional-voluntário, e esta substituição pode ser compreendida por ser uma estratégia adaptativa para lidar com as mudanças ocorridas a partir do processo de envelhecimento. Tal estratégia é, conforme Salgado (1999), uma continuação de valores, atitudes, metas e comportamentos desenvolvidos nas outras etapas de vida e que continuariam a existir na velhice.

A ação voluntária assume significado de “[. . .] *uma coisa que vai ficar pro futuro [. . .]*.” (Samuel, 82 anos). Para André, (83 anos), o significado da ação voluntária está associado à imortalidade e reconhecimento dos outros frente a esta ação:

“ [. . .] dá uma satisfação íntima, sabendo que vamos deixar alguma coisa aqui Quem é que vai se libertar da lei da morte? Não são aqueles que trabalharam aqui e que deixaram um nome? Então a gente procura fazer alguma para não ficar no esquecimento completo. Eu tenho filhos, eu tenho netos, minha mulher também que vai me sobreviver, não é? Porque ela é mais moça do que eu, estes vão ouvir alguma coisa sobre o meu nome, não será, não passei apagado por esta vida [. . .] ”.

Por este depoimento infere-se que o voluntariado pode expressar o desejo de imortalidade simbólica (LEFF, 2000). Pelo trabalho voluntário, estes idosos possuem um sentimento de se perpetuarem após a morte. Com a inevitabilidade da morte, faz-se necessário perpetuar às ações que edifiquem a permanência na vida, seja pela importância dessas ações ou pela reminiscência das pessoas que cercam estes idosos. A possibilidade de alcançar a imortalidade através da estratégia do trabalho voluntário concorda com Bauman (1998) quando salienta que, para esta imortalidade se concretizar, o indivíduo deverá preservar-se na memória das pessoas por meio de suas realizações. A imortalidade simbólica alcançada pelo trabalho voluntário pode ser uma forma de remuneração não-material (MELLUCCI, 1993; TEODÓSIO, 2003, *on line*), advinda com a ação voluntária, pois pelo alcance da imortalidade o idoso voluntário ultrapassa a morte, seja por meio da reminiscência de seu grupo social ou pela ação voluntária. De forma recíproca, esta imortalidade e a gratificação em troca do trabalho voluntário prestado à sociedade. Desta maneira, seria a busca da imortalidade simbólica uma das características do benefício individual do trabalho voluntário, uma vez que o idoso ao realizar esta ação visa primeiramente ao seu ganho individual, para depois visar ao da coletividade? Nesta mesma análise, corrobora-se com a afirmação de Mellucci (1993) ao salientar que a característica de gratuidade do trabalho voluntário não implica afirmar que não há benefício simbólico ao realizar esta ação.

O trabalho voluntário permite que estes idosos mantenham e concretizem novas amizades, possibilitando que se integrem à vida social. Conforme João (79 anos) o significado do trabalho voluntário é o de “[. . .] atender às pessoas é um aprendizado extraordinário porque aqui eu me abasteço na convivência com outras pessoas, como você por exemplo, ouvindo, trocando idéias, procurando ser útil, não é [. . .]”. Infere-se que o ato de “trocar idéias, ouvir” expressa autonomia e participação social deste idoso com outras pessoas, o que é estimulado pela ação voluntária.

Samuel (82 anos) resume o significado desta ação:

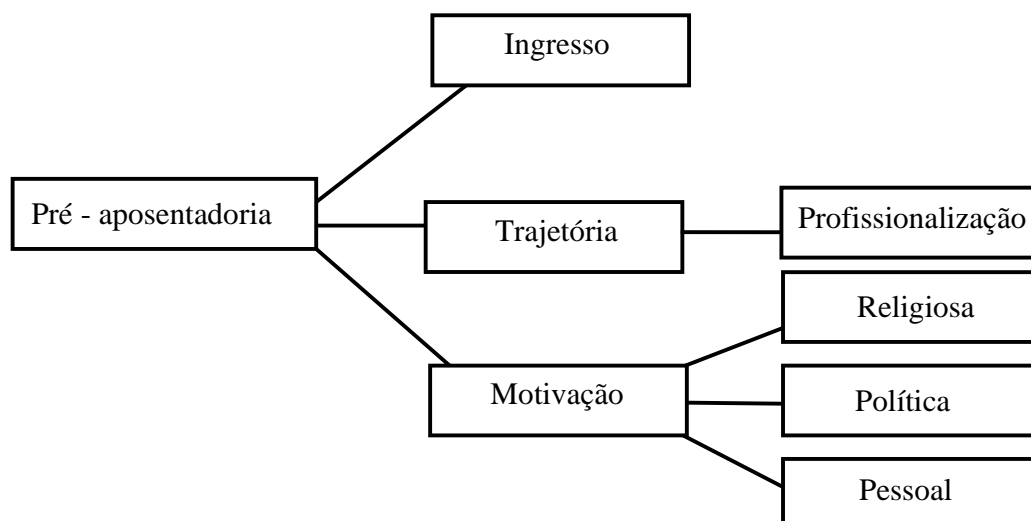
“ [. . .] Não sei se aos outros, mas a mim ajuda muito, né? O maior gratificado sou eu, pelas amizades que a gente fez, e algumas coisas que a gente viu, que a gente conseguiu colaborar, fazendo um trabalho único, muitas coisas que a gente deixou. Foram coisas que nos levou junto [. . .]”.

O significado do voluntariado ultrapassa a noção de ser solidário e altruísta, pois se constitui da necessidade de ser útil, de colaborar, de continuar exercendo a atividade profissional, e de relacionar-se socialmente e alcançar a imortalidade simbólica. É possível pensar na relação entre o significado do trabalho voluntário e as teorias sociológicas do envelhecimento, principalmente a teoria da atividade e da continuidade. Pelo significado atribuído ao trabalho voluntário, verifica-se que por esta ação o idoso tenta manter as mesmas atividades realizadas em outras etapas da vida e procura manter as relações de amizade e de trabalho.

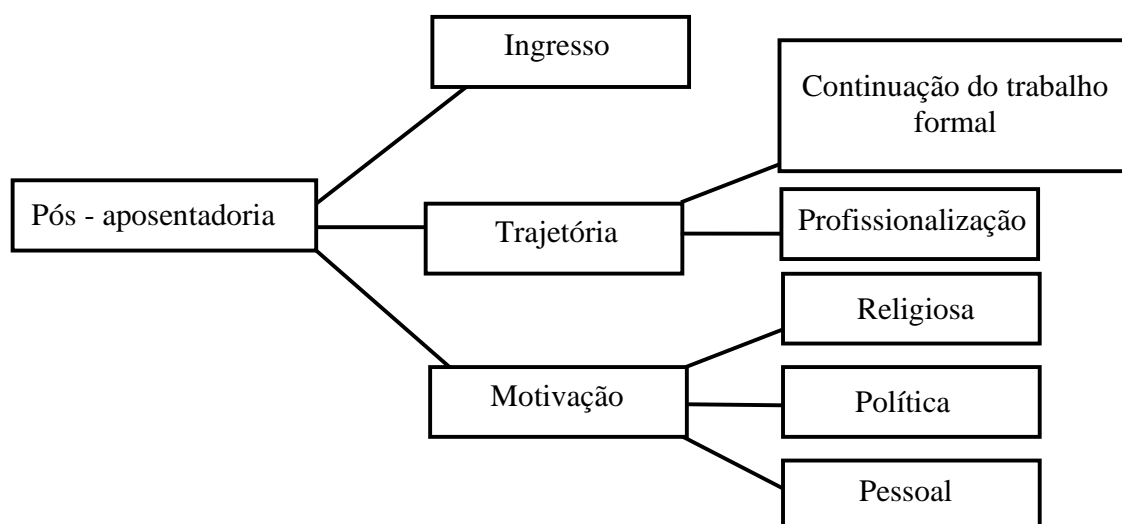
5.3.3 A Trajetória e a Motivação do Trabalho Voluntário no Mundo Pré e Pós-Aposentadoria

A trajetória do trabalho voluntário na vida destes idosos voluntários evidencia que esta ação teve seu início enquanto eles não estavam inseridos no mercado de trabalho remunerado ou quando davam início às atividades remuneradas. Portanto, o trabalho voluntário foi desenvolvido durante toda a sua vida laboral, tendo continuidade após a aposentadoria. A contextualização da atividade voluntária realizada nesses dois períodos de tempo, anterior e posterior à aposentadoria, permite conhecer qual o momento de ingresso na ação voluntária e qual o caráter desta ação. A trajetória e as motivações para realizar o trabalho voluntário, nesses dois momentos de vida do idoso foram analisadas a partir da seguinte estrutura hierárquica de categorias:

Trabalho voluntário pré e pós-aposentadoria



Gravura 7 - Componentes do Trabalho Voluntário Realizado Antes da Aposentadoria



Gravura 8 – componentes do Trabalho Voluntário Realizado Após a Aposentadoria

Pelos depoimentos, identifica-se que o trabalho voluntário esteve presente no transcorrer da vida dos idosos, sendo iniciado antes mesmo da atividade remunerada:

“ [. . .] na época que eu entrei na universidade, não tinha nada que congregasse os alunos na faculdade. Então vamos fundar uma associação de alunos e eu fiz um trabalho como secretário da sociedade, entrei quando era aluno da escola [. . .] ”(José, 82 anos).

Sendo possível também conciliar a ação voluntária e o trabalho remunerado: *“[. . .] Então esta minha atividade popular, comunitária esta caminhada eu desenvolvi ela já em função remunerada, e isto não me impediu de fazer o meu trabalho [. . .] ”* (Carlos, 74 anos).

Assim como hoje, a representação do trabalho voluntário como introdutor ao ingresso no mercado de trabalho se fez presente, pois através da ação voluntária, obtém-

se o trabalho remunerado: “[. . .] fui aluno médico, e neste período também colaborando eu fui médico durante o ano gratuitamente para colaborar com eles porque não havia médico. Tive a oportunidade de colaborar com eles, e posteriormente fui convidado pra catedrático substituto [. . .]” (Samuel, 82 anos). Para estes idosos, o início da ação voluntária no período anterior à aposentadoria, ocorre por diferentes razões, tais como pertencer a uma família que tinha a ação voluntária como um valor moral: “[. . .] esses princípios também eu adquiri com o meu pai, sempre ele ajudava os outros, foi nos ensinando, repetindo os princípios de gratidã [. . .]”, (André, 83 anos). Ou como prática religiosa: “[. . .] eu nasci em uma família que já era espírita e desde os 17, 18 anos eu me dedico à espiritualidade e, hoje, eu presido uma sociedade [. . .]” (Gracindo, 80 anos).

Entre alguns idosos voluntários, o trabalho também foi iniciado a partir do engajamento em

- movimentos estudantis: “[. . .] entrei quando era aluno da escola. Na época que eu entrei na universidade, não tinha nada que congregasse os alunos na faculdade de... [. . .]” (José, 82 anos);

- movimentos comunitários: “[. . .] em 62 nós iniciamos uma vida organizada em entidades de bairro [. . .]” (Carlos, 74 anos).

Ou a partir das ações políticas para reivindicações por melhores condições de trabalho:

“ [. . .] então a partir dessas reflexões falta de água, não tinha água potável pra gente tomar, né, então havia uma série de injustiças dentro da metalúrgica que eu nunca tinha notado. então a gente tem que se organizar e conscientizar outras pessoas. E assim formamos um grupo na fábrica, na metalúrgica e começamos a reivindicar no sindicato [. . .]” (Antonio, 78 anos).

Ou iniciado pelo convite à participação em clubes de serviços por amigos: “[. . .] No ... eu fui convidado pra entrar, pra trabalhar. Pra entrar no ..., tem que ter uma atividade profissional. Dá de si algumas coisas pros pobres [. . .]” (Pedro, 80 anos).

Pelos depoimentos é possível entender o caráter da ação voluntária realizado no período anterior à aposentadoria: o de cunho religioso “[. . .] eu nasci em uma família que já era espírita [. . .]” (Gracindo, 80 anos); a de cunho assistencial “[. . .] Dá de si algumas coisas pros pobres [. . .]” (Pedro, 80 anos) e a de cunho político “[. . .] formamos um grupo na fábrica, na metalúrgica e começamos a reivindicar no sindicato [. . .]” (Antonio, 78 anos). Ressalta-se que a realização de uma ação voluntária de caráter religioso não anula a possibilidade de realizar uma ação de cunho político. Alguns idosos voluntários desta pesquisa realizam de forma concomitante ações voluntárias de cunho religioso em uma organização, e, em outra, ações de cunho político.

Tal situação pode ser ilustrada pelo depoimento de Paulo (75 anos):

“ [. . .] eu sempre acreditei muito no sindicalismo. É porque nós tínhamos iniciado, nos agregado justamente por causa destes colegas né? De uma maneira que a gente encontrou de procurar auxiliá-los, procurar vê-los, dar assistência se fosse possível né? Nós estávamos dando assistência às esposas e porque levavam os maridos de casa e desapareceram com eles. É justamente na Revolução, naquele tempo quando prenderam uma porção de gente, e os sindicalistas muitos deles foram presos. Aí vieram me oferecer a presidência do sindicato e eu aceitei [. . .]”.

Este mesmo idoso voluntário, simultaneamente ao trabalho voluntário realizado no sindicato, durante o regime militar, realizava ação voluntária de cunho religioso: “[. . .] eu tenho envolvimento com a casa espírita e com o hospital sempre tive esta ligação, há mais

de 40 anos, bem mais. , sempre fez parte da minha vida, exatamente. Eu comecei com a doutrina eu tinha 23, 24... eu tenho 75 [. . .]”.

Paulo (75 anos), ao explicar sua ação voluntária na década de 60, ilustra uma afirmação de Petras (2003b, *on line*). Este autor salienta a importância dos sindicatos durante esse período, pois estas organizações proporcionavam denúncia aos direitos humanos e apoio humanitário às vítimas das ditaduras militares e também colaboraram para a abertura democrática na América Latina (THOMPSON, 1997).

Os idosos voluntários que exerciam atividade de cunho religioso e assistencial continuam a realizar suas ações nos locais onde tinham iniciado o seu voluntariado. Entretanto, alguns deles, os que exerciam trabalho voluntário de caráter político nos sindicatos, passaram a desempenhar, após a aposentadoria, atividades voltadas especificamente para os aposentados. Estas ações podem ocorrer de duas formas: pela participação em sindicatos com o objetivo de lazer e manter a rede social e de trabalho, formadas no âmbito profissional, sem que ocorra uma ação voluntária. E outra, direcionada para o questionamento das condições de vida dos aposentados e idosos.

O fato de os idosos desempenharem esta ação durante a trajetória de suas vidas reflete as questões levantadas pela teoria da continuidade, uma vez que para esta teoria os idosos que têm sido voluntários em outras etapas de suas vidas continuariam sendo na velhice, pois desenvolveram atitudes e valores que na velhice continuariam a existir (SALGADO, 1999; RAVANERA; RAJULTON, 2001).

Em relação aos motivos que levaram os depoentes à atividade voluntária no momento anterior à aposentadoria, estes podem ser de caráter político, religioso e pessoal, sendo que existem algumas variáveis intrínsecas a essas motivações.

A motivação religiosa está imbricada com as questões relativas à doutrina religiosa, a salvação de si e do outro e o dever e obrigação de ajudar, sendo caridade e benemerência ações esperadas por parte dos depoentes para que assim se alcance o progresso espiritual. Para os idosos que pertencem a doutrina espírita, a caridade traduzida em trabalho voluntário está relacionada ao compromisso junto à própria doutrina “[. . .] eu vi que era isto, eu tinha e tenho este compromisso [. . .]” (João, 79 anos), assumindo a caridade como um princípio de vida e um valor a ser seguido, além de ser uma obrigação. Este tipo de motivação ratifica as afirmações de Giumbelli (1998) acerca da caridade dos adeptos a esta doutrina, pois para este autor o espírita envolve-se em atividades de assistência social porque assim pratica a caridade, embora a caridade, por si só, seja parte e consequência da adesão a esta doutrina. A prática da caridade representa a possibilidade de se obter a evolução espiritual. É neste ponto que se inscreve a salvação de si através da caridade, pois para ser merecedor do progresso espiritual o adepto do Espiritismo terá de fazer da caridade sua prática de vida, tal como o relato de Fernando (79 anos):

“ [. . .] é a teoria espírita. Tu tem que fazer alguma coisa para resgatar algo que fizesses. Se fizesses errado, tu tem que pagar, tem que resgatar. A pessoa que trabalha jamais tem pensamentos negativos. Há um ditado que diz assim: oficina parada é mente do diabo [. . .] ”.

Para os idosos voluntários de religiões protestantes e evangélicas, a salvação irá ocorrer também pela ação voluntária. Através desta ação, há a possibilidade de alcançar a vida eterna e a imortalidade. Nesta pesquisa, o poder pastoral (FOUCAULT, 1995) está relacionado às diferentes religiões e não somente ao Cristianismo e impõe que a salvação deverá ser assegurada ainda na Terra, por meio do exercício da caridade. Através deste exercício, os idosos voluntários asseguram a salvação individual.

Conseqüentemente, a caridade passa a ser um dever, pois para alguns idosos é através dela que eles se tornam merecedores da salvação e da imortalidade. No entanto, é possível pensar também que, ao buscarem a salvação através do auxílio ao próximo, estes idosos voluntários preocupam-se primeiramente com a sua salvação pessoal e depois a da população assistida, o que confirma os pressupostos de Bauman (1998).

Para grande parte dos idosos voluntários desta pesquisa, a reciprocidade também é intrínseca à motivação religiosa, pois por meio do trabalho voluntário há a recompensa dada pela eternidade e pelo progresso espiritual, pela boa saúde, pelo reconhecimento e louvor dado por quem recebe a ação voluntária e pela prosperidade econômica. A reciprocidade pode ser ilustrada pelo depoimento de Manuel (79 anos):

“ [. . .] todo o trabalho voluntário e gratuito Deus recompensa. Todo o trabalho voluntário gratuito é um empréstimo que nós fazemos para Deus e Deus nos devolve. Deus nos devolve em saúde, em tranqüilidade, em paz e acima de tudo a convicção de que há um mundo diferente que nos espera [. . .] ”.

A reciprocidade também é representada pelo reconhecimento da população assistida pelo trabalho voluntário e pelo sentimento de gratificação por realizá-lo. O depoimento de Pedro (80 anos) esclarece a reciprocidade:

“ [. . .] é ver o contentamento das pessoas quando recebem essas doações. Mas o que mais me dá é ver as crianças, as pessoas ficam contentes quando recebem essas doações. Aquela é a paga que tu recebe, alguém vai te receber, alguém vai receber gratuitamente aquilo que tu tá fazendo, que é o mais carente, que mais precisa [. . .] ”.

Infere-se que, ao realizar o trabalho voluntário, alguns idosos poderão desejar a remuneração não-material, que poderá estar representada pelo viés espiritual (por meio da salvação e da eternidade), afetivo (pela reciprocidade) e pela realização profissional

(através da continuação da atividade profissional por meio da ação voluntária), o que remete aos pressupostos de Teodósio (2003, *on line*). De acordo com este autor, o voluntário ao executar a sua ação deseja a remuneração não-material, que poderá ser expressa pelo viés espiritual, afetivo, político, ideológico e de realização profissional.

A remuneração não-material representada pelo viés espiritual pode ser elucidada pelo depoimento de Manuel (79 anos) ao verbalizar que “ [. . .] *todo trabalho voluntário e gratuito Deus recompensa [. . .]* ”. O viés afetivo representado pela reciprocidade pode ser ilustrado pelo depoimento de Pedro (80 anos) ao afirmar que “ [. . .] *as pessoas ficam contentes quando recebem estas doações. Aquela é a paga que tu recebe [. . .]* ”. A possibilidade de continuação da atividade profissional como forma de remuneração não-material pode ser expressa pelo depoimento de Samuel (82 anos):

“ [. . .] *eu era funcionário da Secretária de Educação e a gente realizou exposições de história esportiva. E isto me abriu um novo leque de atuação, a qual é a das exposições temáticas, seja na área de esportes que eu fiz até o ano passado e na exposição na área da ecologia. Estas exposições foram crescendo. A gente faz palestras sobre assistência escolar, jogos olímpicos, Delta do Jacuí [. . .]* ”.

A vocação constitui tanto a motivação religiosa como a pessoal. A vocação representada pela motivação religiosa pode ser entendida pelo depoimento de Manuel (79 anos), ao afirmar que a vocação é alcançada pelo desenvolvimento da religiosidade, sendo um “ [. . .] *dom [. . .]* ” (Manuel, 79 anos) a ser aprimorado por meio do trabalho voluntário. É possível entender que a vocação passa a ser a atividade laboral, pois esta atividade passa a ser consentida por Deus se direcionada aos valores morais, onde os bens produzidos servirão à coletividade (WEBER, 2001).

“ [. . .] É lógico, com o trabalho de 18 horas por dia eu podia folgadoamente financiar a igreja. Então 20 e poucos anos praticamente nós só usávamos as rendas das fabriquetas para as necessidades. O resto tudo era distribuído para os pobres. E se eu me decido trabalhar gratuito, a minha renda na minha indústria rendia \$1000 reais por mês, quando eu me decido a trabalhar gratuito, a minha indústria vai render 5 ou 6 pra cobrir todos os locais que eu devo, que eu decidir trabalhar gratuito. Eu trabalho mais pra render mais pras outras pessoas [. . .] ” (Manuel, 79 anos).

Neste contexto, quanto maior o trabalho e a lucratividade, maior a chance de glorificar a Deus e a possibilidade de alcançar a eternidade. A lucratividade passa a ser fundamental, pois proporciona que Manuel (79 anos) utilize o lucro gerado pelo seu trabalho remunerado em prol da coletividade e, conseqüentemente, garanta a sua salvação. Tal depoimento atualiza os pressupostos de Weber (2001) em relação à vocação e também na imposição de “ [. . .] deveis trabalhar para ser rico para Deus e não para a carne ou pecado [. . .] ” (p. 89), uma vez que a lucratividade propicia que o idoso voluntário utilize o seu lucro para glorificar a Deus.

Por outro lado, a vocação relacionada à motivação pessoal é expressa pela “[. . .] maneira de ser e índole [. . .] ” (Paulo, 75 anos). Esta maneira de ser pode ser conseqüência da “[. . .] genética, porque meu pai foi um homem que se doou integralmente à causa social. Eu acho que trago do meu pai [. . .] ” (Carlos, 74 anos). Esta opinião também é corroborada por André (83 anos), pois conforme este idoso o trabalho voluntário é resultado dos “[. . .] princípios eu adquiri com o meu pai. Ele sempre ajudava os outros e também foi nos ensinando, repetindo os princípios de gratidão [. . .] ”.

A solidariedade pode ser ilustrada pelo depoimento de Pedro (80 anos), ao afirmar a necessidade de: “[. . .] Eu fui porque eu queria colaborar, eu queria participar desse trabalho comunitário, porque lá eu trabalho no social. Dá alguma

coisa pra sociedade, pros pobres [. . .] ” e, pelo depoimento de André (83 anos), ao salientar o trabalho voluntário antes da aposentadoria : “[. . .] em benefício de uma coletividade que precisava disso, a minha decisão era um sentimento que eu tinha de ajudar a humanidade [. . .] ”. A ação voluntária, neste contexto, instituída pela solidariedade, faz com que o outro seja reconhecido como aquele que precisa de ajuda e que está em dificuldades, sendo que achados semelhantes foram encontrados por Paixão (2004).

Ocupar o tempo livre também está inscrito na motivação pessoal para realizar o trabalho voluntário antes da aposentadoria. Para alguns idosos era importante manter a ética do estar ocupado a fim de exercer a solidariedade e alcançar a imortalidade, pois conforme André (83 anos):

“ [. . .] após estar formado, nós trabalhávamos no..., geralmente as nossas reuniões eram à noite, uma vez por semana, e a gente sempre tem tempo para fazer uma obra beneficente. Tirava um tempo do serviço para prestarmos serviço à comunidade. Geralmente no... nós procurávamos pessoas ocupadas. Pessoa ocupada sempre tem tempo de fazer mais alguma coisa. É uma satisfação íntima, sabendo que vamos deixar alguma coisa aqui [. . .] ”.

A relação de poder inscreve-se tanto no período anterior como posterior à aposentadoria, constituindo uma das motivações pessoais para concretizar o trabalho voluntário. Através dele, o idoso entende que pode transformar a vida do outro, pois de acordo com Manuel (79 anos) “[. . .] todas elas mudaram a vida, não são mais aquelas pessoas. O caráter, a personalidade, o costume, a vivência, tudo diferente, tudo mudou [. . .] ”. Essa transformação pode ser constatada pelos conselhos dados à população assistida, de como ela deve proceder para ter uma vida melhor, pela transmissão e

compartilhamento da experiência de vida onde o idoso exerce sua “[. . .] maneira de agir sobre um ou sobre vários [. . .]” (FOUCAULT, 1995, p. 242):

“ [. . .] É como se fosse um confessorário de um modo geral, é diferente porque não tem que fazer isso ou aquilo para pagar os pecados. Às vezes, eles não sabem o que vão fazer. Às vezes, a pessoa diz: - ‘ Diz aí o que eu tenho que fazer.. ‘Então, faz isso que vai dar certo.’ Tento ajudar, a sair e diz que “ - é bom, eu não imaginei isso [. . .] ” (Manuel, 79 anos).

O poder também pode ser entendido pela continuação da atividade profissional, pois se antes da aposentadoria ele advinha daquela ação, agora ele é proveniente da ação voluntária, pois de acordo com Pedro (80 anos):

“ [. . .] Lá mais a minha atividade é mais, porque eu sou único que estou lá desta atividade de ficar controlando os operários, pra controlar os pintores, os pedreiros, os carpinteiros, o pessoal do esgoto, e fazer os orçamentos prá ver se aquele orçamento que tão pedindo tá dentro do preço normal daquele que a engenharia pede, né? [. . .] ”.

A motivação política para exercer a ação voluntária no período prévio à aposentadoria foi influenciada pelos acontecimentos da década de 60, uma vez que alguns depoentes faziam parte de movimentos sindicais e eclesiais que tinham como causa a representação do operário, os quais lutavam em prol de melhores condições de trabalho e de remuneração, o cumprimento das legislações trabalhistas e da democracia e tiveram colegas sindicalistas perseguidos pelo regime político da época. Nessa ocasião, havia por parte dos depoentes uma análise crítica de sua realidade, além da motivação transformadora da realidade social à qual pertenciam.

A motivação religiosa não teve modificação na trajetória de trabalho voluntário destes idosos, pois eles continuam realizando-o ainda. De uma forma diferente, os idosos que não eram motivados pela questão religiosa e sim pelas questões pessoais e políticas

passaram a desempenhar novas ações voluntárias. Tal modificação poderá estar associada ao processo de envelhecimento, pois estes idosos passaram a integrar grupos de aposentados em sindicatos, conselhos de políticas públicas, grupos de convivência que realizam atividades com crianças carentes e clubes sociais que visam à socialização, à saúde e à prática de esportes. Desta maneira, pode-se pensar que em relação à motivação, a religiosa permanece tendo a mesma representação, enquanto que na política e pessoal houve algumas alterações. Entende-se que estas alterações são influenciadas pela aposentadoria e também pelo processo de envelhecimento, já que a motivação para realizar o voluntariado varia conforme a instituição onde ela é executada e também conforme o próprio curso da vida dos voluntários (CARLONI, 1998). A vivência da velhice passa a ser um dos motivos pessoais que levaram alguns idosos a modificar seu local de atuação voluntária, ingressando em instituições que estivessem associadas ao campo da manutenção da saúde e qualidade de vida. Tal situação pode ser elucidada pelo depoimento de Samuel (82 anos):

“ [. . .] anos depois já pensando em minha saúde, eu notei que ficava tempo demais escrevendo. No ano de 88, num dia muito quente eu fui ao clube. E comecei a olhar a parte dos fundos. Passei uma semana fazendo o planejamento, em transformar aquela área em parque, em retirar as árvores mortas. Estou lá há mais de 15 anos, plantamos milhares de árvores, fazendo exposições, eu levei pra lá o que eu tinha de bibliografia de turismo, geografia e natureza. Então nós ensinamos lá, a biblioteca tem um acervo notável [. . .] ”.

Pensando na preservação da saúde, José (82 anos) inscreve sua motivação pessoal para realizar o trabalho voluntário, pois a partir do voluntariado “[. . .] te obriga a raciocinar, te obriga a andar, a firmar compromissos, tudo isso ajuda a pessoa a envelhecer pouco [. . .]”, o que confirma a influência dos discursos gerontológicos ao estimular o trabalho voluntário entre os idosos, uma vez que a ação voluntária poderia

modificar a representação da velhice como uma etapa de perdas, ociosidade e ausência de realização pessoal. Neste contexto, o voluntariado auxiliaria o idoso voluntário a alterar a imagem de velho-velho para a imagem de velho-jovem, pois pelo voluntariado se inscreve a possibilidade de manter a saúde, a atividade e as relações sociais? Frente à manutenção da saúde através do trabalho voluntário, ressaltam-se os achados de Shmotkin et al. (2003), ao colocarem que esta relação ocorreria porque os idosos voluntários teriam maior acesso às redes sociais que promoveriam suporte e assistência a eles e não porque se mantêm em atividade.

O trabalho voluntário pode ser uma forma para ocupar o tempo livre advindo com a aposentadoria, sendo que esta situação pode ser compreendida pelo relato de José (82 anos) “[. . .] *tem dias que tem reunião na sociedade, tem dias que tem reunião no parque, tem dias que tem reunião na associação. Quer dizer, por aí tu já vai enchendo o tempo, fora os filhos com os netos [. . .]*.” Ao comparar com a ocupação do tempo antes da aposentadoria há um sentimento de estarem mais ocupados no momento atual do que no momento anterior a ela. A dedicação ao trabalho voluntário é aumentada em decorrência do processo de aposentadoria, sendo que para muitos idosos esse trabalho passa a ser prioridade, uma vez que o trabalho formal e suas exigências impossibilitavam que ocorresse tal dedicação. Destaca-se a limitação do horário para impedir esta dedicação, pois conforme João (79 anos) “[. . .] *eu venho todos os dias, todas as vezes que forem necessárias, de manhã, de tarde, de noite, eu disponho agora do meu horário [. . .]*”. Por outro lado, esta dedicação é também aumentada porque agora, após a aposentadoria, surge a oportunidade de se fazer o que gosta devido a este tempo livre:

“ [. . .] Eu achei assim que me aposentando ia ter mais tempo pra fazer estas coisas que eu gosto de fazer. Social, participar mais do sindicato, antes eu participava muito menos porque eu não tinha tempo. Agora eu participo muito mais. Prova é que eu represento eles em várias organizações [. . .] ” (Antonio, 78 anos).

Usar o tempo disponível também é visto como uma forma de expressão da solidariedade ao outro que necessita, principalmente porque a sabedoria e a experiência de vida alcançada com o avanço da idade legitimam esta ação, pois, conforme José (82 anos), é importante

“ [. . .] usar o teu tempo pra colaborar com o teu irmão que está ali do lado, se tu tem mais sabedoria porque tu acumulastes mais experiências da vida, vivestes muitas fases, difíceis, maravilhosas, horríveis. Quer dizer, a experiência pra saber distinguir o que é bom, o que é ruim, como tu pode fazer. As experiências, os anos de vida [. . .] ”.

A solidariedade foi representada pela defesa dos direitos dos idosos institucionalizados, pois de acordo com Carlos (74 anos):

“ [. . .] A solidariedade está junto, no momento em que estou defendendo o direito de um idoso lá em uma clínica que ele possa ter uma condição digna, de asilagem, uma vida minimamente digna, eu estou desempenhando uma ação de solidariedade muito forte [. . .] ”.

Após a aposentadoria, a motivação política passa a estar associada aos “[. . .] direitos dos aposentados. Logo que eu me aposentei eu comecei a me organizar. Daí convidamos os outros associados pra ver se queriam participar, e a gente queria saber o que ia acontecer com os aposentados [. . .]” (Pedro, 80 anos), a garantia ao acesso à saúde dos idosos “[. . .] o postão estava restringindo muito o atendimento dos idosos, tinha muita queixa. Eu falei em nome do sindicato, eu coloquei que a situação não podia continuar. Então é fazer a denuncia, é estar cobrando os direitos dos idosos em todos os

campos [. . .] ”, (Carlos, 74 anos), e pela preservação da cultura “[. . .] nós queremos que a língua não morra. Nós temos interesse que eles falem, eles querem falar iídiche [. . .] ” (André, 83 anos). De acordo com este idoso voluntário são poucas as pessoas que falam iídiche, por isto a necessidade de ensinar este idioma.

A motivação política esclarece a afirmação de Dupas (2003) quando este autor afirma que a demanda da responsabilidade social é transferida do Estado para o trabalho voluntário. Ao reivindicar os direitos dos aposentados, alguns idosos voluntários demonstram a sua participação política, embora esta participação esteja associada aos interesses e necessidades dos aposentados. Nesta perspectiva, os interesses privados destes idosos voluntários passam a constituir a luta por soluções e problemáticas específicas. No caso dos idosos voluntários tais problemáticas estão relacionadas à questão do acesso à saúde, aposentadoria e a preservação da cultura, ou seja, conforme os seus interesses pessoais ou de grupos sociais aos quais pertencem. Por esta motivação os idosos voluntários, ao engajarem-se nos sindicatos e lutarem pelos seus interesses pessoais, estimulariam a “[. . .] cidadania em gotas [. . .] ” (TEODÓSIO, 2003, *online*), pois realizam o voluntariado conforme seus interesses e não conforme as necessidades que emergem dos problemas sociais?

A motivação para realizar o trabalho voluntário também provoca a discussão sobre a diferença entre voluntário e militante: as motivações religiosa e pessoal estariam concretizando a ação do voluntário, alicerçada nos sentimentos de solidariedade e benevolência, enquanto que a motivação política efetiva a ação do militante, estando edificada em uma causa ou na luta pelas transformações sociais. Neste contexto, a idéia de separação entre voluntários e militantes poderia delimitar o campo da ação voluntária, de assistencial ou política?

Desta forma, a ação voluntária realizada por estes idosos está direcionada tanto para a população assistida, sob a representação da solidariedade, filantropia e caridade como também para eles próprios. A ação voluntária direcionada para eles se inscreve através da possibilidade de manterem-se ativos e inseridos na vida social, continuarem no exercício de suas profissões, afirmando a autonomia e independência, pela possibilidade de alcançar a salvação e imortalidade como também para garantir seus direitos enquanto idosos e aposentados. Para Maheirie (1997) a solidariedade pode assumir diferentes conotações, desde as relações paternalistas, neutralização dos conflitos, cooptação, autoritarismo e busca pela preservação dos interesses individuais. Por estas diferenças sutis que a solidariedade pode ser materializada questiona-se: poderia a solidariedade da ação voluntária realizada pelos idosos voluntários admitir outras formas, que iriam além da caridade e do assistencialismo e da busca pelo cumprimento de seus direitos enquanto aposentados?

Observa-se neste estudo a importância da reciprocidade como elemento motivador para realizar o trabalho voluntário, pois da mesma maneira que o idoso voluntário oferece o seu tempo livre, a sua competência profissional ele recebe em troca o sentimento de sentir-se útil e autônomo (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2003, *on line*), a possibilidade de alcançar a salvação e a eternidade e a manutenção da saúde.

O trabalho voluntário na vida destes idosos parece ocupar um espaço central, visto que pode ser uma forma de exercitar o poder sobre a vida do outro, continuar exercendo a atividade profissional e compartilhar experiências de vida. Mesmo tendo motivações diferentes para realizá-lo e não somente a necessidade de manter-se ativo (SHMOTKIN et al., 2003), o trabalho voluntário, neste contexto, é uma forma de

substituir o trabalho formal, pois estes idosos continuam a exercer sua atividade profissional porque a ética capitalista parece influenciar a necessidade de manter-se ocupado. Nesta perspectiva, pode-se pensar que uma das motivações subjacentes poderia ser a tentativa de se afastar do estigma de “remunerado inativo” advindo com a aposentadoria, sendo uma intenção de ainda ser reconhecido pela sua capacidade produtiva e contribuição social.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa as intersecções entre o trabalho voluntário, envelhecimento e aposentadoria ultrapassam as questões relativas ao preenchimento do tempo livre e à necessidade de sentir-se útil à sociedade. Tal situação ocorre porque o trabalho voluntário realizado pelos idosos desta pesquisa está associado não somente a estes fatores, mas também à imortalidade simbólica, à preservação da saúde e de valores adquiridos. Ressalta-se que os resultados deste estudo estão restritos ao tipo de idosos pesquisados, devido ao contexto econômico, histórico e social dos mesmos.

A ação voluntária parece ser uma forma de dar continuidade a situação de trabalhador, a qual pode estar associada à negação de estar aposentado. O trabalho voluntário, mesmo tendo início em uma etapa anterior à aposentadoria, parece ser uma estratégia adaptativa para vivenciar tanto o processo de envelhecimento quanto o da possibilidade de afastamento do mundo laboral. Pelo trabalho voluntário os idosos participantes da pesquisa, acreditam manter a sua saúde e continuam realizando as atividades efetivadas antes da aposentadoria. Continuam mantendo contato social e profissional com pessoas de faixa etária mais jovem e se valem de sua experiência pessoal e profissional para permanecerem socialmente engajados e valorizados.

Associado a esta questão, outro ponto relevante a ser considerado é que a relação entre o trabalho voluntário e a vida profissional desses idosos não começou devido a

aposentadoria. O voluntariado serviu como um mecanismo de ascensão profissional a alguns idosos enquanto jovens, tal como acontece para alguns jovens nos dias de hoje, visto que o voluntariado poderá ser uma porta de entrada ao mercado de trabalho. Após a aposentadoria, o voluntariado é uma forma de substituir o trabalho formal, sendo que a ética capitalista parece influenciar a necessidade de manter-se ocupado e estar em constante produção.

O processo de aposentadoria foi vivenciado por formas diferentes pelos idosos deste estudo: para alguns, a aposentadoria foi vivenciada por sedentarismo, impotência, decadência física enquanto que para outros, foi vivenciada pela possibilidade da retomada de autonomia para realizar atividades prazerosas, de liberdade de horário e a chance de realizar novos projetos de vida. A aposentadoria também foi vivenciada através de uma situação de negação: o idoso voluntário, por não se reconhecer como ocioso e inativo, e por continuar, muitas vezes, em sua atividade profissional por meio do trabalho voluntário não se considera aposentado.

Esta vivência pela negação é estimulada pela valorização da ética do trabalho que predomina na organização capitalista, pois o reconhecimento pelo outro e a demonstração de seu valor social se dá através do trabalho. Neste contexto, é possível pensar que a aposentadoria ainda está associada ao afastamento do mundo do trabalho e o reconhecimento social manifesta-se somente pela atividade laboral.

O trabalho voluntário que antes da aposentadoria era realizado no tempo livre, agora passa a ocupar o espaço do trabalho formal, de forma que a aposentadoria como um período de improdutividade, não é vivenciada. Pensa-se que a ética do trabalho, associada à possibilidade de retardar a morte social e a “imortalidade simbólica” advinda

com o labor estimula estes idosos voluntários a desempenharem suas ações voluntárias. Por outro lado, pode-se pensar também que a aposentadoria concede a permissão para que outras atividades prazerosas sejam realizadas. A preparação para o real afastamento do mundo laboral, poderá ocorrer pelo trabalho voluntário, pois de forma gradual, o idoso voluntário se afasta desse âmbito, ao mesmo tempo em que realiza atividades que lhe dão prazer e autonomia. Tal preparação assim ocorre, pois o afastamento total os levaria a pensar na morte. Desta forma, a diminuição das atividades não implica em um total afastamento das atividades desempenhadas. Entretanto, para os idosos voluntários pesquisados o principal motivo que os faria distanciar-se das atividades do cotidiano é a fragilização da saúde.

Tal como o processo de aposentadoria o envelhecimento é vivenciado de maneiras diferentes pelos idosos voluntários, sendo que esta vivência pode ser conseqüência de toda a trajetória de sua vida. Por terem capacidade de continuar exercendo o trabalho voluntário, estes idosos não se reconhecem enquanto velhos, e sim pertencentes à terceira idade. Este reconhecimento de pertencer à terceira idade e sua associação com a obrigação de manterem-se em atividade podem fazer com que o idoso voluntário não perceba as exigências e determinações da cultura da terceira idade, reproduzindo-a através da ação voluntária. Neste sentido, o velho é aquele que corresponde ao conceito naturalizado da velhice, de inatividade, doença e dependência econômica e social. Isto reforça a associação entre velhice, improdutividade e fragilização da saúde, fortalecendo a idéia de uma quarta idade, caracterizada como um momento de perdas, e a associação do conceito de terceira idade com a preservação das capacidades físicas e intelectuais.

Tanto o trabalho voluntário como as demais atividades realizadas pelos os idosos, as quais não estão relacionadas ao trabalho formal, parecem contribuir para a sua adaptação ao processo de envelhecimento. Tal dinâmica permite a continuidade pessoal desses idosos, o que pode contribuir na preservação da auto-estima e finalidade de vida.

Neste estudo foram encontrados três tipos de trabalho voluntário: o da assistência religiosa, o da assistência material e o de natureza política. O que caracterizou a assistência religiosa foi o auxílio fornecido à população assistida através de aconselhamento instituído pelas organizações religiosas. A assistência material evidenciou-se na distribuição de alimentos e roupas. No de natureza política, o voluntariado apresentou-se através da atuação em sindicatos, movimentos e estudantis e conselhos de políticas públicas.

No que concerne à população assistida pela ação voluntária, ela se modifica conforme a natureza do trabalho desempenhado. Na forma assistencial e religiosa o trabalho voluntário está direcionado à população excluída, sendo realizado em instituições religiosas, hospitais, creches, entre outros. A população assistida não participa nas decisões, nas condições e nem do processo que determinam as ações voluntárias e nem das decisões tomadas no âmbito das instituições, o que poderia confirmar a relação de dominação entre esta população e o voluntário.

As ações voluntárias assistencial e religiosa se contrapõem à ação política, visto que nesta parece existir uma reflexão acerca das condições de vida dos aposentados, mesmo que seja conforme os interesses específicos da organização onde se insere. Isto não significa afirmar que estas ações sejam suficientes para mudar a realidade social dos idosos, uma vez que não modificam a estrutura que mantém esta condição. Na forma

política, o objeto de trabalho dos idosos voluntários é o próprio aposentado, sendo realizada em sindicatos e conselhos de políticas públicas voltados para os idosos. Neste contexto, o voluntariado realizado pelos idosos pode assumir cenários contraditórios: tanto pode estar associado à filantropia e à caridade como a ações que conduzem à participação política no espaço público.

A separação entre os trabalhos de natureza assistencial e religiosa do trabalho de natureza política apresenta um outro fator que merece ser estudado com maior profundidade: a dissociação entre as categorias voluntário e militante. Percebe-se pela literatura o voluntário realiza sua ação através do trabalho relacionado ao assistencial enquanto que o militante a realiza através de causas políticas e de questionamento social. Esta diferenciação poderá estar influenciando o conceito de trabalho voluntário utilizado pelos idosos desta pesquisa, além de demarcar a ação voluntária em assistencial, religiosa ou política.

O conceito de trabalho voluntário destes idosos é semelhante ao utilizado pelo Programa de Voluntários do Comunidade Solidária. De acordo com este Programa o voluntário é movido pelos valores de participação e solidariedade para realizar sua ação e pela ocupação de seu tempo livre presta auxílio a causas de interesse social e comunitário.

Para estes idosos voluntários, o voluntariado é decorrente da necessidade de ser útil à comunidade à qual pertence, devendo estar direcionado a ela.. Para estes idosos o uso do tempo disponível também é visto como uma forma de expressão da solidariedade ao outro que necessita, de cuidados e auxílio. Pensa-se que ambos não mencionam o caráter político da ação voluntária, visto que o conceito empregado pelo Programa, que

acaba sendo aplicado pelas instituições onde o voluntariado destes idosos se inscreve, está a serviço de uma política governamental para estimular o trabalho voluntário entre a população brasileira. Pelo conceito de trabalho voluntário percebe-se a forte influência do cunho assistencial desta ação, desprovido do caráter político e emancipatório que esta ação pode envolver.

Para estes idosos voluntários a gratuidade é uma das características do voluntariado, embora exista a remuneração simbólica ao realizar esta ação. Tal remuneração pode vir pela imortalidade simbólica, pelo reconhecimento das outras pessoas e pela possibilidade de continuar exercendo a profissão após a aposentadoria, o que ilustra o fato de que a aposentadoria deixa de ser o afastamento total do mundo do trabalho. Pensa-se que, mesmo tendo um caráter gratuito, o idoso voluntário adquire retribuição simbólica, representada pelas questões já levantadas, e, também, pela possibilidade de entrar em contato com outras pessoas, compartilhar experiências, além de utilizar seus valores pessoais e de visão de mundo sobre a população assistida.

As funções realizadas pelos idosos voluntários estão relacionadas à masculinidade e ao exercício de poder. Há uma distinção entre o trabalho voluntário realizado por mulheres e por homens. Reiteram-se os papéis sociais esperados, colocando homens e mulheres em categorias opostas: delas espera-se o trabalho voluntário direcionado pela sua capacidade materna e afetiva, e a eles, reserva-se o uso de sua capacidade intelectual e de dominação.

O significado do voluntariado ultrapassa a noção de ser solidário e altruísta, pois se constitui da necessidade de ser útil, de colaborar, de continuar exercendo a atividade profissional, de relacionar-se socialmente e alcançar a imortalidade simbólica. Por estes

significados verifica-se que assim o idoso tenta manter as mesmas atividades realizadas em outras etapas da vida e procura conservar as relações de amizade e de trabalho. O trabalho voluntário poderá ser uma forma de promover a integração do idoso com o seu grupo social de forma que não antecipe o seu afastamento e, assim, se permita superar os estereótipos negativos da velhice.

O voluntariado realizado pelos idosos que participaram deste estudo está tanto orientado para a população assistida, sob o pretexto da solidariedade, filantropia e caridade, como também para eles próprios. A ação voluntária orientada pelas necessidades subjetivas do idoso fundamenta-se pela idéia de alcançar a salvação e imortalidade pelo trabalho voluntário, pela possibilidade de continuar exercendo a carreira profissional mesmo após a aposentadoria e pela manutenção de autonomia e independência, afastando-se dos estereótipos negativos da velhice. Nesta perspectiva, a reciprocidade é um elemento fundamental para entender o trabalho voluntário: o idoso realiza-o a ação voluntária, auxilia os necessitados, exerce os princípios morais adquiridos, tais como o exercício da caridade e da solidariedade, ao mesmo tempo em que recebe em troca, o reconhecimento social, a possibilidade de continuar produtivo, a salvação e a imortalidade simbólica.

O fato de os idosos desempenharem esta ação durante a trajetória de suas vidas reflete as questões levantadas pela teoria da continuidade. Esta teoria admite que os idosos que têm sido voluntários em outras etapas de suas vidas continuariam sendo na velhice, pois desenvolveram atitudes e valores que ainda continuariam a existir. Pensa-se que a possibilidade de continuar realizando as mesmas atividades é uma estratégia adaptativa para lidar com as transformações decorrentes do envelhecimento. Se pela continuidade o idoso consegue manter sua auto-estima, seu papel social de trabalhador,

seu desejo de participar socialmente, sua autonomia e projeto de vida, deve-se pensar também sobre a possibilidade desta continuidade não se efetivar devido às próprias condições impostas pelo envelhecimento.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARIÈS, Phillippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

BALDOCK, Cora V. Sênior as Volunteers: an international perspective on policy. **Aging and Society**, Cambridge, n. 19, p. 581-602, 1999.

BARDIN, Lawrence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BAUMAN, Zygmunt. **O Mal-Estar da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BIRMAN, Joel. Futuro de Todos Nós: temporalidade, memória e terceira idade na psicanálise. In: VERAS, Renato (Org.). **Terceira Idade**: um envelhecimento digno para o cidadão do futuro. Rio de Janeiro: Relume Dumará; UnATI/UERJ, 1995. P. 29-48.

BORBA, Elizabeth. et al. **Terceiro Setor, Responsabilidade Social e Voluntariado**. Curitiba: Champagnat, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

CAMARANO, Ana. Amélia et al. **Como vai o Idoso Brasileiro?** Texto para discussão n. 681. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acessado em: 23.07.2003a.

CAMARANO Ana Amélia. **O Idoso Brasileiro no Mercado de Trabalho**. Texto para discussão n. 830. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. Disponível em: <<http://ipea.gov.br>>. Acessado em: 23.07.2003b.

CAMINO Eloísa Helena; SANTOS, Maria Carmelita. Um Trabalho Voluntário na Comunidade. In: CASTRO, Odair Perugini de. **Envelhecer: um encontro inesperado? Realidades e perspectivas na trajetória do envelhecido.** Sapucaia do Sul: Notadez, 2001. P. 121-134.

CAMPS, Victoria. La vejez como problema y como oportunidad. **Revista Multidisciplinar de Gerontologia**, Barcelona, v. 13, n. 4, p. 276-270, 2003.

CARDOSO, Ruth. Fortalecimento da Sociedade Civil. In: IOSCHPE, Evelyn. B. **Terceiro Setor: desenvolvimento social sustentado.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. P. 7-12.

CARLONI, Sandra. **La acción voluntária em la construcción de la realidad.** 1998. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

CARLOS, Sergio Antonio et al. **Voluntários de Obras Sociais Filiadas à Cáritas: estudo exploratório.** 1972. Trabalho de Conclusão de Curso da Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1972.

CARLOS, Sergio Antonio et al. Identidade Aposentadoria e Terceira Idade. **Revista Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, Porto Alegre, v. 1, p. 57-76, 1999.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMERICA LATINA Y EL CARIBE. Santiago do Chile: Celade, n. 21, p. 1-74, dic. 2001. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/publicaciones/Poblacion/6/LCL1656PE/c/1656.pdf>>. Acessado em: 13.12.2003a.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMERICA LATINA Y EL CARIBE. Santiago do Chile: Celade, n. 28, p. 1-56, mayo 2002. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/publicaciones/Poblacion/7/LCL1737P/serie28.pdf>>. Acessado em: 10.12.2003b.

CÔRREA, Sônia. ONGs de Mulheres: trajetórias e os usos do Gênero. **Cadernos Abong**, São Paulo, n. 22, p. 16-22, out. 1997.

CORULLÓN, Monica. Um Reservatório Inesgotável de Energia. **Revista Problemas Brasileiros – Cadernos de Problemas Brasileiros**, São Paulo, n. 335, p. 1-9, set./out. 1999.

CRITELLI, Dulce Maria. Da Solidariedade: uma abordagem filosófico-existencial. **Revista Kairós**, São Paulo, ano 3, n. 3, p. 117-123, ago. 2000.

CUMMING Elaine; HENRY, William E. **Growing Old**: the process of disengagement. Nova Iorque: Basic Books, 1961.

DAL RIO, Maria Cristina. **O Trabalho Voluntário**: uma questão contemporânea e um espaço para o aposentado. 2001. Dissertação (Mestrado em Gerontologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001

DEBERT, Guita Grin. Desbravando Fronteiras e Redefinindo Padrões. **Revista Tempo e Presença**, Rio de Janeiro, ano 14, n. 264, p. 13-16, jul./ago. 1994.

DEBERT, Guita Grin. Envelhecimento e Curso de Vida. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 120-128, 1997.

DEBERT, Guita Grin. **A Reinvenção da Velhice**. São Paulo: Edusp, Fapesp, 1999.

DEBERT, Guita Grin. Reinvenção da Velhice. In: CONGRESSO SUL-BRASILEIRO DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA, JORNADA CATARINENSE DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA, 3., SIMPÓSIO NACIONAL DAS LIGAS ACADÊMICAS DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA, 1., 2001, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: [s. n.], 2001. P. 1-3.

DEMO, Pedro. Brincando de Solidariedade: política social de primeira dama. **Estudos**, Goiânia, v. 28, n. 5, p. 931-946, set./out. 2001.

DICIONÁRIO ELETRÔNICO HOUAISS da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Instituto Houaiss, Editora Objetiva. Versão 1.0. Dezembro de 2001.

DUPAS, Gilberto. **Tensões Contemporâneas entre o Público e o Privado**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FEATHERSTONE, Mike. O Curso da Vida: corpo, cultura e o imaginário no processo de envelhecimento. In: DEBERT, Guita Grin. **Antropologia e Velhice**. Campinas: Textos Didáticos, mar. 1994. P. 49-71, n. 13.

FERNANDES, Rubem César. **Privado, porém Público**: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FERNANDES, Rubem César. O que é Terceiro Setor. In: IOSCHPE, Evelyn. B. **Terceiro Setor**: desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. P. 25-34.

FLICK, Uwe. **Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FOUCAULT Michel. O Sujeito e o Poder. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1995. P. 231-249.

FUNDAÇÃO ABRINQ. Disponível em: <<http://www.fundabrinq.org.br>>. Acessado em 03.12.2003.

GARCÍA ROCA, Joaquín. **Solidaridad y voluntariado**. Santander: Sal Terrae, 1994.

GIUMBELLI, Emerson. Caridade, Assistência Social, Política e Cidadania: práticas e reflexões no espiritismo. In: LANDIM, Leilah (Org.). **Ações em Caridade**: militância, caridade, assistência, etc. Rio de Janeiro: NAU, 1998. P. 123-171.

GUILLEMARD, Anne Marie. A Europa Continental Face à Aposentadoria Antecipada: barreiras Institucionais e inovações em matéria de reformas. In: BIRCHE DE CARVALHO, Denise Bomtempo et al. (Org.). **Novos Paradigmas da Política Social**. Brasília: Programa de Pós-graduação em Política Social, Departamento de Serviço Social, 2002. P. 74-92.

GUIMARÃES, Gleny Terezinha D. et al. **Entidades Assistenciais**: rede de serviços para a constituição de uma política de assistência social. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

GUIZZO, Bianca. et al. O Software Q.S.R. N Vivo na Análise Qualitativa dos Dados: ferramentas para a pesquisa em ciências humanas e da saúde. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 53-60, abr. 2003.

GROPP, Beatrice. A Ação do Voluntário na Perspectiva das Comunidades de Prática enquanto Processo de Aprendizagem socialmente compartilhado. PEREZ, Clothilde; JUNQUEIRA, Luciano Prates. (Org.). **Voluntariado e a Gestão de Políticas Sociais**. São Paulo: Futura, 2002. P. 104-121.

GRUPO DE IDOSOS DA ASSOCIAÇÃO CEARENSE PRÓ-IDOSOS DO SESC DO CEARÁ et al. Síntese de Temas Apresentados pelos Grupos de Idosos. **Revista A Terceira Idade**, São Paulo, ano X, n. 17, p. 102-105, 1999.

HAYFLICK, Leonard. **Como e Porque Envelhecemos**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

INQUE, Cristina Yume Aoki. Bases para um Novo Pacto de Cooperação. **Cadernos ABONG**, São Paulo, n. 17, p. 7-29, jul. 1997.

KATZ, Stephen. Busy Bodies: activity, aging, and the management of everyday lyfe. **Journal of Aging Studies**, Peterborough, v. 14, n. 2, p. 135-152, 2000.

LANDIM, Leilah; SCALON, Maria Celi. **Doações e Trabalho Voluntário no Brasil: uma pesquisa**. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1999.

LEFF, Luciana. Sentimento de Imortalidade Simbólica e a Ansiedade diante da Morte. **Revista de Filosofia e Ciências Humanas**, Passo Fundo, ano 16, n. 1, p. 35-40, 2000.

LEHR, Ursula. **Psicología de la senectud**. Barcelona: Herder, 1977.

LEMOS, Viviam C. O Valor da Atividade Não Remunerada Realizada por Pessoas Maiores de Sessenta Anos. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano XXIV, n. 75, p. 114-126, set. 2003.

LENOIR, Remi. L'Invention du troisième age: constitution du champ des agents de gestion de la vieillesse. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, n. 26 /27, p. 57-82, mars/avril 1979.

MAHEIRIE, Kátia. Identidade: o Processo de Exclusão/Inclusão na Ambiguidade dos Movimentos Sociais. In: ZANELLA, Andréa V. **Psicologia e Práticas Sociais**. Porto Alegre: ABRAPSOSUL, 1997. P.60-67.

MANGABEIRA, Wilma; LEE, Raymond M.; FIELDING, Nigel G. Padrões de Adoção, Modos de Uso e Representações sobre Tecnologia: usuários do CAQDAS do Reino Unido, em meados da década de 90. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 3, n. 5, p. 20-57, jan./jun. 2001.

MARÍN, Manuel; TROYANO, Yolanda; VALEEJO, Alicia. Percepción social de la vejez. **Revista Multidisciplinar de Gerontología**, Barcelona, v. 11, n. 2, p. 88-90, 2001.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Seminário sobre Metodologias Qualitativas de Pesquisa. In: MARTINELLI, Maria Lucia (Org.). **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999. P. 11-29.

MEISTER, José Antonio. **Voluntariado: uma ação com sentido**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

MELLUCCI, Alberto. Vie quotidienne, besoins individuels et action volontarie. **Revista Sociologie et Sociétés**, Ottawa, vol. XXV, n. 1, p. 189-198, 1993.

MILES, Matthew B.; HUBERMAN, Michel A. **Qualitative Data Analysis: an expanded sourcebook**. California: Sage, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: ABRASCO, 1993.

MONCHIETTI, Alicia. Participación social y estilo de vida. Su relación com la calidad de vida em la vejez. **Revista Tiempo**, Buenos Aires, n. 6, nov. 2000. Disponível em: <<http://psicomundo.com/tiempo/tiempo11.htm>>. Acessado em: 20.01.2005.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

MOTTA, Alda Britto da. Palavras e Convivência: idosos hoje. **Revista Estudos Brasileiros**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 129-140, 1997.

OLABUENAGA, Jose R.; ISPIZUA, Maria A. **La descodificacion de la vida cotidiana: métodos de investigacion cualitativa**. Bilbao: Universidad de Deusto, 1989.

OLDER AMERICAN ACT. **History of Older American Act**. South Dakota Department of Social Service. Adult Services and Aging. Disponível em: <<http://www.state.sd.us/social/ASA/Funding/Act/history.htm>>. Acessado em: 20.01.2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Disponível em: <<http://www.onu.org>>. Acessado em: 05.12.2003.

PAIXÃO, Márcia Eliane L. da. A Ação Voluntária e Identidade – O Caso das Mulheres Luteranas. In: SILVA, Jacqueline Oliveira et al. **Novo Voluntariado Social: teoria e ação**. Porto Alegre: Dacasa, 2004. P. 79-111.

PEIXOTO, Clarice. Entre o Estigma e a Compaixão e os Termos Classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade... In: BARROS, Myriam M. Lins de. (Org.). **Velhice ou Terceira Idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

PEIXOTO, Clarice. **Envelhecimento**: novo assunto para as políticas públicas. Disponível em: <<http://www.rets.rits.org.br>>. Acessado em: 15.10.04

PEREIRA, Potyara. A Nova Divisão Social do Bem-Estar e o Retorno do Voluntariado. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano XXIV, n. 73, p. 75-100, mar. 2003.

PETRAS, James. El postmarxismo rampante: una crítica a los intelectuales y a las ONG. **Rebelión Noticias**: la pagina de Petras, p. 1-11, enero 2000. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/petras/postmarxi.htm>>. Acessado em: 08.08.2003a.

PETRAS, James. Las dos caras de las ONG. **Rebelión Noticias**: la pagina de Petras, p. 1-3, agosto 2000. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/petras/mex10082000.htm>>. Acessado em: 08.08.2003b.

POELHEKKE, Fabio. Um Olhar sobre as Agências. **Cadernos ABONG**, São Paulo, n. 13, p. 7-48, maio 1996.

PORTAL DO VOLUNTÁRIO. Disponível em: <<http://www.portaldovoluntario.org.br>>. Acessado em: 17.01.2004.

POSADA, Feliciano Villar. (Re)construcción estratégica del significado del propio envejecimiento em personas mayores. **Revista de Psicogerontologia**, Barcelona, n. 1, p. 1-13, out. 1998.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Espaço Aberto da Terceira Idade**. Disponível em: <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/sme>>. Acessado em: 27.09.2004.

RAVANERA, Zenaida; RAJULTON, Fernando. Integration at the Late Life: inclusion participation and belonging among the elderly. In: METTING OF THE FEDERATION OF CANADIAN DEMOGRAPHERS ON DEMOGRAPHIC FUTURES IN THE CONTEXT OF GLOBALIZATION. 2001, Ottawa. **Public Police Issues**. Ottawa: Population Studies Centre, University of Western Ontario, 2001. P. 1-21.

RODRIGUES, Carlos Lima. Homem de Pijama: o imaginário masculino em relação à aposentadoria. **Revista Kairós**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 69-82, dez. 2001.

RODRÍGUEZ, Gregorio G. et al. **Metodología de la investigación cualitativa**. Granada: Aljibe, 1999.

ROMERO, Marcela. El proyecto personal del adulto mayor. **Revista Tiempo**, Buenos Aires, n. 11, oct. 2002. Disponível em: <<http://psicomundo.com/tiempo/tiempo11.htm>>. Acessado em: 20.01.2005.

SALGADO, Carmen Sanchez. **Gerontologia Social**. Hato Rey: Publicaciones Puertorriqueñas, 1999.

SALOMON, Lester. Estratégias para o Fortalecimento do Terceiro Setor. In: IOSCHPE, Evelyn. B. **Terceiro Setor: desenvolvimento social sustentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. P. 89-112.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para uma Reinvenção Solidária e Participativa do Estado. In: PEREIRA, Luís Carlos Bresser et al. (Org.). **Sociedade e Estado em Cooperação**. Brasília: UNESP, 1999. P. 243-271.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000. V. 1.

SANTOS, José Vicente T. As possibilidades das Metodologias Informacionais nas Práticas Sociológicas: por um Novo Padrão de Trabalho para os Sociólogos do Século XXI. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 3, n. 5, p. 114-146, jan./jun. 2001.

SBERGA, Adair. **Voluntariado Jovem**: construção da identidade e educação sóciopolítica. São Paulo: Salesiana, 2001.

SENNETT, Richard. **A Corrosão do Caráter**: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SESC SÃO PAULO; PROGRAMA VOLUNTÁRIOS DA COMUNIDADE SOLIDÁRIA. **Voluntariado e Terceira Idade**: pesquisa. São Paulo: Sesc, 2002.

SILVA, Jacqueline Oliveira. Voluntariado: uma ação política de novo tipo? In: SILVA, Jacqueline Oliveira et al. **Novo Voluntariado Social**: teoria e ação. Porto Alegre: Dacasa, 2004. P. 9-28.

SILVEIRA, Jairton Dimas M. Trabalho Voluntário: da filantropia à cidadania. In: PEREZ, Clothilde; JUNQUEIRA, Luciano Prates. (Org.). **Voluntariado e a Gestão de Políticas Sociais**. São Paulo: Futura, 2002. P. 148-165.

SIMÕES, Júlio Assis. Solidariedade intergeracional e Reforma da Previdência. **Revista de Estudos Brasileiros**, Rio de Janeiro, v. 1, n.5, p.169-181, 1997.

SIQUEIRA, Maria Eliane C. Teorias Sociológicas do Envelhecimento. In: FREITAS, Elisabete et al. **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. P. 47-57.

SHMOTKIN, Dov. et al. Beyond Keeping Active: Concomitants of Being a Volunteer in Old-Old Age. **Psychology and Aging**, Tel Aviv, v.18, n. 3, p. 602-607, sept. 2003.

STUCCHI, Deborah. O Curso de Vida no Contexto da Lógica Empresarial: juventude, maturidade, e produtividade na definição da pré- aposentadoria. In: BARROS, Myriam M. Lins de. (Org.). **Velhice ou Terceira Idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória, e política**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1998. P. 35-46.

SZENDRE, Elizabeth N.; JOSE Paul E. Telephone Support by Elderly Volunteers to Inner-City Children. **Journal of Community Psychology**, Chicago, v. 24, p. 87-96, Apr. 1996.

TEODÓSIO, Armindo dos Santos de S. Mitos do Voluntariado no Brasil: para além de boas intenções. **Revista Integração**, , CETS - Centro de Estudos do Terceiro Setor FGV – EAESP, São Paulo, n.38, maio, 2004. Disponível em: <<http://integracao.fgvsp.br/ano7/05/index.htm>>. Acessado em 13/10/2004.

THOMPSON, Andrés A. Do Compromisso à Eficiência? Os caminhos do terceiro setor na América Latina. In: IOSCHPE, Evelyn. B. **Terceiro Setor: desenvolvimento social sustentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. P. 41-48.

TITTONI, Jaqueline; JACQUES, Maria da Graça C. Pesquisa. In: JACQUES, Maria da Graça C. et al. **Psicologia Social Contemporânea: livro texto**. Petrópolis: Vozes, 1998. P. 73-85.

UNATI. **Programa de Valorização do Conhecimento do Idoso**. UERJ. Disponível em: <<http://www.unati.uerj.br>>. Acessado em: 15.01.2005.

UNITED NATIONS PRINCIPLES FOR OLDER PERSONS. **UN General Assembly Resolution 46/91 of 16 December 1991**. Voluntary Action by Older Persons. Disponível em: <http://www.unvolunteers.org/infobase/articles/2002/02_05_25USA_ageing.htm>. Acessado em: 20.02.2005.

VIEIRA, Eliane Brandão; RAMOS, Luiz Roberto. **Manual de Gerontologia: um guia teórico-prático para profissionais, cuidadores e familiares**. Rio de Janeiro: Revinter, 1996.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. 2. ed. rev. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

A presente pesquisa para os fins de dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Institucional/UFRGS visa analisar o significado do trabalho voluntário para homens aposentados.

Os dados e resultados individuais desta pesquisa estarão sempre sob sigilo ético, não sendo mencionados os nomes dos participantes em nenhuma apresentação oral ou trabalho escrito, que venha ser publicado. A participação nesta pesquisa não oferece risco ou prejuízo à pessoa entrevistada, se no decorrer da pesquisa o participante resolver não mais continuar terá toda a liberdade de fazê-lo, sem que isso lhe acarrete qualquer prejuízo, sendo que a entrevista será gravada em fita de áudio K7 e depois transcrita.

A pesquisadora responsável por esta pesquisa é a psicóloga Nara Cristina Macedo de Figueiredo sob a orientação do professor Dr. Sergio Antonio Carlos. Tal pesquisadora se compromete a esclarecer devida e adequadamente qualquer dúvida ou atender qualquer necessidade de esclarecimento que eventualmente o participante venha a ter no momento da pesquisa ou posteriormente, através do telefone (51) 96482947 ou (51) 33165283, com o professor Dr. Sergio Antonio Carlos.

Porto Alegre, de 2004.

Assinatura do entrevistado

Assinatura da pesquisadora